

Tempo para apresentar o instrumento de aggravado, faõ trinta dias, *liv. 3. tit. 74. §. 5. (a)*

Tempo para apresentar o feito no aggravado, faõ dous mezes desde que a sentença he passada pela Chancelaria, *liv. 3. tit. 84. §. 4. (b)*

Tempo para despedir o inquilino, he hum mez, antes que se acabe o arrendamento, *liv. 4. tit. 23. §. 1. (c)*

Tempo se refórma ao herdeiro para proseguir a appellação do defuncto, que morreo, pendente a mesma appellação, *liv. 3. tit. 82. §. 2.*

Tempo para enjeitar as bestas doentes, ou mancas, he seis mezes, *liv. 4. tit. 17. §. 14. (d)*

Tempo para enjeitar escravo doente, he o mesmo, *liv. 4. tit. 17. §. 8. (e)*

Tempo para querelar, ou proseguir a querela, he hum anno, *liv. 5. tit. 117. §. 1. e 20. (f)*

Tempo para pôr embargos á execucao, faõ seis dias, *liv. 3. tit. 86. §. 1. (g)*

Tempo para citar a parte, cujo officio alguem impetrou por *se assim he*, faõ seis mezes, *liv. 1. tit. 98. (h)*

Tempo, que se assigna aos senhores das terras hermas, ou casaes desaproveitados para os lavrarem de fesmária, he

hum anno, *liv. 4. tit. 43. §. 2.*

Tempo em que se ha de determinar a suspeiçao, posta a qualquer Julgador, he quarenta e cinco dias, *liv. 3. tit. 21. §. 21. e 22. (i)*

Tempo, que se dá ao depositario para entregar o depósito, faõ nove dias, *liv. 4. tit. 49. §. 1. (k)*

Tempo para demandar, e revogar a doação feita pelo marido á barragãa depois da sua morte, he quatro annos, *liv. 4. tit. 66. (l)*

Tempo, que se assigna aos que pedem fesmarias para as lavrarem, e aproveitarem, he cinco annos, *liv. 4. tit. 43. §. 1.*

Tempo para reclamar as partilhas depois de acabadas, he hum anno, *liv. 4. tit. 96. §. 19. (m)*

Tempo para as mulheres pedirem satisfacaõ de suas virgindades, he hum anno, *liv. 5. tit. 23. §. 2. (n)*

Tempo, em que o demandado por escriptura pública, ou assignado reconhecido pôde vir com embargos, e dar próva a elles, faõ dez dias, *liv. 3. tit. 25. (o)*

Tempo para remir o penhor, que se remata, he oito dias, desde que lhe foi feita a notificaçao, *liv. 4. tit. 13. §. 7. (p)*

Tempo para fazer inventario no Juizo dos Orphaõs, he hum mez, *liv. 1. tit. 87. §. 4. (q)*

Tempo

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Aggravado por instrumento se apresenta no Senado dentro em trinta dias.*

(b) Vide supra notata in verb. *Aggravado ordinario se segue dentro de dous mezes, &c.*, & quæ notat Sylv. in *Commentar. ad hanc Ordinationem.*

(c) Ad materiam hujus Ordinationis vide Doctores supra laudatos in verb. *Despedir deve o Senborio ao alugador, hum mez, antes que se acabe o arrendamento.* Et de hac praxi nostri Regni, vide Aylon *ad Gom. lib. 2. Var. cap. 3. n. 17.*, Altimar *de Nullit. contract. tom. 4. rubr. 1. p. 2. q. 17. n. 192.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Doctores quos supra laudavimus in verb. *Bestas doentes, ou mancas se enjeitão, ou as que tem vicios, e falta de animo, &c.*

(e) Ad materiam hujus Legis, vide quæ supra notavimus in verb. *Comprador de Escravo doente de enfermidade, que já antes tinha, o poderã enjeitar dentro em seis mezes, &c.*

(f) Vide ad materiam hujus Ordinationis, quæ supra notavimus in verb. *Querela não se recebe, senão dentro de hum anno do dia, que o crime aconteceu.*

(g) Vide ad hanc Ordinationem, quæ supra notavimus in verb. *Embargos á execucao se porão dentro de seis dias, &c.* Et verb. *Excepcao preemptria de tal natureza, que annulle o processado, se pôde allegar antes, e depois da sentença.*

(h) Hanc Ordinationem rigorosam esse, dicunt plures apud Arouc. in *L. 20. n. 48. ff. de Stat. homin.*, sed idem Arouc. eam defendit, dicens esse juri conformem.

(i) Vide ad materiam hujus Legis Doctores, quos supra laudavimus in verb. *Suspeiçao se ha de determinar dentro em trinta dias.*

(k) De materia hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Depositario, que sendo requerido não entrega dahi a nove dias o depósito, deve ser preso.*

(l) Ad materiam hujus Legis, vide DD. supra laudatos in verb. *Casado, que doa, ou vende alguma coisa a sua manceba, a pôde a mulher revogar.*

(m) Vide ad materiam hujus Legis, quæ jam supra notavimus in verb. *Partilha, em que alguem foi lesado na sexta parte, a poderã reclamar dentro de hum anno, &c.*

(n) Vide supra notata in verb. *Corrompimento de virgindade podem demandar as mulheres até hum anno, &c.* Sed in hoc potest dispensare Senatus Palatinus, ut patet ex *L. Extravag. quæ est in Ord. lib. 1. in Regim. Senat. Palat. Coll. 1. n. 1. versic. Dispensa para se poder querelar, &c.*

(o) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Demandado por escriptura pública, ou alvará, que tenha força della, tem dez dias para allegar, e provar suas exceicoes.*

(p) Vide de materia hujus Legis, quæ supra notavimus in verb. *Dias para remirem o penhor, que se arremata, faõ oito.* Et verb. *Execucao feita por divida d'El-Rey, passados os oito dias, &c.* Et verb. *Lesão de mais da metade do justo preço não pôde allegar o devedor executado, se andando os bens a preço for requerido para pagar a divida... em oito dias;* ubi notavimus posse Principem executato permittere, quod possit bona redimere post istos octo dies; ex Arouc. in *L. Legis virtus. 7. n. 24. ff. de Legibus.* Sed hoc videtur intelligendum, quando executatus petit prorogationem termini ante illum finitum; quia dum plene non fuerit lapsus iste terminus, poterit Princeps illum prorogare; si autem jam fuerit lapsus, dicitur emptori jus questum irrevocabiliter, & non potest talis terminus prorogari; Altograd. *conf. 68. n. 22. lib. 2.*, Sabel. in *Sum. §. Princeps. n. 32.*

(q) De materia, & exornatione hujus Ordinationis, vide latissimè Guerreir. *de Muner. Judic. Orphan. tract. 1. de Inventar. lib. 1. cap. 2. per tot.*

(a) Vide

- Tempo para se tomar conta ao que passou bestas para Castella, e se obrigou a tornar, he seis mezes desde o dia do registro, *liv. 5. tit. 112. §. 7.*
- Tempo, em que se póde pedir a pena dos que jogaõ cartas, ou dados, he quatro mezes, *liv. 5. tit. 82. §. 8.*
- Tempo, em que se póde reclamar o arbitramento dos Louvados, he hum anno, *liv. 3. tit. 17. §. 5. (a)*
- Tempo para desfazer o contracto, em que algum foi enganado em mais da amétade do justo preço, he até quinze annos, *liv. 4. tit. 15. §. 5. (b)*
- Tempo para provar fer a cousa sua de que tomou posse forçosamente, para não cahir na pena da ley, he quatro dias peremptorios, *liv. 4. tit. 58. §. 1.*
- Tempo, em que o crédor póde demandar o possuidor da cousa a elle obrigada, ou hypothecada, he dez annos, *liv. 4. tit. 3. §. 1. (c)*
- Tempo, em que se espera o Senhorio directo para ver se quer a cousa foreira, tanto por tanto, quando se vende, he trinta dias, *liv. 4. tit. 38. (d)*
- Tempo, em que andaõ em pregão os bens de raiz, que se vendem, saõ vinte dias, e os móveis oito, *liv. 3. tit. 86. §. 25. (e)*
- Tempo, que andaõ em pregão os móveis por divida d'El-Rey, saõ tres dias, *liv. 2. tit. 52. §. 7.*
- Tempo para o Rendeiro poder pedir, e demandar a coima, he hum mez desde o tempo, que foi feita, e para a executar, outro mez depois de julgada, *liv. 3. tit. 68. §. 13.*
- Tempo para se saber, se cabe a doação na terça do pay, ou mãy, se olha quando se fez a promessa do dote, ou quando morreu o doador, *liv. 4. tit. 97. §. 4. (f)*
- Tempo, em que se deve demandar o coutamento das armas, he oito dias, *liv. 5. tit. 80. §. 16.*
- Tempo, em que hum deve demandar as armas, que lhe foraõ tomadas, he os mesmos oito dias, *ibid.*
- Tempo para apresentar instrumento de agravo das Ilhas, he o que assigna o Juiz, *liv. 3. tit. 74. §. fin.*
- Tempo, em que o amo deve pedir o damno, que lhe fez o seu moço, he logo quando se parte delle, ou perante o Juiz, ou homens bons, *liv. 4. tit. 35. (g)*
- Tempo para provar o damno, que o mancebo de soldada fez a seu amo, he quatro dias, *ibid. §. 1.*
- TENÇA, que o pay tinha, e El-Rey a confirmou no filho, não se traz á collação, *liv. 4. tit. 97. §. 12. (h)*
- Tenças não receberá o Tabaliaõ de algum Fidalgo, nem acostamento, *liv. 1. tit. 79. §. 4.*
- Tença não podem dar os Concelhos sem licença d'El-Rey, *liv. 1. tit. 66. §. 20.*
- Tença póde tirar El-Rey ao que se livra pelas Ordens, *liv. 2. tit. 3. (i)*
- Tençaõ do Rey não he approvar, nem confirmar o que pela Ordenação está revogado, ou em outra maneira interpretado, ou limitado, *liv. 2. tit. 45. §. 11. (k)*
- Tençaõ do Desembargador, que he fallecido, não val, *liv. 1. tit. 6. §. 18. (l)*

Ten-

(a) Vide supra verb. Reclamação podem fazer as partes do alvdramento dos Louvados até hum anno.

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. Lesão de mais da amétade do justo preço se poderá demandar até quinze annos, &c.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. Hypotheca se póde demandar até dez annos ao terceiro possuidor, &c. Et verb. Obrigação de hypotheca, e acção real se extingue por dez annos.

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. Foreiro, que notificar ao Senhorio a venda do prazo, deve esperar trinta dias, &c.

(e) De materia hujus Ordinationis vide supra notata in verb. Pregoar se devem os bens de raiz para avrematação vinte dias, e os móveis oito, &c.

(f) Vide ad materiam hujus Ordinationis, quæ jam supra notavimus in verb. Doação para se dizer que he grande, e que excede a legítima, e terça, se ha de olhar a valia dos bens do que os deu, e tempo, em que a fez, ou o tempo da sua morte, &c. Et verb. Legítima, para que exceda, e seja inofficiosa, se olha o tempo da morte, ou quando se fez a doação, segundo a escolba do dotado.

Tom. II.

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD. supra laudatos in verb. Amo não póde demandar ao criado o damno, que lhe fez, se ao tempo, que delle se despedio, não lho requerer perante o Juiz, &c.

(h) Vide de materia hujus Ordinationis, quæ supra notavimus in verb. Collação, quando se fizer, não viráõ a ella os juros, e tenças, que El-Rey der ao filho... por consentimento do pay, &c. Et verb. Rendas de Juros Reaes, que se devem aos filhos por contemplação dos pays, não vem á collação.

(i) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD., quos supra laudavimus in verb. Chamando-se ás Ordens algum Official d'El-Rey, perde o Officio. Et verb. Mercês, que El-Rey tiver feitas, se podem tirar aos que se livraõ pelas Ordens.

(k) Reges in suis concessionibus respiciunt ad jus, & non ad factum, & in eis intelligitur, quod jus intelligit; Cabed. p. 2. dec. 93. n. 3., Salgad. de Reg. protect. p. 1. cap. 2. §. 2. n. 37., & p. 2. cap. 16. n. 183., Mier. de Majorat. q. 60. sub n. 9. Et vide Portug. de Donat. Reg. tom. 2. p. 3. cap. 44. n. 34.

(l) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. Desembargador dos agravos, que houver posto sua tençaõ no feito, e se finar, ou for privado do officio, &c.

Mmm

(a) Ad

Tençaõ do Desembargador, que he privado do Officio, ou do que se ausenta do Reyno, he nulla, *liv. 1. tit. 6. §. 18.* (a)

Tençaõ do Desembargador, que he suspenso, he valiosa, *ibid.* (b)

Tençaõ do Desembargador, que for á Corte, aonde El-Rey está fóra do Reyno, he valiosa, *ibid.* (c)

Tençaõ ha de ser escripta, e assignada pelo Desembargador com dia, mez, e anno, e elle mesmo a leva á Relação, e entrega a outro, *ibid.* §. 16. (d)

Tenções de Desembargadores se haõ de concordar, assim no principal, como nas custas, e no demais, *ibid.* §. 1. 2. e 3. (e)

Tenções daõ os Desembargadores dos Aggravos nos instrumentos de agravo, cartas testemunhaveis, e sendo dous conformes, se porá o desembargo, *ibid.* §. 4. (f)

Tenções de Desembargadores se teraõ em muito segredo, *ibid.* §. 17.

TERÇA da fazenda do pay, ou mãy, se contará nella o dote, ou doação inofficiosa feita pelo pay, ou mãy, *liv. 4. tit. 97. §. 3.* (g)

Terça, que o pay, ou mãy dér ao filho em dote de casamento, se ha de attender o valor della, segundo a estimação, que tiverem os bens, ao tempo que se deraõ, ou ao tempo da morte do doador, *ibid.* §. 4. (h)

Terça deixada por legados, dispondo de todos os bens em testamento nullo pela preterição dos filhos, he válida, *liv. 4. tit. 82. §. 1.* (i)

Terça deixada em testamento, em que os filhos naõ foraõ instituidos, nem desherdados, val, *ibid.* (k)

Terça

(a) Ad verb. *Que he privado do officio*; nota, quòd non procedit in Senatore emerito, vulgò *Aposentado*; quia iste non dicitur officio privatus; *Peg. tom. 12. ad Ord. lib. 2. tit. 54. ad rubr. glos. 1. n. 3. & in Commentar. ad hunc §. n. 13.*, nec etiam procedit in Senatore Brasiliæ, qui tempus præfinivit, ut notat hic Senator Joann. Alvarda Costa, ibi: *Do Desembargador da Bahia, que acabou os seis annos, e sabio da Relação não caduca a tenção, ainda que depois morra; assim o julgámos em 1732. no feito de Francisco Teixeira, e outros, com Verissimo de Freitas, Escrivão Manoel da Costa Pereira.* Ad alia verba hujus Legis, ibi: *On do que se ausenta do Reyno.* Intelligi, etiam si sit in Insulis, vel in aliis partibus, & Provinciis Regno subjectis; quia ad hunc effectum, qui non est in Regno Portugaliæ, & Algarbiorum, dicitur absens; *Cabed. p. 1. dec. 10. n. 5.*, ubi in n. 12. refert etiam iudicatum, quod annullata sententia quadam propter deliberationem, quam habebat Senatoris absentis, non poterat ejus substitutus deliberare, sed debebat transire ad sequentem. Ad verb. *He nulla*; vide quæ hæc notat Senator Oliveira, ibi: *Et nota, que vayo Feito por diante, e não torna ao substituto do ausente, Peg. ad Ord. tom. 4. pag. 19. n. 37.*; nota etiam, que dixit *Pereir. de Revision. cap. 59.*, que não procede esta Ordenação nas tenções dos Desembargadores, que informão para as revisitas, de modo, que tendo o primeiro posta a sua tenção, e feito relação, como se supõem, no Desembargo do Paço; e passado o Feito ao segundo, não fica a tenção nulla; assim o dizem também *Cabed.*, *Valasc.*, e *Peg.* por elle referidos; porêm não fallão em outro caso, que pôde succeder, de ter o Desembargador posta sua tenção, e fallecer, antes de fazer Relação no Desembargo do Paço; cogita. Et iterum notat idem Senator. *Em huma causa, que era de agravo ordinario, e estava em quinto Juiz, porque dous foraõ em revogar, e dous em confirmar, e hum dos que foraõ em revogar, ou ambos, fallecêrão; asentou-se, que por ficarem suas tenções havidas por nenhuma, nem devia tencionar o quinto, mas devia tornar o Feito a hum dos dous, que confirmáraõ para escrever a sentença confirmatoria; porque como as ditas tenções, ou qualquer dellas ficavaõ como se as não houvesse, as outras duas bastavaõ para confirmar na forma do §. 1. e 2. deste Titulo; o que assim se observou na causa do Conde de S. Miguel com as Freiras de Sancto Alberto, de que foi Escrivão Manoel Soares Ribeiro; e depois em outra do Marquez de Monte-Bello com Diogo de Mendosa Corte-Real, e neste se fez Assento no Feito, que fora melhor fazer-se no Livro, para não vir mais em dvida.*

(b) Ad materiam hujus Legis, vide *Cabed. p. 1. dec. 10. n. 6.*

(c) Hæc declaratio desumpta fuit ex quadam Epistola Regis Philippi I. Portugal., quam transcribit *Cabed. part. 1. dec. 10. n. 11.*

(d) Vide ad hanc Ordinationem, quæ jam supra notavimus in verb. *Desembargadores do agravo* haõ de escrever elles proprios sua tenção, &c.

(e) Ad verb. §. 3., ibi: *Assim no principal, como nas custas*; vide ad hæc verba sequentem Notam Senatoris Oliveira. *Nota in praxi, que em mais de nove annos, que fui Desembargador dos agravos, e pela pratica de muitos antecedentes, não vi nunca tencionar-se sobre as custas do processo, senão que o ultimo Desembargador, que lança a sentença, condemna a parte vencida em tudo; mas se não he vencida em tudo, e se ha de fazer repartição, elle só a faz, e escreve; e quando se lhe offerre dvida, a propõem na Conferencia, e abi se resolve; o que porêm não se entende, quando alguma das tenções condemna em dobro, porque entãõ passa o Feito até se vencer; salvo se na Conferencia concordarem.*

(f) Ad verb. *Nos instrumentos de agravo*; vide supra verb. *Desembargadores do agravo* despachão por tenções os instrumentos de agravo. Ad alia verb. *E sendo dous conformes*; vide supra verb. *Desembargadores do agravo*, dous concordades bastão para confirmar a sentença, &c.

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide *Gabr. Per. de Cast. dec. 96.*, *Cabed. p. 1. dec. 108.*, *Valasc. de Partit. cap. 13. n. 20.*, & *cap. 15.*, ubi de materia omninò agit, & quæ supra notavimus in verb. *Legitima inofficiosa* se diz a que excede a terça da herança, do pay, ou mãy.

(h) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Doação para se dizer que he grande*, e que excede a legitima, e terça, se ha de olhar a valia dos bens do que os deu, e tempo, em que a fez, ou o tempo da sua morte, &c. Et verb. *Legitima*, para que exceda, e seja inofficiosa, se olha o tempo da morte, ou quando se fez a doação, segundo a escolha do dotado.

(i) De hac Ordinatione, vide quæ jam supra notavimus in verb. *Legados deixados em testamento*, que he nullo por causa da preterição, ou desherdação dos filhos, são valiosos em quanto á terça.

(k) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Instituidos se supõem os filhos nas duas partes da herança*, quando o pay diffõem somente da terça, &c. Et verb. *Pay*, que deixou sua terça a alquem em seu testamento, e não fez menção de seus filhos, sabendo que os tinha, &c. Et nota, quòd eodem modo, quo pater disponens de tertia censetur instituere filios in duabus partibus, ita etiam filius censetur patrem, & matrem instituere in duabus partibus, quando de tertia tantummodo disponit. Ex quo venit inquirendum: Si filius testamentum fecerit, & in eo tantummodo de tertia disposuerit, an mater censetur instituta in duabus partibus, itaut non teneatur eas reservare filiis prioris matrimonii fratribus defuncti, casu

- Terça se desfalca da doação feita entre marido, e mulher, *liv. 4. tit. 65. §. 3. (a)*
 Terça se conta na doação, que fez o marido á mulher, *ibid. §. 1. (b)*
 Terças do pay, e mãy estaõ sempre obrigadas ao dote, *liv. 4. tit. 97. §. 3. (c)*
 Terças das rendas do Concelho se arrecadaõ pelo Natal, Pascoa, e S. Joaõ: a primeira, e terceira se arrecadaõ para o Concelho, e a segunda para os repayros, e fortificação do lugar, *liv. 1. tit. 62. §. 67.*
 Terças do Reyno não podem ser doadas por El-Rey, posto que expressamente o diga, *liv. 2. tit. 28. §. 2. (d)*
 Terças não são do Rey, posto que elle as arrecade, mas são dos povos, que as deirão para as obras das fortalezas, e muros, *ibid.*
TERCEIRO, em cuja fraude, e prejuizo he feita alguma transacção entre partes, póde della appellar, *liv. 3. tit. 78. §. 1. (e)*
 Terceiro póde appellar da sentença entre outras partes dada, *liv. 3. tit. 81. (f)*
 Terceiro, que impedir ao Testador fazer te-

- stamento, e deixar algum legado, o paga em dobro, e não val o testamento em seu proveito, *liv. 4. tit. 84. §. 3. (g)*
 Terceiro possuidor de bens hypothecados póde ser demandado até dez annos, *liv. 4. tit. 3. (h)*
 Terceiro oppoente, ou assistente toma o feito no estado, em que o acha, *liv. 3. tit. 20. §. 31. 32. e 41. (i)*
 Terceiro, que embarga a execução, faz que a execução se faça no devedor, *liv. 4. tit. 86. §. 17. (k)*
 Terceiro quando embarga a cousa, que se executa, o fiador dá fiança; e não a dando, he a cousa posta em poder de hum terceiro, até se determinar sobre os embargos, *ibid. (l)*
 Terceiro possuidor, que embarga, faz que se o condemnado não der outros penhores livres, e desembargados, seja preso até os dar, *ibid. (m)*
 Terceiro, que embarga a entrega da cousa emprestada, alugada, ou arrendada, sendo movel, faz que se sequestre, *liv. 4. tit. 54. §. 4. (n)*

Tercei-

su quo ad secundum thorum ascendat? affirmative refert iudicatum Senat. Joann. Alvar. da Costa, in sequenti Nota: Si mulieri secundo nupta filius ex primo matrimonio nihil relinquit in testamento, & solum de tertia disponat, relinquendo eam extraneo, censetur reliquisse mariti reliquum hereditatis, quin teneatur aliis filiis aliquid reservare; ut iudicatum fuit, licet aliquis ex Senatoribus contradiceret.

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide Altograd. *Contror. 63.*, & generaliter de donationibus à parentibus in vita sua factis, & postea in tertiam imputandis; vide Phæb. p. 1. dec. 35., Themud p. 3. dec. 298., Maced. dec. 9., Reynof. *observ. 36.*, Guerreit. *de Divis. lib. 2. cap. 12. n. 206.*, & adde de materia Merlin. *de Legit. lib. 2. tit. 1. q. 18. & 21.*, Boss. *de Dot. cap. 14.*, Hermosilh. *in L. 8. tit. 4. part. 5. glof. 13.* Et an procedat hujus Legis dispositio etiam in casu, quo pater in vita instituit majoratum, seu Capellam in bonis suam tertiam excedentibus? vide Reynof. *d. observ. 36.*, Themud. *d. dec. 298.*, Phæb. *d. dec. 35.*, & dec. 71. à n. 5., Carvalh. *in cap. Reynaldus de Testam. p. 4. cap. 1. n. 227.*

(b) De tertia imputanda in donatione, vide Doctores supra proximè laudatos.

(c) In hac Ordinatione etiam agitur de donatione, seu dote in tertia imputando, de cuius materia vide latè Valasc. *de Partit. cap. 15.* præter DD. jam supra relatos; & de praxi hujus computationis plura utilia congestit Paiva e Pona *in Orphanolog. practic. cap. 6. ex num. 10. cum seqq.*, & ex n. 63.

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Doação das Terças do Reyno não vale, posto que expressamente sejaõ dadas.*

(e) De materia hujus Ordinationis, vide omninò Valeron *de Transact. tit. 2. q. 7. ex n. 32.*

(f) Vide de materia hujus Ordinationis, quæ supra notavimus in verb. *Appellat pòde hum terceiro da sentença dada entre outras partes.* Et ultra Doctores ibi laudatos vide Altimar. *de Nullit. sent. rubr. 4. q. 1. n. 30.*, Fariam *ad Cov. Practic. cap. 15.*, Fontanel. *dec. 144. & seqq.*, Capyc. *Latr. dec. 171. à n. 2.*, latè Cancer. *p. 2. Var. cap. 16. à n. 98.* Et licet appellatio interposita à tertio regulariter suspendat,

attamen si fuerit malitiosa, non suspendit sententiæ executionem, Peg. *For. cap. 15. n. 96.*; neque etiam suspendit, si fuerit interposita in executione, idem Peg. *d. cap. 15. n. 68.*; neque etiam suspendit, si interponatur ratione crediti, & victor offerat cautionem, ex Cancer. *p. 2. Var. cap. 16. n. 96.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Impedindo alguma pessoa ao Testador o deixar a outrem a sua herança, ou algum legado... lbo pagará em dobro, &c.*

(h) Vide ad materiam hujus Ordinationis, quæ notavimus in locis jam relatis in verb. *Tempo, em que o credor póde demandar o possuidor da cousa a elle obrigada, ou hypothecada he até dez annos.*

(i) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Assistente, que vem a hum das partes, toma o feito nos termos, em que estiver.* Et ultra DD. ibi laudatos, vide August. Barbof. *in cap. fin. n. 6. Ut lit. pendent. &c.*, Cancer. *p. 2. Var. cap. 16. n. 5.*, Larr. *alleg. 79. n. 3.*, Mend. *in Prax. p. 2. lib. 3. cap. 5. n. 6.*, Mansfrel. *ad Capyc. Latr. dec. 164. à n. 1.*, ubi in n. 3. cum multis asserit, posse hunc tertium, sic comparentem, Judicem recusare. Et de differentia inter opponentem, & assistentem, & excludentem, vide Cancer. *p. 2. Var. cap. 16. per tot.*, Carlev. *de Judic. lib. 1. tit. 3. diff. 12.*, Larream *alleg. 79.* Et an tertius opponens possit iudicium declinare, vide latè cum pluribus Cortiad. *rom. 3. dec. 179. num. 4. & 5.*

(k) Ad materiam hujus Ordinationis vide Doctores, quos supra congestimus in verb. *Embargos de terceiro na execução, em que diz, que a cousa penhorada he sua, faz que se torne a penhorar o condemnado.* Et verb. *Possuidor terceiro, embarga a execução dos bens executados, &c.*

(l) Vide de materia hujus Legis Doctores supra laudatos in verb. *Fiança dá o vencedor, para lhe ser entregue o que vence por sentença, quando algum terceiro lha embarga.*

(m) De materia hujus Ordinationis, vide omninò Moraes *de Execut. lib. 6. cap. 12. ex n. 76.*

(n) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Sequestrada será a cousa movel, que foi emprestada, ou alugada, e diz algum terceiro ser sua.*

- Terceiro possuidor de bens obrigados á divida d'El-Rey, he ouvido, e demandado, antes de se fazer nelles execucao, *liv. 2. tit. 52. §. 3. e 4. (a)*
- TERMO, por que o marido perdoa á mulher o adulterio, ha de ser feito pelo Escrivaõ dos autos, e assignado pelo marido, Juiz, e Escrivaõ, *liv. 1. tit. 25. §. 2. (b)*
- Termo feito, e assignado nos autos tem forca de escriptura pública, *liv. 1. tit. 24. §. 21. (c)*
- Termo dado ao defuncto naõ corre contra seus herdeiros, *liv. 3. tit. 82. §. 2.*
- Termo de confissao, que o faça o Escrivaõ, e assigna a parte; e naõ o querendo assignar, o dirá ao Julgador, o qual assignará, e o Escrivaõ, e outro, ou duas testemunhas, naõ havendo outro Escrivaõ, *ibid. §. 20. (d)*
- Termo assignado ás partes em Juizo se ha por peremptorio, *liv. 3. tit. 20. §. 44.*
- Termo para remit o penhor, que se remata, he oito dias, *liv. 4. tit. 13. §. 7. (e)*
- Termo por qualquer maneira assignado, naõ se entende nelle o dia, em que se assignou, *liv. 3. tit. 13. (f)*
- Termo para seguir a appellaçao se assigna pelo Juiz, e o póde abbreviar segundo a distancia do lugar, *liv. 3. tit. 69. §. 5. e 6.*
- Termo para appellar se conta desde a hora,

- e momento, que a sentença foi publicada, *liv. 3. tit. 79. §. 1. (g)*
- Termo para o que accusa o preso tirar sentença, he até o outro dia, aliás paga as custas do retardamento, *liv. 1. tit. 90. §. 39.*
- Termo, para que hum condemnado entregue coufa certa ao vencedor, saõ dez dias, *liv. 3. tit. 86. §. 15. (h)*
- Termos prejudiciaes, como renunciacoes, fianças, caucoes, louvamentos, pactos, e convenças, que em Juizo se fizerem, e procurações *apud acta*, naõ sendo assignadas pela parte, saõ de nenhum vigor, *liv. 1. tit. 24. §. 21. (i)*
- Termos sobreditos, que o Escrivaõ escrever, e os naõ fizer assignar no mesmo dia, ou naõ declarar ao Julgador até o outro, como a parte os naõ quiz assignar, sendo requerido, paga á parte o damno, e será suspenso hum anno, *ibid.*
- Termos, que naõ forem das coufas sobreditas, se lhe dá tanta fé, e credito, como se fossem assignados pela parte, *ibid.*
- TERRAS da Corõa naõ podem ser apenhadadas, nem alugadas, *liv. 4. tit. 55. (k)*
- TESTADOR se mandar, que o herdeiro ou legatario naõ venda, senaõ a seu irmaõ, ou parente mais chegado, cumprir-se ha o seu mandado, *liv. 4. tit. 11. §. 1. (l)*

Testa-

(a) Vide ad materiam hujus Ordinationis, quæ supra notantur in verb. *Execucao se faz nos bens obrigados a El-Rey, que se acharem em poder de terceiro possuidor, sendo primeiro citado ordinariamente, &c.* Et verb. *Possuidor dos bens obrigados á divida d'El-Rey, naõ póde ser executado sem primeiro ser citado, &c.*

(b) Ex hac Ordinatione probatur, quod venia, quam maritus præstat uxori adulteræ, non est necesse, quod fiat per scripturam, sed sufficit, quod fiat in actis per Scribam, signante Judice, & marito, de quo vide *Gam. decis. 273. in princip. Petr. Barbof. in L. 2. in princip. part. 1. n. 118. ff. de Solut. matrimon. Cabed. part. 1. decis. 113. num. 2. in fin.*

(c) Patet ex hac Ordinatione, quod conventiones in judicio factæ habent vim scripturæ publicæ, quod etiam probatur ex *Ord. lib. 4. tit. 96. §. 18. & tit. 102. §. 3. & lib. 5. tit. 25. §. 2. Valasc. de Jur. emphyt. q. 7. num. 17. Thom. Vaz alleg. 72. n. 5. Et an in istis casibus requirantur testes? affirmativè resolvunt Tondunt. de Prevent. p. 2. cap. 44. n. 17. Cancer. p. 2. Var. cap. 2. n. 240. & ita videtur insinuari in *Ord. lib. 4. tit. 102. §. 3. prop. fin.*; tu tamen cogita, quia hæc Ordinatio id non exigit, nisi in casu, quo officialis partem non agnoverit. Et vide sequentem Notam Senatoris Themudo, ibi: *Videbatur, quod acta judicialia non egebant testibus, ad hoc ut probarent, sed quod sine testibus integram fidem facerent; dic, quod acta judicialia coram Judice testibus non indigent, sed sine Judicis presentia testes absolutè requirunt; ita Cancer. p. 2. Var. cap. 2. de Jurisdic. n. 220. & ita judicavit Senatus Supplicationis.**

(d) Vide ad materiam hujus Legis quæ supra notavimus in verb. *Escrivaõ fará assignar ás partes as confissoes, e repostas, que fizerem, &c.*

(e) Vide de materia hujus Legis, quæ supra notavimus in verb. *Tempo para remit o penhor, que se arremata, he oito dias, &c.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Antonel. de Tempor. legal. lib. 4. cap. 2., Frances de Compet. q. 54., & plures quos congerit *Peg. tom. 1. ad Ord. lib. 1. ad Proam. glos. 30. n. 9. & 10.* Limita tamen dispositionem hujus Legis in assignatione decem dierum in terminis *Ord. lib. 3. tit. 25. in princip.*; quia isti dicuntur continui; *Arouc. alleg. 28. n. 23.* Limita etiam in casu, quo tempus fuerit limitatum, *Mell. de Induc. q. 28. n. 4.* Et cætera ad hujus Legis exornationem vide apud *Sylv. in Comment. ad illam, ubi latè.*

(g) Ad materiam, & exornationem hujus Legis vide latissimè *Sylv. in Comment. ad Ord. lib. 3. tit. 68. ad rubr. artic. 4. per tot. & ad tit. 70. in princ.*, & quæ notavimus in verb. *Dez dias para appellar se conta da publicaçao, ou do tempo, que della foi sabedor o que litiga, &c.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Dez dias se daõ para entregar a coufa de raiz, em que hum he condemnado, &c.* Et vide *Peg. de Interdict. majorat. possessor. cap. 11. n. 675.*

(i) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Nullos saõ todos os termos prejudiciaes, assim como renunciacoes, fianças... feitos em Juizo, e procurações naõ sendo assignadas pelas partes.*

(k) Vide de materia hujus Ordinationis, quæ supra notavimus in verb. *Apenhadadas d'El-Rey naõ podem ser apenhadadas.*

(l) Ad materiam hujus Ordinationis, vide *Cald. Recept. sentent. q. 23. ex n. 8., Gom. in L. 40. T. ur. n. 25., Ouald. ad Donel. Comment. jur. lib. 8. cap. 28. lit. A. cum seqq.*

(a) De-

Testador, que não tem filhos, e tem netos, ou outros descendentes, fará seu testamento, como faz o pay, que tem filhos, *liv. 4. tit. 82. §. 4. (a)*

Testador, que dispôs razoadamente, e com boa ordem, se presume que no tempo, que fez o testamento estava em seu perfeito juizo, *liv. 4. tit. 81. §. 2. (b)*

Testamento aberto se faz com cinco testemunhas, varoões livres, ou tidos por taes, e com o Tabaliaõ, e será assignado pelo Testador, e pelas testemunhas; e não sabendo, assignará por elle huma das testemunhas, que dirá que assigna por mandado do Testador, por elle não saber, ou não poder assignar, *liv. 4. tit. 80. (c)*

Testamento cerrado se faz, escrevendo o Testador, ou mandando escrever seu te-

stamento, em que declare sua vontade, e o assignará, não sendo escripto por sua mão; e não sabendo, será assignado pela pessoa, que lho escrever, ou por huma testemunha, que diga como assigna por elle: e será cerrado, e cosido; e elle Testador o entregará ao Tabaliaõ perante cinco testemunhas, varoões livres, ou tidos por taes, e maiores de quatorze annos; e perante elles lhe perguntará o Tabaliaõ, se he aquelle o seu testamento; e dizendo que sim, fará em presença das testemunhas o instrumento de approvaçãõ nas costas do proprio testamento, no qual assignaráõ todas as testemunhas, e o Testador; e de outra maneira não será valioso o testamento, *ibid. §. 1. (d)*

Testa-

(a) Desumpta videtur hæc Ordinatio ex *Auth. Ut cum, de Appellat. §. Aliud.*, Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. diff. 175. n. 2.* Et latè de instituendis, vel exheredandis nepotibus, & aliis ulterioribus ascendentibus, vide Pinheir. *de Testament. diff. 5. sect. 3. §. 2.*, ubi etiam agit de nepotibus ex filio exheredato.

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide Doctores, quos supra laudavimus in verb. *Furioso não pôde fazer testamento*; qui hanc conclusionem latè exornant; & ultra ibi citatos, vide Peg. *tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 50. ad princip. cap. 6. n. 114. & 115. pag. 252.*, Pinheir. *de Testam. diff. 1. sect. 1. §. 2. num. 10.*, Rub. *Concl. practic. circa testam. resol. 15. à n. 289.*, Auguft. Barbof. in *Collect. ad Text. in L. Cum aliis. 6. n. 6. & 7. Cod. de Curat. furios. vel prodig.*, Portug. *de Donat. tom. 2. part. 3. cap. 15. n. 26.*

(c) Agitur in hac Ordinatione de forma, & solemnitate requisita ad conficienda in hoc Regno testamenta; & primò decernit, quòd si testator velit conficere testamentum in scriptis per Tabellionem, debet hoc facere coram quinque personis, qui cum Tabellione numerum constituunt sex testium; & omnes isti testes debent esse masculi, ut declarat hæc Ordinatio; nam mulieres non sunt testes idonei ad similia testamenta, ex rationibus, quas latè adducit Manz. *de Testam. valid. vel invalid. tit. 5. q. 1. ex n. 4.*, Guerreir. *tract. 2. de Divis. lib. 5. cap. 7. n. 100.*; solùm enim admittuntur femine in testamento factò angustiarum tempore, ut declarat hæc Ord. in *§. fin.*, de quo vide Netto *de Testam. lib. 1. tit. 4. à n. 7.*, Cordeir. *tract. 1. de Testam. dub. 2. per tot. præcipuè à num. 26.* Et isti testes testamentarii non solùm requiruntur ad probationem, sed etiam ad solemnitatem, & pro forma ipsius testamenti; ex Text. in *L. Si unus. 12. Cod. de Testam.*, Oliv. *de For. Eccles. p. 2. q. 30. n. 6.*, Portug. *de Donat. p. 3. cap. 16. n. 12.*, latè Netto *de Testam. lib. 1. tit. 7. n. 1. & 4.* propter rationes, quas adducit Cordeir. *tract. 1. de Testam. dub. 8. ex n. 35.* Et an testes testamentarii debeant esse omni exceptione majores: vide Reynof. *observ. 39. ex n. 9.*, Valasc. *conf. 117. n. 12. & 16.*, Cabed. *p. 1. dec. 169. in fin.*, Pinheir. *de Testam. diff. 2. sect. 5. §. 2. ex n. 118.*, & varias distinctiones adducens materiam exornat Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 5. cap. 7. ex n. 104.* Et an de Jure nostri Regni sit necessaria rogatio testium ad testamentum validè conficiendum: vide latè cum omnibus de materia agentibus Cordeir. *de Dubit. tract. 1. de Testam. dubit. 6. per tot.*, & plures etiam laudat Peg. *tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 50. ad princip. cap. 2. n. 37.*, Cald. *de Empr. cap. 6. n. 23.* Ad verb. *E será assignado pelo Testador*; vide latè Moraes *de Execut. lib. 4. cap. 1. ex n. 34.*, Fragof. *de Regim. Reip. p. 3. diff. 8. §. 2. n. 74.*, Molin. *de Just. & Jur. diff. 125. n. 3.*, Pinheir. *de Testam. diff. 2.*

sect. 3. n. 34. Et an sufficiat, quòd testator subscribat, seu signet venerabili signo Crucis, vel alia quacumque effigie: vide Gabr. *Per. dec. 32. n. 4.*, Pinheir. *de Testam. diff. 2. sect. 7. n. 193.*, Peg. *Forens. cap. 20. pag. 1180. col. 2.*, & *tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 50. ad princip. cap. 2. n. 86.*, ubi refert judicatum, Cordeir. *tract. 2. de Testam. dubit. 3. n. 35.* Et quid si manus testatoris ducta fuerit aliena manu ad firmandum testamentum: vide Phab. *part. 2. dec. 187. n. 16.* Et an hoc signum testatoris, quòd cum sit, recognosci debeat, & probari, quòd sit idem, & indubitabile, vide Doctores, quos late congerit Cordeir. *de Dubit. tract. 1. de Testam. dubit. 10. n. 24.* Ad verb. *E pelas testemunhas*; requirit Ordinatio, quòd testes signa sua in testamento firmet; quæ subscriptio facienda est eodem tempore, & loco; quia si subscripserunt cum intervallo, est testamentum nullum, ut ex Nigr. in *Introduct. ultim. volunt. lib. 3. cap. 2. n. 8.*, & ex Barbof. *ad hanc Ord. §. 1. n. 5.*, & *§. 3. n. 1.*, tenet Peg. *tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 50. ad princip. cap. 2. n. 275. pag. 271.* Ad verb. *Que dirá, que assigna por mandado do Testador, &c.* Quid si testis non dicat se signare testamentum pro testatore, quia nescit scribere, vel non potest, an vitietur testamentum: vide Valasc. *conf. 149.*, Souf. *de Maced. dec. 4.*, Fragof. *de Regim. Reip. p. 3. diff. 8. §. 3. n. 110. & 111.*

(d) Loquitur hic ordinatio de Testamento clauso, & de solemnitatibus, quibus confici debet; & primò declarat, quòd tale testamentum debet esse scriptum à Testatore, vel ab alia quacumque persona, ipso jubente; de quo vide Portug. *de Donat. tom. 2. p. 3. cap. 16. n. 36.* Ad verb. *E o assignará*; vide quæ jam supra proximè notavimus ad verb. *E será assignado pelo Testador.*; & adde Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. diff. 125. num. 3.*, Nigr. in *Introduct. ultim. volunt. lib. 3. cap. 2.* Et nota, quòd si testamentum scribatur ab alia persona, non requiritur pro forma, quòd iste scribens signet, seu subscribat testamentum, ut traddit judicatum Senator Joann. Alvar. da Costa in sequenti Nota; ibi: *Na causa de Isabel da Costa, viuva do Licenciado Antonio Vaz Machoca com Joseph Lopes da Costa no anno de 1711.*, fuit judicatum, que não era necessario assignar-se a pessoa, que escreveo o testamento, e que tambem se não annullava, por saltar a pergunta do Tabaliaõ; Scriba Antonio da Costa Pereira, e depois Mathheus Lopes. Ad verb. hujus *§. E não sabendo, será assignado pela pessoa, que lho escrever*; nota, quòd in hoc casu non est necesse signantem dicere se subscribere de mandato Testatoris, ut decisum refert Souf. *de Maced. dec. 4. n. 7.*, sed vide Gabr. *Per. dec. 81. n. 3.*, Portug. *de Donat. p. 3. cap. 16. n. 43.* Ad verb. *E será cerrado, e cosido*; vide Pinel. *Select. lib. 1. cap. 10. n. 18.*, Gam. *dec. 69. n. 1.* Thom. Vaz *alleg. 61. n. 29.*, Molin. *de Just. & Jur. diff. 125. n. 3.*

- Testamento do condemnado á morte feito antes da condemnação, he de nenhum vigor, como se nunca fosse feito, *liv. 4. tit. 81. §. 6. (a)*
- Testamento póde fazer o condemnado á morte para dispôr da sua terça em obras pias, *ibid. (b)*
- Testamento póde fazer o Soldado condemnado á morte, dos bens castrenses, *liv. 4. tit. 83. §. 2. (c)*
- Testamento em que o pay dispõem de todos os bens, e não faz menção dos filhos, he

nullo, mas val o legado da terça, *liv. 4. tit. 82. §. 1. (d)*

- Testamento, em que o pay não faz menção do filho, ou o filho do pay, e dispõem sómente da terça, he válido, *ibid. (e)*
- Testamento, em que o pay, ou mãy não fizeraõ menção do filho, nem era delle fabledor, e depois lhe sobreveyo, e he vivo ao tempo da morte do pay, assim o testamento, como os legados nelle contêido, são nenhuns, *liv. 4. tit. 28. §. 5. (f)*

Testa-

n. 3. Quid autem si incidatur linea aut chordula, qua testamentum est ligatum, seu consutum, an propter hoc rumpatur testamentum; vide Gom., in *L. 3. Taur. à n. 90.*, Molin. de *Just. & Jur. tract. 2. disp. 153. n. 11.*, Pinheir. de *Testam. disp. 6. sect. 2. n. 6.* Ad verb. *E o entregará ao Tabaliaõ.* Et si hæc circumstantia omittatur, an vitietur testamentum, vide Hodiern. *For. cap. 25.*, Peg. *tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 50. ad princip. cap. 2. n. 73.*, ubi affirmativè judicatum refert; Fragos. de *Regim. Reip. p. 3. lib. 5. disp. 8. §. 2. ex n. 75.* Et si testamentum in eadem charta à duobus factum sit, & unus eorum traddat testamentum, an vitietur ex eo, quòd ambo non simul tradiderunt Tabellioni dicentes illud esse suum testamentum: affirmativè tenet judicatum Valasc. *Conf. 7. n. 4.*, Pinheir. de *Testam. disp. 2. sect. 4. §. 5. n. 95. & 96.*, Fragos. de *Regim. Reip. p. 3. disp. 8. §. 2. n. 75.* Ad verb. *E perante elles lhe perguntará o Tabaliaõ;* vide Molin. de *Just. & Jur. disp. 125. n. 3.*, Pinheir. de *Testam. disp. 2. sect. 3. n. 34.* Et an defectus hujus interrogationis faciat annullare testamentum; negative tenet judicatum Senator Joann. Alvar. da *Cost. in Nota*, quam supra proximè transcripsimus; sed hanc interrogationem Tabellionis, & repositionem Testatoris dicentis illud testamentum esse suum requiri essentialiter in testamento, itaut illis deficientibus, testamentum vitietur, traddit Peg. *tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 50. ad princ. cap. 2. n. 69.* ubi ita judicatum fuisse refert; & etiam judicatum tradit Mend. à *Cast. part. 1. in fin. arest. 31.*, Fragos. de *Regim. Reip. p. 3. disp. 8. §. 2. n. 75.* Ad verb. *Fará o instrumento de approvação nas costas do proprio testamento;* vide de materia Fragos. de *Regim. Reip. p. 3. disp. 8. §. 2. n. 77.*, Pinheir. de *Testam. disp. 2. sect. 3. n. 34.*, & quæ jam supra notavimus in verb. *Tabaliaõ faz o instrumento de approvação do testamento na mesma folha do testamento, &c.* Et an testamentum nullum ex defectu alicujus solemnitatis obliget in foro conscientie: vide Escobar de *Utroque for. artic. 2. ex n. 204.*, Fragos. de *Regim. Reip. disp. 8. §. 5.*, Osuald. ad *Donal. Comment. jur. lib. 6. cap. 9. lit. A.*, Fachin. *Contrav. lib. 4. cap. 5.*, Ægid. in *L. 1. p. 2. §. 4. Cod. de Sacros. Eccles.* Ad verb. *E de outra maneira não será válido o testamento;* quia omnes istæ solemnitates adeo requiruntur pro forma, ut deficiente aliqua vitietur dispositio; de quo vide latè Fragos. de *Regim. Reip. p. 3. lib. 5. disp. 8. §. 3. per tot.*; Portug. de *Donat. p. 3. cap. 16. ex n. 39.*, & plures congerit Peg. *tom. 4. ad Ord. lib. 1. tit. 50. ad princip. cap. 2. n. 66.* Et an testamentum nullum ex defectu solemnitatis sustineatur ex substitutione piæ causæ; vide Themud. *p. 1. dec. 94.* Et an in testamento Principis requirantur istæ solemnitates: vide Harppr. in *§. 3. Instit. de Testam. Ordin. à n. 293.*, Ribeir. de *Ultim. volunt. lib. 1. tit. 5. n. 3.*, Luc. ad *Gratian. cap. 312.*, ubi etiam agit de filiis Principum; Pinheir. de *Testam. disp. 2. n. 167. & 168.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 5. cap. 5. à n. 24.* Quid autem de testamento facto coram Principe, vel apud acta Judicii, an istas solemnitates desideret: vide Escan. de *Testam. cap. 22. à n. 19.*, Harppr. in *§. Sed cum paulatim, Inst. de Testam. à n. 35.*, Pinheir. de *Testam. disp. 2. n. 170. & 171.*, Guerreir. de *Muner. Judic. Orphan. tract. 2. lib. 5. cap. 8.* Et de testamento Cardinalis, ejusque so-

lemnitatibus, vide Cardin. de *Luc. tit. de Testam. disc. 6. & seqq.*, Torre de *Majorat. p. 3. disc. 71.* Et de testamento Clerici, ejusque solemnitatibus, vide Boss. *Moral. tom. 3. tit. 1. à n. 17.*, Fragos. de *Regim. Reip. p. 3. disp. 8. §. 2. ex n. 8.*, Andreol. *Contrav. 309. à n. 12. & 13.*, Thom. Vaz *alleg. 30.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 5. à n. 28.* Et de testamento facto noctis tempore; Guerreir. *tract. 2. de Divis. d. cap. 5. n. 45. & 46.* Et de testamento exteri peregrini, & quam solemnitatem desideret; vide Pinheir. de *Testam. disp. 1. ex n. 93.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 5. cap. 5. ex n. 49.* Et de testamento in rure facto, vide Portug. de *Donat. tom. 2. p. 3. cap. 16. à n. 17.*, Ribeir. de *Ultim. volunt. lib. 1. tit. 5.*, Pinheir. de *Testam. disp. 2. ex n. 221.*, Guerreir. de *Division. lib. 5. cap. 8. à n. 49.* Et de testamento facto tempore pestis, aut in loco eremo, aut in mari, & qua indigeat solemnitate in hoc Regno; Fragos. de *Regim. Reip. p. 3. disp. 7. §. 6.*, Portug. de *Donat. tom. 2. cap. 16. à n. 32.*, Ribeir. de *Ultim. volunt. lib. 1. tit. 4.*, Escan. de *Testam. cap. 22. à n. 25.*, ubi omnes casus enumerat, quibus ob necessitatem minor testium numerus sufficit, Pinheir. de *Testam. disp. 2. sect. 8. §. 2. & seqq.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 5. cap. 8. à n. 69.*

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide Doctores, quos supra laudavimus in verb. *Condemnado á morte tendo feito testamento antes da condemnação fica logo invalido, e de nenhum vigor, como se não fosse feito.* Et præter Doctores ibi citatos vide Jul. *Clar. in §. Testamentum, q. 21.*, Farinac. in *Prax. Crimin. q. 102. à n. 111.*, Gom. in *L. 4. Taur. n. 4. & lib. 2. Var. cap. 15. n. 20. in fin.*, Castilh. *lib. 1. Controvers. de Ufusuct. cap. 66. n. 21.*, latè Pinheir. de *Testam. disp. 1. sect. 2. §. 6.*, Ribeir. de *Ultim. volunt. lib. 1. tit. 12. n. 5.*, Oliv. de *For. Eccles. p. 3. q. 4. à n. 54.* ubi quid de bonis sitis extra Regnum: Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 2. cap. 3. à n. 104.*, Cortiad. *tom. 2. dec. 86. ex n. 26.* Et quid si damnatus ad mortem fugiat in aliud Regnum, & ibi domicilium constituat: vide Pinheir. de *Testam. disp. 1. sect. 3. n. 103.*

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide Fragos. de *Regim. Reip. p. 1. lib. 5. disp. 12. §. 13. n. 61.*, Gam. de *Sacram. prest. and. q. 6. n. 17.*, Cortiad. *dec. 86. n. 30. in fin.*, Pinheir. de *Testam. disp. 1. sect. 2. §. 6. n. 71.*, & quæ supra notavimus in verb. *Servo da pena se faz o que he condemnado á morte, ... nem póde fazer testamento, e só poderá dispôr da sua terça em tirar Captivos, casar Orphãos, &c.*

(c) Ad materiam hujus Ordinationis vide quæ supra notavimus in verb. *Soldado condemnado á morte póde testar, &c.*

(d) Vide ad materiam hujus Ordinationis, quæ supra notavimus in verb. *Legados deixados em testamento, que he nullo por causa da preterição, ou desherdação dos filhos são válidos, em quanto á terça.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Instituidos se supõem os filhos nas duas partes da herança, quando o pay dispõem sómente da terça.* Et verb. *Pay, que deixou a alguem a terça em seu testamento, e não fez menção de seus filhos, sabendo que os tinha, &c.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Nascimento do filho, que sobreveyo, depois do pay, ou mãy fizerem testamento, se annulla o mesmo testamento.*

(a) De

Testamento cerrado feito pelo Testador, ou por outra pessoa privada, em que faltar o instrumento da approvaçãõ, tem seis testemunhas, e se publicará depois da morte do Testador por auctoridade da Justiça, *liv. 4. tit. 80. §. 3. (a)*

Testamento ao tempo da morte se pôde ordenar por palavra sem escriptura, com seis testemunhas, assim homens, como mulheres, e convalescendo o Testador, o testamento fica nenhum, *ibid. §. 4. (b)*

Testamento não pôde fazer o filho-familias, posto que o pay lho permitta, e consinta, *liv. 4. tit. 81. §. 3. (c)*

Testamento não pôde fazer o menor de quatorze annos, nem o furioso, nem o prodigo, nem o Religioso, nem o Herege, e Apostata, *ibid. §. 1. 2. e 4. (d)*

Testamento do filho-familias sobre os bens castrenses, he válido, *ibid. §. 3. (e)*

Testamento do mudo, e surdo, que não he por nascença, e sabe escrever, he valioso; e se não sabe escrever, ha de mister licença d'El-Rey, *ibid. §. 5. (f)*

Testamento em que o filho está desherdado com causa, se a tal causa fenaõ prôva pelo herdeiro, he nullo, *liv. 4. tit. 82. §. 2. (g)*

Testa-

(a) De materia hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Publicaçãõ do testamento feito por pessoa privada sem instrumento público, se faz depois da morte do Testador por auctoridade de Justiça.*

(b) Agitur in hac Ordinatione de testamento nuncupativo in articulo mortis factõ, de quo vide latè Frago. *de Regim. Reip. p. 3. lib. 5. disp. 8. ex n. 83.*, Reynof. *observ. 39.*, Ribeir. *de Ultim. volunt. lib. 1. tit. 4. à n. 7.*, Pinheir. *de Testam. disp. 2. sect. 8. §. 4. ex n. 253.*, Molin. *de Just. & Jur. tract. 2. disp. 126.*, Ægid. *in L. 1. Cod. de Sacros. Eccles. p. 2. in init. n. 15. & p. 4. in init. n. 6. & 13.*, Peg. *For. tom. 2. cap. 20. in Adlition. pag. 1184.* Ad verb. *Ao tempo da morte*, quis dicitur ad hunc effectum tempore mortis constitutus? vide Cancer. *p. 1. Var. cap. 4. à n. 79.* Et de testamento condito, ab eo qui est in articulo mortis, plura tradidit Hodiern. *For. cap. 36.*, ubi etiam agit de testamento ad alterius interrogationem factõ; de quo etiam vide Menoch. *Consl. 45. & de Præsumpt. lib. 4. præsumpt. 8.*, Fachin. *lib. 10. cap. 17.*, Cástilh. *lib. 4. Controv. cap. 27.*, Surd. *conf. 414. à n. 53.*, Manz. *de Testam. valid. tit. 3. q. 5.*, Urceol. *post tract. de Transact. dec. 46.*, Ribeir. *de Ultim. volunt. lib. 2. tit. 12.*, Pinheir. *de Testament. disp. 1. sect. 1. §. 2. ex n. 14.*, Sabel. *in Summ. §. Testamentum. n. 20. & 25.* Et nota, quòd ex hac Ordinatione indubie demonstratur, quòd in hoc Regno solummodo in tempore mortis permissum est testari nuncupativè; ita communiter tenent omnes Regnicolæ, quos congescit Guerreir. *de Mun. Judic. Orph. tract. 2. de Division. lib. 3. cap. 5. n. 175.*, & *lib. 5. cap. 8. n. 79. 80. & 81.*, & latè probat Cordeir. *de Dubitat. tract. 1. de Testam. dub. 2. à n. 1. usque ad n. 15.*, qui tamen *ex n. 16. cum seqq.* conatur defendere testamentum verbale etiam in hoc Regno posse fieri quocumque tempore; sed contra illius opinionem judicatum fuit in Senatu Portuensi, ut memorat Senator Joann. Alvar. da Cost. in quadam Nota, quam transcripsimus in verb. *Nullo he o testamento nuncupativo feito pelo Testador, que depois convalesceo da doença.* Ad verb. *Com seis testemunhas*; qualiter isti testes deponere debeant in probatione testamenti nuncupativi, vide Andreol. *Controv. 296. ex n. 15.*, & *controv. 61. n. 7.*, Cancer. *p. 1. Var. cap. 4. à n. 85.*, Escan. *de Testam. cap. 16. à n. 28.*, Cordeir. *de Dubit. tract. 1. dubit. 4. per tot.* Et an testes in hoc casu debeant esse rogati, & omni exceptione majores; vide Cabed. *p. 1. dec. 169. n. 7.* ubi dicit, quòd testes debent esse omni exceptione majores, adeo ut si unus testis sit inhabilis, testamentum reddatur nullum, nec jure codicillorum valeat; & ibi tria testamenta annullata refert ob defectum unius testis, qui erat socer hæredis instituti; in alio unus ex testibus erat avunculus, in alio erat affinis. Sed Reynof. *observ. 39. à n. 9. dubitat*, & *in n. 17. & 18.* dicit testes domesticos in testamento nuncupativo non esse inhabiles, quia non prohibentur esse testes in testamento, per Ord. *lib. 4. tit. 85.*, & vide de materia Barbof. *in L. 2. n. 33. ff. de Legat.*, Ribeir. *de Ultim. volunt. lib. 1. tit. 8. à n. 7.* ex quibus negativè proposita quæstio judicari debet. Et quid

de testamento nuncupativo solemnè per relationem ad schedulam absque solemnitate factam; vide Cardin. *de Luc. de Testam. disc. 1. cum multis seqq.*, Escan. *de Testam. cap. 18.*, Manz. *de Testam. tit. 4. q. 2. à n. 9.*, Frago. *de Regim. Reip. p. 3. disp. 8. §. 2. n. 85.*, Pinheir. *de Testam. disp. 2. à n. 81.* Et de praxi reducendi testamenta nuncupativa, vide Cordeir. *dubit. 10. per tot.* Et nota, quòd Judex, coram quo petitur publicatio testamenti nuncupativi, debet per se inquirere testes, & non poterit committere Notario illorum examen, ut refert judicatum Portug. *de Donat. p. 3. cap. 16. n. 15.*

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Filho-familias não pôde fazer testamento, posto que o pay lho permitta.* Et vide latè Arouc. *in L. 3. à n. 2. ff. de His, qui sunt sui, vel alien. jur.*, ubi *in n. 4.* bene tractat de præscriptione liberationis à patria potestate, *ex L. 1. Cod. de Patr. potest.*, & cum Giurb. & aliis dicit, quòd ad validitatem testamenti requiritur præscriptio viginti annorum; & *in n. 9.*, quòd semota præscriptione, expositus se gerens pro libero, cum revera esset, filius-familias, non potest facere testamentum; quia ignorantia non tollit patriam potestatem, ut etiam probat Ord. *lib. 4. tit. 82. §. fin.*

(d) Ad verb. *O menor de quatorze annos*, vide Portug. *de Donat. p. 3. cap. 15. ex n. 16.*, Frago. *de Regim. Reip. p. 3. lib. 5. disp. 8. §. 1. ex n. 5.*, & plures, quos latè congerit Guerreir. *de Division. lib. 3. cap. 5. ex n. 17.*, qui hanc conclusionem ampliant, & limitant. Ad verb. *Nem o furioso*; ad materiam hujus dispositionis vide Doctores, quos supra laudavimus in verb. *Furioso não pôde fazer testamento.* Et verb. *Nullo he o testamento feito por aquelle que está em continuo furor, aindaque seja bem ordenado.* Ad verb. *Nem o prodigo*; vide Doctores, quos jam supra congescimus in verb. *Prodigo não pôde fazer testamento.* Ad verb. *Nem o Religioso*; vide ad materiam Doctores supra relatos in verb. *Religioso não pôde fazer testamento.* Ad verb. *Nem o Herege, e Apostata*; vide ad materiam hujus Ordinationis Delben. *de Offic. S. Inquisit. p. 1. dubit. 14.*, Frago. *de Reg. Reip. p. 3. disp. 8. n. 12. & 13. cum seqq.*, ubi etiam de testamenti factione passiva; Boff. *de Testament. ad pias caus. ex n. 160.*, Ribeir. *de Ultim. volunt. lib. 1. tit. 12. à n. 1.*, Pinheir. *de Testam. disp. 1. n. 57. & 58.*, Farinac. *de Heref. q. 190. n. 89.*, Guerreir. *tract. 2. de Division. lib. 5. cap. 6. n. 20.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Filho-familias pôde testar de seus bens castrenses, ou quasi castrenses.*

(f) Vide ad materiam hujus Ordinationis, quæ supra notavimus in verb. *Mudo de nascença não pôde fazer testamento, & seqq.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Causas de desherdação se hão de declarar no testamento, e o herdeiro as ha de provar.* Et verb. *Desherdação do filho sem causa, faz o testamento nullo.* Et verb. *Herdeiros são obrigados a provar a causa da desherdação do filho.*

(a) Ad

Testamento, em que o filho he desherdado, e não se declara a causa, ou he preterido, he nullo, e os legados são firmes, em quanto á terça, *liv. 4. tit. 82. §. 1. (a)*

Testamento, em que o avô não faz menção dos netos, não tendo filhos, não he válido, *ibid. §. 4. (b)*

Testamento, em que o pay não fez menção do filho, crendo que era morto, não he valioso, *ibid. §. 3. (c)*

Testamento, em que a mulher por brandas, e amorosas palavras do marido o fizesse herdeiro, ou o marido á mulher, he valioso, *liv. 4. tit. 84. §. 4. (d)*

Testamento do filho, que não fez menção do pay, ou de seus ascendentes, he nullo, *liv. 4. tit. 82. §. 4. (e)*

Testamento, em que algum Bispo, Fidalgo, ou Doutor declara haver pago a seus criados, prôva em favor do herdeiro, *liv. 4. tit. 33. §. 2. (f)*

Testamento, por que se mostre pertencer alguma cousa a hum, pôde della tomar posse pelo dito testamento com hum Tabaliao,

sem auctoridade de Justiça, *liv. 4. tit. 58. §. 4.*

Testamento se pôde abrir, e publicar em tempo de ferias, *liv. 3. tit. 18. §. 9. (g)*

Testamento se alguem prohibir a outro que o faça, ou o forçar que o faça, faz que o testamento não seja valioso, *liv. 4. tit. 84. §. 1. e 4. (h)*

Testamento do Soldado; vide verb. *Soldado.*

Testamento se alguem constanger, a outro que o faça, que lhe deixe a herança, ou legado, o testamento não será válido, *liv. 4. tit. 84. §. 4. (i)*

Testamento se alguem o quizer revogar, e os herdeiros instituidos lho impedirem, não valerá cousa alguma, *ibid. §. 2. (k)*

Testamento do irmao; vide verbo *Irmão.*

Testamento se concerta pelo Provedor com o caderno das Notas, *liv. 1. tit. 62. §. 11.*

TESTAMENTEIRO não pôde ser constangido a dar conta fóra do lugar, em que vive, *liv. 1. tit. 62. §. 4. (l)*

Testamenteiro he obrigado a dar conta, aindaque o Testador mande o contrario, *ibid. (m)*

Testa-

(a) Ad verb. *Ou he preterido*; vide quæ supra notavimus in verb. *Filho*, se o pay não fizer menção delle no testamento, fica nullo, &c. Ad verb. *E os legados são firmes*, em quanto á terça; vide supra notata in verb. *Legados deixados em testamento*, que he nullo por causa de preterição, ou desbevidação dos filhos, são valiosos, em quanto á terça.

(b) De materia hujus Ordinationis, vide quæ jam supra diximus in verb. *Neto*, que foi preterido no testamento do avô, sendo o pay já fallecido, faz annullar o mesmo testamento.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Gom. in *L. 24. Taur. à n. 3.*, Molin. de *Justit. & Jur. disp. 175. n. 11.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Menoch. de *Arbitr. lib. 2. Centur. 4. cas. 395.*, Berlic. *Practic. Conclus. p. 3. concl. 7. n. 38. 39. & 40.*, Castilh. *lib. 3. Controv. cap. 1. à n. 181.*, Cald. in *L. Si curatorem. verb. Hunc contractum. n. 27. & n. 34. Cod. de In integ. restitution.*, Nigr. de *Ultim. voluntat. lib. 1. cap. 10. n. 47.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Filho*, que fallece com testamento, e não tem descendentes, porém tem pay, e mãy, e no testamento não faz menção delles, he o testamento nullo.

(f) Ad materiam hujus Legis, vide Guerreir. de *Inventar. lib. 4. cap. 4. n. 36.*

(g) Vide supra verb. *Publicação do testamento se pôde fazer em tempo de ferias.*

(h) Vide ad hanc Ordinationem, quæ supra notavimus in verb. *Impedir fazer testamento*, he não só tolher ao Testador, &c. cum seqq.

(i) Vide de materia, quæ supra notavimus in verb. *Impedindo alguma pessoa ao Testador*, &c. cum seqq.

(k) Ad materiam hujus Legis vide supra notata in verb. *Impedindo os herdeiros ao Testador o poder revogar o seu testamento*, &c.

(l) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Gabr. Per. de *Man. Reg. cap. 16. à n. 37.*, Oliveir. de *Muner. Provisor. in Addit. ad cap. 1. n. 9. & 10.*, Peg. For. *cap. 3. n. 721. cum seqq.*, Guerreir. *tract. 4. de Ration. reddend. lib. 1. cap. 4. n. 1. & 34.* Nec tenetur Executor testamenti reddere rationes in loco, in quo defunctus se sepeliri iussit, sed in loco ubi obiit, & degebat; Gabr. Per. *d. cap. 16. n. 39. ad fin. & n. 40. versic. Quid*; nam ubi quis administrationem gerit,

ibi solummodo rationem reddere tenetur; de quo vide Carlev. de *Judic. lib. 1. tit. 1. diff. 2. n. 168. & n. 1141.*, Salsgad. in *Labyrinth. credit. p. 1. cap. 7. n. 64.*, August. Barbof. in *Vot. decisiv. lib. 3. Vol. 126. n. 311.*, Oleam de *Ces. Jur. & Action. tit. 1. q. 6. n. 58.*, Landim de *Syndicat. tract. 1. cap. 2. n. 1.* Si tamen Executores suscipiant administrationem in uno loco, & in alio vivant, poterunt citari, seu vocari ad locum administrationis, ut ex Gabr. Per. notat Peg. in *Comment. ad hunc §. n. 17.*, & tunc tenetur Judex domicilii remittere obligatum ad rationem reddendam, ad Judicem administrationis; ut refert judicatum Guerreir. *tract. 4. de Ration. reddend. lib. 1. cap. 4. n. 4.*

(m) Certum est, quod Executor testamentarius tenetur reddere rationem suæ administrationis, ex Text. in *L. Nulli. 28. Cod. de Episcop. & Cleric.*, ubi August. Barbof. *n. 27.*, Escobar de *Ratiocin. cap. 3. n. 18.*, Gutierr. de *Tutel. p. 3. cap. 45. n. 8.*, Mostaz. de *Caus. piis lib. 1. cap. 12. n. 31. versic. Sed tamen.*, quod generaliter procedit in quocumque administratore, tutore, vel curatore; Gom. *lib. 1. Var. cap. 12. n. 83.*, Covarr. *lib. 2. Var. cap. 14. n. 1. versic. Postremo.*, & n. 2. & 3., Fragos. de *Regim. Reip. p. 1. lib. 6. diff. 15. n. 65. & 66.*, Cresp. de *Valdaur. observ. p. 8. n. 1. & 2.*, Guerreir. *tract. 4. de Ration. reddend. lib. 1. cap. 4. n. 1.*, etiamsi testator Executori suo testamentario obligationem remittat reddendi rationes suæ administrationis, ut declarat hæc Ordinatio; quia ista obligatio est ob commune bonum Reipublicæ introducta, quam testator impedire non potest; aliter enim daretur occasio peccandi; Molin. de *Just. & Jur. disp. 251. n. 8.*, Gutierr. de *Tutel. p. 3. cap. 45. n. 8. versic. Ubi ampliat.*, Fagund. de *Just. & Jur. lib. 6. cap. 4. n. 9.* præter alios, quos supra laudavimus in verb. *Provedor da Comarca toma conta aos Testamenteiros*, posto que os Testadores digaõ, que a não dem. Et hæc remissio, quam testator facit Executori ab onere reddendi rationes, debet operari suum effectum solummodo respectu scrupulosæ inquisitionis quoad culpam, non verò quoad dolum, & reliquorum restitutionem; Castilh. de *Aliment. lib. 8. cap. 7. n. 13.*, Mostaz. de *Caus. piis lib. 1. cap. 11. n. 33. versic. At clausula.*, August. Barbof. de *Jur. Ecclesiast. lib. 3. cap. 27. n. 44. versic. Vel denique.*, Escob. de *Ratiocin. cap. 5. n. 5.*, Gabr. Per. de *Man. Reg. cap. 17. n. 9.*

Testamenteiro, a que he dado tempo pelo defuncto para o cumprir, não será constringido a dar conta antes do dito tempo, *liv. 1. tit. 62. §. 1. (a)*

Testamenteiro, que não puder cumprir em tempo o testamento, tendo impedimento, se recorrerá a El-Rey para prover o que bem lhe parecer, *ibid. §. 2. (b)*

Testamenteiro, a quem o defuncto não assignar certo tempo, cumprirá o testamento dentro de hum anno, *ibid. (c)*

Testamenteiro será compellido a cumprir a vontade do defuncto pelos Prelados, e Vigarios, ou pelos Provedores, observando-se a prevenção daquelle que primeiro fizer citar o Testamenteiro, *ibid. §. 4. (d)*

Testa-

in fin., Pinheir. *in Append. de Testam. disp. unic. sect. 3. §. 7. n. 219. in fin.* Limita tamen 1. dispositionem hujus Legis in rebus minimis; quia de istis non tenentur Executores testamentarii rationem reddere per codices rationum, sed per suum juramentum super istis parvis expensis credendi sunt, ut disponit hæc Ordinatio in §. 21., de quo vide Dian. p. 6. tract. 9. resol. 68. n. 1., Pinheir. *in Appendic. de Testam. n. 216.*, Escob. *de Ratiocin. cap. 10. n. 59.*, & cap. 25. n. 7., Bayo *in Prax. lib. 3. cap. 1. n. 33.*, præter supra laudatos in verb. *Conta como se toma aos Testamentos, e são cridos por seu juramento, &c.* Limita 2., quando Testator jubet secreto Executori suæ ultimæ voluntatis aliquid erogare vel expendere, & ita in suo testamento declaravit, vel expressit coram testibus; quia de isto non debet Executor rationem reddere; latè Fagnan. *in cap. Tua nobis. 17. à n. 36. usque ad 50. de Testament.*, Sanch. *in Opuscul. tom. 2. lib. 4. cap. 1. dub. 49. n. 3.*, Mostaz. *de Caus. piis, lib. 1. cap. 12. n. 33. versic. Limita.*, Pinheir. *in Appendic. de Testam. §. 6. n. 217.*, & refert judicatum Themud. *dec. 117. n. 15.*, Guerreir. *tract. 1. de Inventar. lib. 4. cap. 6. n. 311.*, & tract. 4. lib. 7. cap. 10. n. 14., ubi alias declarationes refert.

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 16. n. 5.*, Gratian. *For. cap. 20. n. 40.*, Pinheir. *in Appendic. de Testam. disp. unic. sect. 3. §. 3. ex n. 181.* Tempus enim datum à Testatore semper observari debet; Covarr. *in cap. 3. n. 10. de Testam.*, Molin. *de Just. & Jur. disp. 251. n. 1.*, quod tamen intellige, nisi durante termino, Executor fiat suspectus, qui tunc non solum cogendus est rationem reddere, sed etiam omninò removendus erit; ut ex pluribus tenet Guerreir. *tract. 4. de Ration. Reddend. lib. 7. cap. 10. n. 10.* Et si Executor in termino à Testatore præfinito non reddiderit rationes, nihil disponit Ordinatio, ideo servanda est in hoc casu juris communis dispositio, ut advertit Pinheir. *in Appendic. de Testam. disp. unic. sect. 3. §. 4. n. 194.*; dispositio autem juris est, quòd Executores testamentarii non adimplentes jussa Testatorum in tempore designato, priventur ab executione testamentorum, & commodo illis à Testatore relicto; Spin. *in Speculo testament. glos. 28. n. 44. versic. Et inter. & n. 45.*, August. Barbof. *in cap. Nos quidem. 3.*, & *in cap. Si heredes. 6. de Testament. Dian. Resolut. moral. p. 6. tract. 9. resol. 42. sub n. 2.*, Pinheir. *in Append. de Testam. disp. unic. sect. 3. §. 4. ex n. 191.* Et in hoc casu non admittitur purgatio moræ; Azeved. *in L. 4. n. 32. tit. 2. lib. 5. Nov. Recopilat.*, Mieres *de Majorat. p. 1. cap. 48. n. 7.*, Sanch. *de Matrim. lib. 6. disp. 22. n. 4.* Sed de jure nostro contrarium ostendit Pinheir. *de Testam. in Append. disp. unic. sect. 3. §. 4. n. 202.*

(b) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Pinheir. *in Appendic. de Testam. disp. unic. sect. 3. §. 2. n. 177. in fin.* Et nota, quòd per hanc Legem statutum erat, quòd ad prorogandum Executoribus tempus, ut adimplere possent jussa testatorum recurrere debebant iidem Executores ad Senatium Palatinum; quod tamen innovatum extat per *Regim. Senat. Palat. in §. 117.* ubi decernitur, quòd non possint Senatores Palatini has inducias Executoribus concedere; & ita hodie recurritur ad Regem, qui jubet consulere.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Carvalh. *in cap. Reynaldus, de Testam. p. 2. num. 152.*, Gabr. Per. *de Man. Reg. p. 1. cap. 16. n. 6.*, & à n. 35., Themud. *dec. 16.*, Cald. *de Renovat. emphyt. q. 5. n. 27.*, Antonel. *de Tempor. legal. lib. 2. cap. 36.*, latè Oliveir. *de Muner. Provisor. cap. 2.*

Tom. II.

§. 17. & 18., Pinheir. *in Append. de Testam. à n. 181.*, Mostaz. *de Caus. piis, lib. 1. cap. 12.*, Guerreir. *tract. 1. de Inventar. lib. 4. cap. 6. n. 287.* Et an iste annus currat à die aditæ hæreditatis, vel à die monitionis factæ per Judicem, quæstio dubia est; aliqui enim tenent, quòd iste terminus debet numerari à die monitionis, ut cum pluribus sequitur Antonel. *d. cap. 36. à n. 2.*; alii autem, quòd incipere debet à tempore aditæ hæreditatis, de quo vide Pinheir. *in Append. de Testam. sect. 3. §. 2. n. 168.*, sed quòd iste annus, & mensis debeat currere à die mortis testatoris, firmiter comprobatur Guerreir. *tract. 1. de Inventar. lib. 4. cap. 6. n. 288.*, qui hanc resolutionem *in num. seqq.* bene declarat, & eum consule.

(d) Ad verb. *Pelos Prelados, e Vigarios, ou pelos Provedores.* Ex hac Ordinatione patet, quòd testamenti executio pertinet tam ad Judicem Ecclesiasticum, quam ad Seculare; Cabed. *p. 1. dec. 88.*, latè Gabr. Per. *de Man. Reg. p. 1. cap. 16. à n. 2.*, ubi idem dicit in legatis piis; Oliveir. *de Muner. Provisor. cap. 1. n. 40.*; loquitur tamen Ordinatio de casu, quo defunctus decedit cum testamento, & non ab intestato, ut intelligit Gabr. Per. *de Man. Reg. cap. 16. à n. 2.*, ex quo venit inquirendum: An Episcopus possit super hæreditate ejus, qui intestatus deceffit, se ingerere, ad hoc ut hæredes cogat aliquid expendere in opera pia pro anima defuncti? vide ad resolutionem Mostaz. *de Caus. piis, lib. 6. cap. 6. à n. 55.*, & sequere ea quæ tradit Gabr. Per. *de Man. Reg. d. cap. 16. à n. 16.*, Portug. *de Donation. lib. 1. p. 2. cap. 31. à n. 39.*, Peg. *ad Ord. lib. 2. tit. 1. §. 14. à n. 14.*, Oliveir. *de Muner. Provisor. cap. 1. §. 12. cum seqq. usque ad n. 17.*, Cortiad. *dec. 258. à n. 47.* Et an Episcopus, cui competit executio testamenti, teneatur illud adimplere facere, non solum quoad legata pia, sed etiam quoad profana; vide ad resolutionem sequentem Notam Senatoris Oliveira: *Possum itaque Episcopi exequi testamenta non solum quoad legata pia, sed etiam quoad profana; Themud. dec. 98. n. 33.*, Vela *disert. 14. n. 46.*, Pinheir. *in Appendic. de Testam. n. 51. & 52.*; quod tamen intellige, quando ex officio procedunt, cogendo Executores ad redditionem rationum, unde secus si legatarii coram illis legata petant profana; hoc namque casu actio ex testamento moveri debet contra Executorem laicum in foro seculari; quidquid aliud sit, si legatum fuerit pium; de quo vide Pereir. *de Man. Reg. cap. 16. à n. 11. usque ad 14.*, Cortiad. *dec. 279. à n. 16.* E assim se tomou Assento, por este fundamento, no Desimbargo do Paço, no agravo de Helena de Almeida com Luiz do Couto Felix. Mas não se deve prohibir aos legatarios, que possão nos mesmos autos da conta do testamento ajudar o Promotor da Justiça, com tanto que não peçãõ por accãõ nova os seus legados profanos, perante o Juiz Ecclesiastico. E posto que a Concordata, que ref. re Themudo dec. 350., pareça que obsta, em quanto diz que podem os legatarios pedir seus legados, se deve entender, quanto aos pijs, de que os Ecclesiasticos podem cõhecer, mas não dos profanos. Et an testator prohibere possit, ne Episcopus se intromittat in executione sui testamenti, quoad legata pia, nec compellat Executorem suum testamentarium ad reddendas rationes coram eo? negativè resolvunt August. Barbof. *in cap. Tua nobis. 17. n. 1. & 2. de Testam.*, Valasc. *conf. 105. n. 57.*, Bovadilh. *in Politic. lib. 2. cap. 17. n. 104.*, Molin. *de Just. & Jur. disp. 251. n. 6.*, Cald. *de Nomin. emphyt. q. 19. n. 56.*, Castilh. *lib. 8. Controv. cap. 7. n. 10.*, Mostaz. *de Caus. piis, lib. 1. cap. 12. n. 8. versic. Quod extendunt.* Ad verb. *On pelos Provedores*; intellige, etiamsi Executor testamentarius sit Clericus; quia per Provisorem cogi potest ad rationes reddendas, & ad implenda jussa

Nnn

testa-

Testamenteiro, que quer dar conta antes do anno, o póde fazer ante o Provedor dos Resíduos, e Official Ecclesiastico juntamente, *liv. 1. tit. 62. (a)*

Testamenteiro, que não cumprio seu officio perderá o premio, que o Te-

stador lhe deixou, *ibid. §. 12. e 14. (b)*
 Testamenteiro não recebe nenhuns bens do defuncto sem inventario feito por Tabaliao, e por mandado da Justiça, a que o conhecimento pertencer, *ibid. §. 19. (c)*

Testa-

testatoris; Oliveir. *de Muner. Provisor. cap. 1. n. 35. in fin.*, *Peg. For. cap. 11. n. 130.*, & idem observatur cum Regularibus, ut fuit iudicatum in instrumento gravaminis ex oppido de *Setúbal*, interpositum à Fr. Joanne de S. Maria, cum Gasparo Rodrigues Ferreira, anno 1677. Scriba Ribeiro, ut memorat Senator Oliveira ad hanc Ordinationem; & refert Themud. *dec. 62.*, & Escan. *in Propugnacul. discept. 13. cap. 9. à n. 13. & seqq.* Ad verb. *Observando-se a prevençãõ.* Nota, quod jam hodie non practicatur hæc præventio propter Concordiam à Sede Apostolica firmatam, quam habes in *Ord. lib. 1. tit. 62. Coll. 1. n. 2.*, in qua Iudex Ecclesiasticus habet alternativam cum Iudice Seculari, quæ alternativa observari etiam debet in casu, quo testator sit Clericus, & relinquat Ecclesiæ legatum; ut fuit resolutum in Senatu Palatino apud *Peg. tom. 3. ad Ord. lib. 1. tit. 9. §. 12. n. 632. pag. 242.*, vel instituat animam suam hæredem, vel alium Clericum pro hærede relinquat; ut declarat Senator Joann. Alvar. da Costa. in sequenti Nota, ibi: *Nota, que pela alternativa pertence ao Secular o testamento do Clerigo, que deixou por herdeira a sua alma, como se asentou no Desembargo do Paço; e o mesmo, quando instituiu a outro Clerigo.* Et si Iudex Ecclesiasticus sit negligens in executione testamenti, nec obliget Executorem ad exequenda iussa testatoris, an possit Iudex Secularis se intromittere in Executione, & procedere adversus Executorem? vide sequentem Notam Senatoris Joann. Alvar. da Costa. *Tem cessado esta Ordenaçãõ pela Concordata alternativa dos mezes, que refere Gabr. Per. de Man. Reg., & meminit Oliveir. de Muner. Provisor., segundo a qual no mez de Janeiro pertence ao Ecclesiastico, e no mez de Fevereiro aos Provedores, & sic de cæteris, donde resultou em a Villa de Estremoz questionar-se, se pertencendo o conhecimento ao Ecclesiastico de hum testamento, que no decurso de annos se não fez cumprir, si propter negligentiam Ecclesiastici podia intrometter-se o Provedor da Comarca: e parece que sim; siquidem na Concordata se não declarou isto, & casus omnes manet in dispositione juris; L. 10. ff. de Liber. & posthum. ; e segundo Direiro, a negligencia, e omisãõ de huma jurisdicãõ se pode supprir pela outra, quando não he incapaz, ou incompetente; ut ultra alios tradit idem Pereir. de Man. Reg. p. 1. cap. 7., facit Reynof. *observ. 60. n. 33.*, & ita in terminis tenuit Oliveir. de Muner. Provisor. in Addition. ad cap. 1. n. 7., & facit optimè Fontanel. *dec. 289. in simillimo casu: ideoque se intrometteo o Provedor, que era o Doutor Francisco Ribeiro de Lima, a conhecer do tal testamento, pelo que o Arcebispo de Evora procedeo com censuras, e excommunhoes; e aggravando para a Corõa o Provedor, não teve provimento, anno de 1695., sendo Procurador da Corõa o Desembargador Manoel Lopes de Oliveira; & Judices os Desembargadores Manoel da Cunha Sardinha, Antonio da Cunha Pinheiro, & alii. Nam per alternativam manet exclusus Secularis Iudex à mensibus Ecclesiastici Judicis. Sed tu cogita. Foi este caso controverso, e houve nelle empate; & de eo meminit Guerreir. de Inventar. lib. 4. cap. 6. n. 96., & iudicatum impugnatur à n. 97., & materiam tractat ex n. 81. Sed juxta magis securam opinionem Iudex Laicus non potest supplere negligentiam Ecclesiastici, de quo vide Gonzal. ad Text. in cap. Qualiter, & quando; de Judic., Balmased. de Collect. q. 19. n. 21.**

(a) Hæc dispositio facta fuit à Domino Rege Emanuele, ut declarat hæcmet Ordinatio, quo tempore vigeat præventio inter Ecclesiasticum, & Secularem; & cum tempus anticipari non possit in præjudicium jurisdictionis, & partis, ex doctrina, de qua Fontanel. *dec. 39. & 40.*, Cresp. *observ. 30.* justè decretum fuit, quòd intra annum, in quo testamentarius non poterat compelli à Iudice ad reddendas rationes, non posset ipse testamentarius comparere ad ipsas rationes reddendas in-

tra dictum annum, nisi coram Iudice Ecclesiastico, ac Seculari simul concurrentibus; de quo vide Gabr. Per. de Castr. *de Man. Reg. cap. 15. n. 36.*

(b) Ad verb. *Perderá o premio.* An similiter præmium amittant testamentarii, si onus à principio non acceptent, & non solum præmium, sed quodcumque eis relictum fuerit à testatore; vide Pinheir. in *Appendic. de Testam. disp. unic. sect. 1. §. 6. n. 62. & seqq.*, & specialiter agit de hac Ordinatione in *sect. 3. §. 4. n. 194.*, Cortiad. *tom. 4. dec. 281. ex n. 14.*, Guerreir. *tract. 1. de Inventar. lib. 4. cap. 6. n. 279. & seqq.*, Reynof. *observ. 55. n. 22.* Intellige tamen, quòd ad incurrendam penam amissionis, debet præcedere monitio ipsi executori facta; Mostaz. *de Caus. piis lib. 1. cap. 12. à n. 19.*, August. Barbof. *de Jur. Eccles. lib. 3. cap. 27. n. 34.*, & de *Potest. Episcop. p. 3. alleg. 82. n. 24.*, & cum pluribus Cortiad. *d. dec. 281. n. 18. & 19.* De Jure tamen hujus Regni asserit Molin. *de Just. & Jur. diff. 251. n. 5.*, non esse necessariam monitionem. Ad verb. *Que o testador lhe deixou;* & quid si testator nihil testamentario relinquat, an ei aliquid debeat solvi, vide Parlador. *Rev. quotidian. tom. 2. differ. 130. §. 6. n. 1. & 2.*, Gutierrez. *de Tutel. p. 3. cap. 45. per tot.*, Mostaz. *de Caus. piis lib. 2. cap. 4. à n. 36. cum seqq.*, August. Barbof. *Vot. 126. n. 143. lib. 3.*, Reynof. *observ. 55. num. 23.*, & vide etiam sequentem Notam Senatoris Oliveira. *An aliquod præmium, seu salarium testamentariis debeat, si à testatore non sit relictum; vide Pinheir. de Testam. §. 10. à num. 256.*, Oliveir. *de Muner. Provisor. cap. 2. n. 63.*, Cortiad. *dec. 280. n. 8.* *Eu sempre votei, que se lhes não devia salario; porque nem por Direiro, nem por Ordenaçãõ lhes he dado, e principalmente porque nestes §§. 12. e 14. condemna a culpa dos Testamenteiros com perdimento do premio, que pelos testadores lhe fuisse deixado; e se quando lhes não fosse deixado o tivessem pela Ley, com mais razão os privaria: e assim o que devem fazer, quando aceitarem a testamentaria, he requerer logo ao Provedor, ou protestar.*

(c) Ex hac Ordinatione patet, quòd Executor testamentarius tenetur inventarium conficere de omnibus bonis suæ executionis; de quo vide Ægid. in *L. 1. Cod. de Sacros. Eccles. p. 5. §. 1. à n. 26.*, Mostaz. *de Caus. piis lib. 1. cap. 12. n. 31.*, & alios apud Cortiad. *p. 4. dec. 278. n. 20.*, & plures, quos congerit Guerreir. *de Invent. lib. 4. cap. 6. n. 1.*, ubi ampliatur, & limitatur, & omnia ad materiam eruditè congeffit. Hoc tamen inventarium debet confici coram Iudice, & non coram Provisore, ut constat ex verbis hujus Legis, ibi: *Por mandado da Justiça, a que o conhecimento pertencer;* de quo vide Addition. ad Oliveir. *de Muner. Provisor. cap. 1. n. 48.*, ubi limitatur, nisi necessitas aliud postulet; & vide ad materiam sequentem Notam Senatoris Oliveira. *Hoc inventarium apud Provisorem non est conficiendum, nisi tamen casu, quo anima testatoris sit heres universalis, Oliveir. de Muner. Provisor. cap. 1. §. 3., & in Addit. cap. 1. n. 47. & 48. sed apud Judices Ordinarios confici debet, ut colligitur ex Ordin. supr. §. 9., ubi exhiberi jubet inventaria Provisoribus: ergo supponit apud illos non esse conficienda; aliter tamen, & non improbabiler distinguit Pinheir. in *Appendic. de Testam. ex n. 251.*; mas Sua Magestade declarou, que o inventario dos bens de Pedralves Caldas, posto que deixasse tudo para obras pias, não pertencia ao Provedor dos Resíduos; e muito menos os podem fazer os Vigarios, e Juizes dos Resíduos Ecclesiasticos, aindaque os testadores falleçam nos seus mezes, e aindaque testem para causas pias, como se julgou no Juizo da Corõa neste anno de 1693., e se julgou tambem outra vez no anno de 1694., que se confirmou por Assento do Desembargo do Paço; declarando-se, que não podia o Juiz dos Resíduos Ecclesiastico fazer inventario, e menos leilão, e almoeda dos bens de Isabel de Andrade, a qual deixou a sua alma por herdeira; vide apud *Peg. tom. 14. ad Ord. in Addit. ad hunc tit. n. 79.**

(a) Hæc

Testamenteiro fará as despesas perante hum Tabaliaõ das Notas, *liv. 1. tit. 62. §. 20.* (a)
 Testamenteiro ferá crido por seu juramento até valia de dous marcos de prata, não passando cada addição da quantia de seiscentos e cincoenta reis, que he o intrinseco valor das duas onças, *ibid. §. 21.* (b)
 Testamenteiro será obrigado a dar conta até vinte e cinco annos, *ibid. §. 22.* (c)
 Testamenteiro quando for lançado do testamento, cumprirá as obras meritorias delle a pessoa, que para isso for escolhida pelo Provedor, ou o Thesoureiro dos Resíduos, *ibid. §. 16.* (d)
 Testamenteiro, que se esconde, he citado na pessoa de sua mulher, *ibid. §. 6.*
 Testamenteiro não póde comprar para si, nem para outrem bens, que ficaõ do defuncto, *ibid. §. 7.* (e)
 Testamenteiro, que não dispendeo, ou dis-

pendeo mal, he removido da testamentaria, e se julga ao Residuo, *ibid. §. 12.* (f)
 TESTAR não póde a mulher, que casa de cincoenta annos, mais que da terça, posto que não tenha ascendentes, nem descendentes, *liv. 4. tit. 105.* (g)
 TESTEMUNHAS duas dignas de fé fazem próva, *liv. 1. tit. 62. §. 21.* (h)
 Testemunhas se requerem tres ao menos no auto, que se faz, quando o Alcaide mór entrega o Castello a outro, *liv. 1. tit. 74. §. 5.* (i)
 Testemunhas se requerem tres, quando se allega o foral; e se reclama, para que se não leve algum direito, *liv. 2. tit. 45. §. 35.*
 Testemunhas se requerem tres na fiança, que a mãy, ou avó dá, quando lhe entregaõ as pessoas, e legitimas de seus filhos, ou nétos, *liv. 4. tit. 102. §. 3.* (k)
 Testemunhas da queréla se perguntaõ até vinte dias, *liv. 5. tit. 117. §. 12. e 18.* (l)

Teste-

(a) Hæc dispositio jam hodie non observatur, ut fatetur Senator Oliveira in sequenti Nota: Este §. 20. não se observa, porque tanto que consta da verdade da despesa por escriptos, ou conhecimentos das pessoas, que receberam, se levão em conta pelos Provedores.

(b) Ad verb. De seiscentos e cincoenta reis. Ex hac Ordinatione rectè probatur, quòd in rebus minimis debet stari juramento testamentarii, ut jam supra notavimus in verb. Testamenteiro he obrigado a dar conta, aindaque o testador mande o contrario; & præter DD. ibi laudatos, vide quos congerit Peg. rom. 4. ad Ord. in Comment. ad hunc §. sub n. 1. Ad verb. Que he o intrinseco valor das duas onças. Ex hac dispositione constat, quòd tempore hujus Legis marcus argenti non ascendebat valorem duorum millia, & sexcenta teruntiorum; ex quo venit dubitandum: An currenti tempore, in quo marcus argenti duplicatum fermè valorem habet, debeat admitti juramentum testamentariorum in quantitate tantummodo sexcentorum, & quinquaginta teruntiorum, seu potius in quantitate, quæ respiciat valorem untiarum duarum argenti? vide quæ notavit Senator Oliveira: Como os marcos tem hoje outro mayor valor, poderão os testamenteiros jurar até o valor das onças, aindaque cada huma valha mais de seiscentos e cincoenta reis: mas duvido muito, porque esta Ordenação respeiou expressamente ao valor intrinseco das onças, e o declarou.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis vide Reynof. observ. 55. n. 26., & sequentem Notam Joann. Alvar. da Costa: Este §. 22. extendêrão alguns para todas as contas; irant, que passados vinte e cinco annos, se não possaõ tomar das Missas; porém na causa de appellação de Setuval, em que erão partes o Syndico do Hospital, e Pedro de Sousa Castello-branco, anno de 1730., julgámos que até trinta annos se podiaõ, e devião tomar contas, e ser este o estylo, ex Nogueir. Quæstion. singul. disp. 2. q. 8. n. 7. & 10., Pelizay. Regul. tract. 5. cap. 9. n. 93. Et hæc Ordinatio, teste Peg. hic, est specialis, inde non extendenda in prejudicium anime testatoris.

(d) Probatur ex hac Ordinatione, quòd testamentarius jussa testatoris non adimplens potest ab administratione, seu executione removeri; de quo vide quæ supra notavimus in verb. Testamenteiro, a que he dado tempo pelo defuncto, para o cumprir, &c.

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. Nulla he a compra, que o testamenteiro fizer dos bens do testador por si, ou por interposta pessoa.

(f) De ejiciendo testamentario ab executione testamenti, quando testatoris jussa non adimplet, vide supra verb. Testamenteiro, a que he dado tempo pelo defuncto, para o cumprir &c.

Tom. II.

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. Mulher viuva, que casa de cincoenta annos, tendo filhos, não póde alhear, &c. Et verb. Nulla he a alheação, que fizer a mulher viuva, que casa depois de cincoenta annos, &c.

(h) Ad probationem cujuscumque negotii sufficere numerum duorum testium, firmant communiter omnes DD. ex Textu Deuteronom. cap. 17. versic. 6., & cap. 19. versic. 15., & ex Euangel. Matth. cap. 18. versic. 16., & Joann. cap. 8. versic. 8. & ex Div. Paul. Epist. 1. ad Timoth. cap. 5. vers. 19., & Epist. 2. ad Corinth. cap. 13. versic. 2., & ad Hebræos cap. 18. versic. 2., Text. in cap. In omni negotio, & in cap. Quæstionis, & in cap. Cum à nobis. de Testib. & attestation. Text. in L. Ubi numerus. 12. ff. de Testib. L. 3. Cod. de Naufrag. Quod tamen intellige circa illa negotia, in quibus Lex non requirit certum, & determinatum numerum testium; nam si Lex plures testes requirat, utpote in testamentis, in donatione causa mortis, in nominatione emphyteusis nuncupativa, & similibus; tunc non erit sufficiens numerus duorum testium; ut bene explicat Gonzal. ad Text. in cap. Licet universis. 23. n. 6. de Testib., & latè Farinac. in tract. de Testib. q. 63. n. 232., & in puncto n. 260. & 261., SS. Pap. Domin. noster Benedicti. XIV. de Canonizat. Sanct. lib. 3. cap. 5. à n. 1. cum seqq., apud quos materia ista latissimè exornatur.

(i) Quamvis regulariter in qualibet causa sufficiant duo testes ad probationem inducendam, ut supra diximus, & latè comprobatur Farinac. de Testib. q. 63. n. 232., attamen per Statuta fieri potest, ut plures quàm duo testes in aliquo actu ad illius probationem requirantur, ut declarat idem Farinac. d. q. 63. n. 260., & cum Lex in hoc casu tres testes ad probationem requirat, ita observari debet, generali regula non obstante.

(k) In contractibus, qui fiunt à Tabellione per scripturam sufficiunt duo testes, ex Ord. lib. 1. tit. 78. §. 4., & unus ex illis potest subscribere pro aliquo ex contractibus, suum signum facere nesciente, ut dicit Cald. de Empt. & Vendit. cap. 34. n. 17.: at verò in casu hujus Ordinationis, non solum requiruntur duo testes in scriptura fidejussoria cautionis à matre, seu avia præstitæ, ad munus tutelæ suscipiendum, sed ultra istos duo testes requiritur alius, qui pro ipsa tutrice subscribat; quod etiam in cæteris contractibus contra doctrinam Doctoris Cald. supra relati, evidenter patet ex Ord. lib. 1. d. tit. 78. §. 4.

(a) Hos viginti dies ad probandam querelam esse continuos, traddit judicatum Senator Joann. Alvar. da Cost. in quadam notiuncula ad illa verba hujus Legis: Vinte dias

Nnn 2

(a) Testes

Testemunhas, aindaque sejaõ mortas, se dá credito aos seus depoimentos, *liv. 3. tit. 16.*

§. 1. (a)

Testemunhas da devassa não comettem os Julgadores a ninguem, *liv. 1. tit. 65.*

§. 33. (b)

Testemunha huma basta para conhecer o quereloso, quando o Juiz, e Escrivão

o não conhecem, *liv. 5. tit. 17. §. 10. (c)*

Testemunha huma basta para provar, que o carniceiro, pádeira, ou taverneira, deraõ de seus mistéres fiado, não passando de mil reis, *liv. 4. tit. 18. ad fin.*

Testemunhas mais qualificadas, e dignas de mayor fé, são mais attendiveis, *liv. 3. tit. 60. §. fin. in fin. (d)*

Teste-

(a) Testes examinati coram Judicibus Arbitris, si mortui sint, & repeti non possint, plenam fidem faciunt, ut probatur ex hac Ordinatione, & tenet Bruneman. *ad Text. in L. Cum apud, fin. n. 5. Cod. de Testib.*, August. Barbof. *in Collect. ad eund. Text. n. 1.*, & hoc esse commune apud DD. testatur Farinac. *in Prax. crimin. q. 72. n. 129.* Et quid si testis, jam mortuus, examinatus esset, parte non citata, an ejus positioni fides adhibeatur; vide eundem Farinac. *d. q. 72. ex n. 129. cum seqq.* apud nos tamen servatur, quod si testes, qui fuerunt examinati in actu querelæ, vel inquisitionis, moriantur antequam à Reo fiant judiciales, vel eo citato reproducantur, plenam fidem faciunt, ex *Ord. lib. 3. tit. 62. §. 1.*, *Leit. de Jur. Lusit. tract. 3. q. 11. n. 5.*, Thom. Vaz *ad Reform. Just. §. 18. n. 213.*, Ferreir. *in Prax. crimin. lib. 3. cap. 10. n. 7.*

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide Phæb. *part. 1. dec. 10. à n. 1. usque ad 6.*, Mend. à Castr. *p. 2. lib. 5. cap. 3. n. 1.*, quod ita dispositum erat circa Præsides criminales Curie ex *Ord. lib. 1. tit. 7. §. 25.*, ut per se inquirerent super delicto alicujus homicidii, quæ dispositio hodie vix practicari posse dicit Senator Oliveira in sequenti Nota. *Este §. e o seguinte não está em observancia, porque pela Ley dos Julgadores dos Bairros, os Corregedores da Corte tinham seus Bairros em Lisboa, e nelles somente tiravaõ as devassas, e os corriaõ; e hoje nem estes tem; porque Sua Magestade para elles creou de novo Corregedores do Crime, e Juizes do Crime; e assim os da Corte, nem correm Bairros, nem tiravaõ devassas, salvo por especial commissão d'El-Rey.*

(c) Quamvis regula juris sit, quod unicus testis nullam probationem facit, aliquando tamen Lex aliquos decernit casus, in quibus unico testi fides adhibenda est, ut in *Ord. lib. 1. tit. 2. §. 18.*, & *tit. 4. §. 11.*, & *tit. 14. §. 6.*, & *tit. 24. §. 17.*, & *lib. 3. tit. 55. §. 10.*, & *lib. 4. tit. 18. ad fin.*, & *lib. 5. tit. 117. §. 10.* Princeps enim, quamvis non possit efficere ut generaliter, & in omnibus casibus unico credatur testi, potest tamen decernere, quod in aliquibus ei plena fides adhibeatur; Farinac. *de Testib. q. 63. n. 12.*, Conciol. *in Resolut. crimin. verb. Princeps. resol. 2. n. 6.*, Leotard. *de Usur. q. 93. n. 31.*, Scacc. *de Judic. cap. 9. dub. 9. n. 396.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. In omni negotio. 4. n. 3. de Testib.*, Peg. *tom. 2. ad Ord. lib. 1. tit. 3. glof. 96. ad §. 39. cap. 3. n. 3. pag. 198.*, & *tom. 3. lib. 1. tit. 24. §. 17. glof. 19. n. 5. pag. 536.* Et in Jure etiam admittitur unicus testis ad plenam probationem in aliquibus casibus faciendam. Primus, quando testis fuerit valde dignus, & in magna auctoritate constitutus, ut ex Paul. Castrenf., dicit Cov. *lib. Practic. quest. cap. 33. n. 3. in fin.*, Mascard. *de Probat. lib. 1. in Præfat. q. 11. n. 19.*, Valenzuel. *conf. 58. n. 2.*, & *conf. 157. n. 6.*, & ita deliberatum, & evictum fuit apud Peg. *tom. 7. ad Ord. lib. 1. ad Regim. Senat. Palat. cap. 50. pag. 505. & 506.*: quod tamen intelligendum est, si deponat de aliquo facto sibi concernente, veluti de commissione sibi facta, ut declarat Guzman *de Eviction. q. 9. n. 40.*, Farinac. *in Prax. crimin. tract. de Testib. q. 63. n. 26.*; nam in materia, quæ præjudicium alterius affert, non resultabit ex dicto ejus probatio plena; Covas *Præct. quest. d. cap. 33. n. 3.*, Farinac. *d. q. 63. n. 6.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. In omni negotio. 4. n. 6. de Testib.*, nec etiam in materia criminali, in qua tractatur de periculo vitæ, famæ, ac honorum; Conciol. *in Resolut. crimin. verb. Testis. resol. 16. n. 3.* Secundus casus est, quando proceditur in aliqua causa sola facti veritate inspecta; quia tunc unico testi plena fides adhibetur, si alia con-

current conjecturæ; Farinac. *de Testib. q. 63. n. 13.*, Cyriac. *Controv. 40. n. 5.* Tertius casus est, quando partes consentiunt, quod unico testi fides adhibeatur, quia tunc ei plenè credendum est; Farinac. *in Prax. crimin. tract. de Testib. q. 63. ex n. 18.*, Cald. *in L. Si curatorem. verb. Vel adversarii dolo. n. 2. Cod. de In integr. restitut.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. In omni negotio. 4. n. 4. de Testib.*, Conciol. *in Resolut. crimin. verb. Testis. resol. 16. n. 10.*, Peg. *tom. 2. ad Ord. lib. 1. tit. 3. glof. 96. ad §. 39.*, *Regim. Senat. Palat. cap. 3. n. 3. & 4. pag. 198.*, *Guerreir. tract. 4. de Ration. Reddend. lib. 2. cap. 8. n. 17.*, Barbof. *ad Ord. lib. 3. tit. 55. concl. 1. n. 4.* Quartus casus est, in causis modicis, & parvæ quantitatis, quæ summarie expediuntur, & in quibus de modico agitur præjudicio; quia in istis sufficit testis unicus, ut probatur ex *Ord. lib. 4. tit. 18. ad fin.*, & tenent Mascard. *de Probat. lib. 1. in Præfat. q. 11. n. 18.*, Farinac. *de Testib. q. 63. n. 30.*, Cardos. *in Prax. verb. Testis. n. 45.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. In omni negotio. n. 8. de Testib.*, Peg. *tom. 7. ad Ord. lib. 1. ad Regim. Senat. Palat. cap. 50. ad §. 76. pag. 596. versic. Cum unicus testis.* Quintus casus est in teste unico deponente contra producentem, quia ei plena fides adhibetur; Valenzuel. *conf. 73. n. 8.*, & *conf. 78. n. 42.*, & *conf. 121. n. 149.*, Escob. *de Purit. q. 6. §. 1. n. 18.*, Barbof. *ad Ord. lib. 3. tit. 55. conclus. 1. n. 5.*, Peg. *For. tom. 3. cap. 34. n. 396.*, & *tom. 7. ad Ord. lib. 1. tit. 87. §. 21. glof. 23. n. 12.* Sed ad hoc ut testis contra producentem plenam efficiat probationem, requiritur primò, quod non infringatur ejus depositio ab aliis testibus ejusdem producentis; nam si cæteri testes aliter deponant, credendum erit majori numero; Gratian. *For. cap. 468. n. 77.*, Andreol. *Controv. 34. n. 30.*, Posth. *de Manutent. observ. 89. n. 13.*, Cyriac. *Controv. 407. n. 84.*, Cancer. *p. 1. Var. cap. 20. n. 73.* Secundo requiritur, quod dictum testis jam publicatum in Judicio reproducat; nam ante illius publicationem non censetur producens approbare dictum testis, sed tantummodo personam; Farinac. *in Prax. crim. tit. de Testib. q. 62. n. 243.*, Gratian. *For. cap. 753. n. 15.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. In omni negotio. 4. n. 5. de Testib.*, Posth. *observ. 89. n. 12.*, Lara *de Amiversar. lib. 2. cap. 4. num. 64.*, Conciol. *alleg. 3. num. 31.*, & *alleg. 17. num. 34.*, & *alleg. 24. n. 44.*, & *alleg. 60. n. 19. & 63.*, Cancer. *p. 1. Var. cap. 20. sub n. 73.* Plures alios casus, in quibus depositio unius testis facit plenam fidem, congerunt Farinac. *in Prax. crimin. tit. de Testib. q. 63. ex n. 18.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. In omni negotio. 4. de Testib. ex n. 4.*, Emman. Barbof. *ad Ord. lib. 3. tit. 55. concl. 1. ex n. 4.*, ubi remittimus Lectorem.

(d) Testibus dignioribus, quàm minus dignis plus credendum est, ut patet ex hac Ordinatione: & ideo si testes pares sint numero, conditione verò inæquales, sequenda est fides eorum, qui majoris dignitatis sunt; Carlev. *de Judic. tit. 2. disp. 3. n. 21.*, Escob. *de Purit. Sanguin. p. 2. q. 9. §. 2. n. 13.*, Hermosilh. *ad L. 59. glof. 6. tit. 5. part. 5. n. 151.*, Gutierr. *alleg. 6. n. 8.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. Cum tu. 16. n. 3.*, & *in cap. In nostra. 32. n. 2. de Testib.*, Sabel. *in Sum. §. Testis. n. 17.* Quod tamen limita in favorem Rei; nam si testes magis digni, veluti duo Clerici deponant de commissione delicti, & contrarium deponant duo Laici, præferenda erit depositio Laicorum; Gutierr. *d. alleg. 6. num. 8.*, Farinac. *in Prax. crimin. tit. de Testib. q. 65. num. 155. & 158. & 160. & 178.*, Conciol. *in Resolut. criminal. verb. Testis, quoad dicta. resol. 18. num. 2. in fin.*, Fragos. *de Regim. Reip. part. 1. lib. 5. disp. 13. §. 1. num. 11.*

(a) Ad

Testemunha huma basta para provar, que o Escrivão deu má reposta á parte, *liv. 1. tit. 24. §. 17.*

Testemunhas, que haõ de perguntar os Corregedores, e Juizes de Fóra, que saõ de outras partes fóra da sua jurisdicção, mandalas-haõ ir perante si á custa da parte, *liv. 1. tit. 86. §. 5. ad fin. (a)*

Testemunha basta huma para conhecer a testemunha, que o Juiz, Enqueredor, ou Escrivão naõ conhecem, *liv. 3. tit. 55. §. 10., e liv. 5. tit. 117. §. 10.*

Testemunhas naõ podem com ellas fallar as partes, depois que forem nomeadas, *liv. 3. tit. 57. (b)*

Testemunhas de Entre Douro, e Minho, que se tirarem por Carta de alguma das Relações, inquire o Corregedor, ou o Juiz de Fóra, e as pergunta por si, *liv. 1. tit. 85. §. 5.*

Testemunhas deve nomear a parte no Lugar, para onde levar a Carta de inquirição, no dia que assim apresentar até

o outro dia, *liv. 3. tit. 55. §. 1. (c)*

Testemunhas para as fazer vir de mais longe, que de cinco legoas da Côrte a testemunhar em feito crime, haõ de ser cinco Desembargadores concordes, *liv. 1. tit. 11. §. 2. (d)*

Testemunhas, que saõ mandadas vir de fóra para depôr em feito crime, saõ pagas pelas despensas da Relação, *ibid.*

Testemunhas, que o naõ podem ser em outros casos, haõ de valer seus testemunhos nos delictos cometidos por traição, e aleivosia, excepto sendo inimigas, *liv. 5. tit. 37. §. 1. (e)*

Testemunhas, que se requerem em testamento aberto, saõ cinco, *liv. 4. tit. 80. (f)*

Testemunhas, que se requerem em testamento cerrado, saõ cinco, *ibid. §. 1. (g)*

Testemunhas do testamento feito por palavra, saõ seis, *ibid. §. 4. (h)*

Testemunha, que assignou pelo Testador, ha de declarar como assigna por elle, por naõ saber, ou naõ poder, *ibid. §. 1. (i)*

Testa-

(a) Ad verb. *A' custa da parte*; deducitur ex Text. in L. Quoniam. 10. de Testib. cap. Statutum; & cap. Veniunt. 4. q. 3., de quo vide Lanfranc. de Salar. q. 86., Sabel. in Sum. §. Testis, n. 59., Cabed. p. 1. dec. 15. ex n. 3., August. Barbof. ad Text. in cap. Placuit, 1. n. 2. versic. Non obstat. de Testib., Peg. tom. 3. ad Ord. lib. 1. tit. 11. §. 2. n. 11., & quæ latè notavit Sylv. ad Ord. lib. 3. tit. 55. §. 6. per tot. Et nota, quòd testem producens tacitè se adstringit ad suppeditando sumptus, antequam ipse testis è domo exeat; Surd. de Aliment. tit. 4. q. 8. n. 3. & 6., Adrian. Bejeri in Dissertat., quam transcribit Pacian. de Probat. ad calcem tom. 1. cap. 4. n. 64., quod ampliatur in n. 65. dicens, quòd etiam si altera pars eundem testem produxisset, cum jam præsens esset, semper pars primo producens sumptus debet sustinere temporis veniendi, & moræ super primo examine tractatæ, & altera pars debet sumptus exponere temporis, quo testis pro secundo examine occupata fuit. Et addit in n. 66., quòd si testis iter faciens ad locum examinis incidat in morbum ex causa itineris, debet producens sumptus curationis facere; quod etiam comprobatur Sylv. ad Ord. lib. 3. tit. 55. §. 6. n. 7.

(b) Testis liberè, & non requisitus testimonium dicere debet; & ideo in hac Ordinatione cavetur, ne partes per se, vel per interpositam personam, loquantur cum testibus, postquam nominatæ fuerint ad deponendum, ut omnis subornationis suspicio repellatur, ut ait August. Barbof. in cap. Intimavit. 18. n. 2. de Testib., & vide latissimè de materia Sylv. tom. 1. ad lib. 3. Ord. in Commentar. ad hunc §., ubi omnia erudite congestit. Testibus enim, quibus pars alloquitur super materia, de qua deponere debent, fides non adhibetur; Landim de Syndicat. cap. 10. n. 71.

(c) Ad hanc Ordinationem, vide quæ notat Sylv. in Commentar. ad illam. Et ad verb. *No dia, que assim apresentar até o outro dia*; vide sequentem Notam Senatoris Thom. Pinheiro da Veiga, *Ibi*: até o outro dia; sendo feriado o seguinte, se entende até o outro dia depois do feriado ás oito horas; scilicet, se se apresentar á Sexta feira, basta nomear na Segunda feira ás oito horas; porque por estillo este dia, que acaba á meya noite, se entende que dura até a manhã, em que se pôde entregar.

(d) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ su-

pra notavimus in verb. *Ouvidores do Crime podem por si mandar vir as testemunhas para se repreguntarem, sendo da Corte... e sendo de mais longe, as não mandarão vir sem Acordão com cinco Desembargadores.*

(e) In criminibus gravioribus, & exceptis, propter eorum immanitatem admittuntur testes inhabiles ad probationem faciendam, ut patet ex hac Ordinatione, cum qua concordat Ord. lib. 5. tit. 6. §. fin., & tenet Farinac. in Prax. crimin. tit. de Testib. q. 62. n. 81., & alios quos congerit Sabel. in Sum. §. Testis. n. 2. Sed tales testes non sunt integræ fidei, nec omni exceptione majores; & ideo non plene probabunt ad infligendam penam ordinariam; de quo vide Farinac. in Prax. d. q. 62. n. 89., Conciol. in Resolut. crimin. verb. Testium miscellanea, resol. 7. n. 2., Sabel. in Sum. §. Testis, sub n. 2. versic. Et quando. Intellige tamen, si inhabilitas non procedat ex inimicitia testium; quia tunc in nullo crimine, neque etiam Læse-Majestatis admittuntur ad testificandum; ut probatur ex hac Ordinatione, & ex lib. 5. tit. 6. §. fin., Farinac. in Prax. crimin. tit. de Testib. q. 53. n. 7., & in tit. de Hæres. q. 188. §. 4. n. 67., Gom. tom. 3. Var. cap. 12. n. 14. vers. Et in tantum hoc est verum., Jul. Clar. in Prax. §. fin. q. 24. n. 5. versic. Et scias., August. Barbof. ad Text. in cap. Per tuas. 32. n. 2. de Simonia, Faria ad Covarr. lib. Practic. quæst. cap. 18. n. 9., Valenz. conf. 161. à n. 58.

(f) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Testamento aberto se faz com cinco testemunhas, varões livres, ou tidos por taes, &c.* Et nota, quòd licet dispositio testatoris debeat habere quinque testes, attamen ad probandam aliquam qualitatem extrinsecam sufficiunt duo; de quo vide Castilh. lib. 4. Controv. cap. 20. n. 1. & seqq.

(g) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ notavimus in loco supra proximè laudato.

(h) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Testamento ao tempo da morte se pôde ordenar por palavra sem escriptura com seis testemunhas, &c.*

(i) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Testamento aberto se faz com cinco testemunhas, &c.*, in versic. *E será assignado pelo Testador.* Et in verb. *Testamento cerrado se faz escrevendo, ou mandando Escrever, &c.*, in versic. *E o assignará.*

(a) Ad

Testemunhas, que se requerem em Codicillo, são quatro homens, ou mulheres maiores de quatorze annos, *liv. 4. tit. 86. §. 1. (a)*
 Testemunhas póde o Juiz perguntar em feito crime, depois de abertas, e publicadas, *liv. 5. tit. 124. §. 7. (b)*
 Testemunhas da queréla se perguntaõ pela Justiça, desistindo o quereloso, *ibid. §. 17.*
 Testemunhas se perguntaõ por parte da Justiça, sendo a parte lançada da acção, *ibid. §. 18.*
 Testemunhas podem ser em caso de Lesa-Magestade, os que não podião ser em outros casos, *liv. 5. tit. 6. §. 29. (c)*

(a) Ad validitatem codicilli requiruntur de Jure communi quinque testes, ut latè comprobatur Guerreir. de Muner. Judic. Orphan. tract. 2. lib. 5. cap. 18. n. 36., Fragos. de Regim. Reip. p. 3. lib. 5. disp. 8. §. 4. n. 119. De Jure verò nostri Regni solùm quatuor testes requiruntur ultra Tabellionem, sive mares sint, sive feminae, ut declarat hæc Ordinatio, & inquit Molin. de Just. & Jur. disp. 131. n. 9., Pinheir. de Testam. disp. 2. sect. 10. §. 5. n. 463., Guerreir. de Divison. lib. 5. d. cap. 18. n. 42. Et si codicillum fiat nuncupativè, quot testes in isto casu requirantur, disputat Pinheir. d. sect. 10. §. 5. ex n. 465.

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD., quos supra laudavimus in verb. Juiz em feito crime póde perguntar testemunhas depois de abertas, e publicadas. Et verb. Perguntas póde fazer o Juiz ás testemunhas em feito crime depois de abertas as inquirições.

(c) De materia hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. Testemunhas, que o não podem ser em outros casos, háo de valer seus testemunhos nos delictos comertidos por traicão, e aleivosia.

(d) Regula juris est, quòd testes possunt compelli ad testimonia ferenda, ut probatur ex tot. tit. de Testib. cogend., & ex L. Si quando. Cod. de Testib., Gom. lib. 3. Var. cap. 12. n. 24., Farinac. in Prax. crimin. in tract. de Testib. q. 78. n. 57., August. Barbof. ad Text. in cap. 1. n. 3. de Testib. cogend., Cancer. p. 1. Var. cap. 20. de Testib. n. 74., Cortiad. tom. 3. dec. 172. n. 1. & 6., Sabel. in Sum. verb. Testis. n. 14., quod procedit etiam si quis jurasset non deponere pro aliquo; quia non obstante juramento poterit à Judice compelli, cum tale juramentum dicatur contra bonos mores; Azeved. in L. 6. tit. 6. lib. 4. Nov. Recopilat. n. 4., Farinac. in Prax. d. q. 78. ex n. 149., Cortiad. d. dec. 172. n. 14., Hering. de Fidejussor. cap. 1. à n. 72., Harppr. in princ. Instit. de Fidejussor. n. 35., & potest hæc compulsio fieri à Judice per capturam personarum; ut ex pluribus tenet idem Cortiad. d. dec. 172. n. 33. Sed hæc regula multis in casibus limitatur: Primò in personis, in quibus charitas, reverentia vel dilectio justè repellit testem à testificando, utpotè uxor contra maritum, filius contra parentem, gener contra privignum, frater contra fratrem, & è contra in omnibus istis; de quo vide Gom. lib. 3. Var. cap. 12. sub n. 24., Azeved. in d. L. 6. tit. 6. n. 5. lib. 4. Nov. Recopilat., Farinac. d. q. 78. n. 88. & 105. & seqq., Cancer. p. 1. Var. d. cap. 20. ex n. 75., Cortiad. d. dec. 172. n. 17., nisi in casu, quo veritas aliter haberi non possit, ut infra dicemus, quando egerimus sigillatim de istis testibus; & ideo admittam fuisse mulierem ad testificandum contra maritum, qui focerum occidit, refert Calder. tom. 1. dec. 17., de quo etiam Conciol. in Resolut. crimin. verb. Testis. resol. 6. & 7., Farinac. in Prax. crim. q. 54. n. 221. Limita 2. in sene, qui excedit ætatem annorum septuaginta; quia non potest compelli ad testimonium ferendum extra ejus domum, sed debet Judex mittere Notarium ad illius domum ad eum examinandum; Farinac. d. q. 78. n. 63., August. Barbof. ad Text. in cap. 1. n. 5. de Testib. cogend., & in cap. Si qui testium. 8. n. 3. de Te-

Testemunhas, que intervem em escriptura falsa, sabendo-o, se he de valia de marco de prata, tem pena de morte, *liv. 5. tit. 53. §. 1.*

Testemunha recusada para se lhe dar credito, verá o Julgador a qualidade da recusação, e da próva a ella dada, *liv. 3. tit. 56. §. 10.*

Testemunha, que não quizer jurar, a póde constringer o Juiz, *liv. 3. tit. 55. §. 11 (d)*

Testemunha, que não se póde constringer a que jure, se fará saber a El-Rey, *ibid. (e)*

Testemunhas não podem ser o pay, mãy, avò, ou bisavò nos feitos dos filhos, nem contra elles, *liv. 3. tit. 56. §. 1. (f)*

Teste-

lib. & attestacion. Limita 3. in muliere gravida, quia etiam non potest cogi ad ferendum testimonium extra domum, sed debet in propria domo examinari; Azeved. d. L. 6. n. 4., Farinac. d. q. 78. n. 96. & 97., Cardos. in Prax. verb. Mulier. n. 30. Si tamen mulier fuerit timida, nec propria domo compelli debet ad jurandum; Azeved. d. L. 6. sub n. 4. Et an Judex Ecclesiasticus possit cogere Laicos, & Judex Laicus cogere Clericos, vide Cortiad. d. dec. 172. ex n. 18., & ex n. 30., sed quoad Clericos negativa opinio probatur ex hac Ordinatione in verbis, ibi: *On não forem as ditas pessoas da nossa jurisdicção,* & vide Calder. p. 1. dec. 14. ex n. 39. Declarat tamen Ordinatione, quòd nolentibus personis alterius jurisdictionis voluntariè deponere, Judex alios testes in defectum eorum interrogare debet; super qua dispositione, vide sequentem Notam Senatoris Joann. Alvar. da Costa. *Non providet Lex bene, dum consulit alios interrogandos testes in locum testium jurisdictionis Ecclesiasticæ: quid enim, si alii non sint testes? & cur non cogendus, qui veritatem jurare recusat tertii cum damno? Quare Curie praxis observat, quòd litteræ præcatorie cum articulis causa civilis mittantur ad Judicem Ecclesiasticum, ut coram Curie Ecclesiasticæ Officialibus cogatur jurare, & acta postea ad Actuarium causa remittantur per instrumentum; & de Jure probat hic Gonçalves da Sylva n. 24., & testatum de praxi vidi per Curie antiquiores Scribas in causa D. Ludovici Villela cum Antonio Osonio Cabral, in Judicio Capellarum Coronæ.*

(e) Ad hanc Ordinationem nota, quòd testis, qui non vult deponere, respuens compulsionem Judicis, potest de jure torqueri, de quo vide latè Conciol. in Resolut. crimin. verb. Tortura. resolut. 20. Sed de Jure nostri Regni, non admittitur talis tortura, sed assignatur remedium recurrendi ad Regem, ut ipse decernat, quid faciendum sit, ut patet ex hac Ordinatione, & etiam de jure Cathalonæ sublata esse torturam in hoc casu testatur Calder. dec. 14. sub n. 39.

(f) Ad verb. O Pay, Mãy. Deducitur hæc dispositio ex L. Lege Julia. ff. de Testib. l. Parentes. 5. Cod. de Testib. ubi disponitur, quòd parentes non possunt testificari pro filiis, nec è contra; de quo vide Farinac. in Prax. crimin. sub tit. de Testib. q. 54. ex n. 145., Cardos. in Prax. verb. Testis. n. 9., August. Barbof. ad Text. in cap. Super eo. 22. n. 10. de Testib., & in d. L. Parentes. 5. Cod. de Testib. ex n. 1., Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. disp. 13. §. 1. n. 20., Souf. de Maced. dec. 56. n. 1., Sylv. in Comment. ad hunc §. n. 1. qui omnes congerunt alios quamplurimos DD. ad hujus regulæ probationem; & ampliant hanc dispositionem in filio emancipato, naturali, spurio, incestuoso, & adoptivo; August. Barbof. in d. cap. Super eo. n. 10. de Testib., Farinac. in Prax. d. q. 54. n. 154. & seqq. usque ad n. 160., Sylv. in Comment. ad hunc §. n. 5. 6. & 7. Et idem procedere in focero respectu generis, vel è contra, idem Sylv. ad hunc Text. n. 9. Quam regulam tamen limitant 1. in causa Læsæ-Majestatis divinæ, vel humanæ: 2. in causa inter duos filios: 3. in causa super ætate filiorum, & aliis, quas ordinata ferie congerunt Farinac. d. q. 54. n. 173.

Testemunha não póde ser o irmaõ na causa de seu irmaõ, nem contra elle, em quanto estiver debaixo do governo, e poderio do irmaõ, *liv.3. tit.56. §. 2. (a)*

Testemunha não póde ser o Escravo, senaõ nos casos especialmente determinados por Direito, *ibid. §. 3. (b)*

Testemunha não póde ser o Judeo, ou Mouro em feito, que hum Christaõ tenha com outro; porẽm sendo a contenda entre Christaõ, e Judeo, valerãõ os testemu-

nhos dos Judeos, com os dos Christaõs, *ibid. §. 4. (c)*

Testemunha não póde ser o Menor de quatorze annos; porẽm nos delictos graves póde ser perguntado sem juramento, para informaçãõ da verdade, *ibid. §. 6. (d)*

Testemunha não póde ser o inimigo capital contra o seu inimigo, *ibid. §. 7. (e)*

Testemunha não póde ser o preso em cadêa pública; salvo se antes de ser preso, estava já nomeado por testemunha, *ibid. §.9. (f)*

n.173. & ex n.177., August. Barbof. ad Text. in cap. Super eo. 22. de Testib. ex n. 11., & in d. L. Parentes. Cod. de Testib. n. 5. 6. 7. & 8., Gabr. Per. de Man. Reg. p. 1. cap. 10. n. 36. versic. Unde, Fragof. de Regim. Reip. d. diff. 13. ex n. 20. & 21., Sylv. in Commentar. ad hunc §. ex n. 30. Et limitatur etiam in casu, quo veritas aliter haberi non possit, ut ex pluribus comprobatur Sylv. in Commentar. ad hunc §. n. 56., & ita judicari solet ut testatur Senator Joann. Alvar. da Costa in sequent. Nota. Quando o facto he domestico, & veritas aliter non potest constare, jurando, ou justificando a parte, que não tem outras testemunhas, se podem obrigar filios, e genros jurar contra sogro, ou pay, ex Text. in L. Quoties 3. Cod. de Naut. ag. lib. 12., Gom. tom. 3. Var. cap. 12. n. 34. Rebuff. de Reprob. test. n. 378., Farinac. tom. 2. q. 54. n. 171. & 193., & ita judicatur. Et an compadres, seu patrini possint esse testes pro compatre, & filio spiritali, vide Farinac. in d. q. 54. n. 200., Cardof. in Prax. verb. 1. testis. n. 24., August. Barbof. in d. L. Parentes. §. n. 9. Cod. de Testib., Sylv. in Comment. ad hunc §. n. 47.

(a) Ex hac Ordinatione infertur, quod regulariter frater potest esse testis in causa fratris, ut latè comprobatur Farinac. in Prax. crim. sub tit. de Testib. q. 54. n. 85. & n. 112., August. Barbof. ad Text. in L. Parentes. §. n. 13. Cod. de Testib., Sylv. in Commentar. ad hunc §. n. 1., excepto casu, in quo frater fuerit sub cura alterius fratris, & simul habitent in eadem domo; quia tunc nec pro eo, nec contra eum est idoneus testis; Farinac. d. q. 54. n. 19., cum pluribus aliis congestis à Sylv. in Commentar. ad hunc §. n. 2. 3. & 4. Et excipitur etiam casus, in quo causa sit criminalis; quia tunc non admittitur frater contra fratrem, latè Michalor. de Fratr. p. 3. cap. 51. ex n. 1., Farinac. in Prax. crimin. q. 54. n. 90., Conciol. in Resolut. crimin. verb. Testis, quoad personas, resol. 5. à n. 1.; quam tamen exceptionem limitant supra relati DD. 1. in crimine Læsæ-Majestatis Divinæ, vel humanæ: 2. in criminibus occultis, in quibus veritas aliter haberi non potest: 3. quando frater deponit ad defensam fratris: 4. quando frater vult absque compulsione deponere contra fratrem: de quibus vide eundem Michalor. d. cap. 51. ex n. 11., Farinac. d. q. 54. ex n. 103., Conciol. d. resol. 5. ex n. 3. Excipitur deinde causa civilis magnæ quantitatis, in qua frater non potest esse testis pro fratre, ut declarat hæc Ordinatio; nam frater solum potest esse testis pro fratre in causis modicæ quantitatis; Michalor. de Fratrib. p. 3. cap. 52. n. 3., Farinac. in Prax. d. q. 54. n. 113., Peg. For. cap. 3. n. 605. Nunquam tamen frater est testis integræ fidei, etiam in casibus, in quibus admitti potest; Farinac. d. q. 54. n. 87., Michalor. d. cap. 52. n. 17., Sylv. in Comment. ad hunc §. n. 10.

(b) Servi regulariter non possunt admitti ad testificandum ex L. Quoniam liberi 10. Cod. de Testib., Farinac. in Prax. crimin. tit. de Testib. q. 55. à n. 165., Fragof. de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. diff. 13. §. 1. n. 12., August. Barbof. in d. Leg. Quoniam n. 3. Cod. de Testib., & in cap. Forus. 10. n. 7. de Verbor. signific. Excipiuntur tamen aliqui casus in jure expressi. Primus si servus communi omnium opinione liber reputetur; tunc enim non arcetur à testificando, ut probatur ex Ord. lib. 4. tit. 85. in princ., Fragof. de Regim. Reip. d. diff. 13. sub n. 12. Secundus, quando veritas aliter haberi non potest. Tertius, in criminibus exceptis,

utpote Læsæ-Majestatis Divinæ vel humanæ: super quo obiter nota, quod si servus, etiam infidelis, Dominum apostatantem, bono zelo Inquisitoribus denunciaverit, danda erit ei libertas, propter factum egregium, ut ejus Dominus puniatur, ut ex Castr. Palão, & Diana, refert Fermosin. ad Text. in cap. Nullus. 4. q. 1. n. 25. de Serv. non Ordin. Quamvis de contraria praxi in hoc Lusitanicæ Regno testatur Fagund. relatus ab eodem Fermosin. d. n. 25., & de materia vide Molin. tract. 2. de Just. & Jur. diff. 40. per tot. præcipue à versic. In hoc vero Lusitanicæ Regno. Quartus, quando servus, libertatem consequutus fuit, & deponit de eo quod vidit in statu servitutis; de quibus vide Farinac. d. q. 55. ex n. 169., Fragof. d. diff. 13. sub n. 12., August. Barbof. ad Text. in cap. Forus. 10. n. 7. & 8. de Verbor. signific., & in L. Quoniam liberi. 10. n. 5. 6. 7. & 8. Cod. de Testib., Sylv. in Commentar. ad hunc §. ex n. 8.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis cum omnibus suis limitationibus, & ampliacionibus, vide latissime Farinac. in Prax. crimin. sub tit. de Testib. q. 56. ex n. 205., Conciol. in Resolut. crimin. verb. Testis, quoad personas resol. 21. ex n. 1. per tot., August. Barbof. ad Text. in cap. Judæi. 21. ex n. 2. de Testib., & in L. Quoniam multi Judices. 10. ex n. 2. Cod. de Hæretic. & Manich., Sylv. in Commentar. ad hunc §. ex n. 1. Et quomodo Judæus, seu Agareus jurare debeat, vide Fermosin. ad tit. de Judæis. q. 3. n. 15., & in cap. Judæi. 21. de Testib. q. 1. & 2., Calder. p. 1. dec. 7. n. 23. & 24.

(d) Impuberes, seu minores quatuordecim annorum sunt inhabiles ad testificandum, ut declarat hæc Ordinatio, & probatur etiam ex Ord. lib. 4. tit. 85. in princ., & patet ex L. 3. §. Leg. Julia. ff. de Testib., de quo vide latissime Farinac. in Prax. crimin. sub tit. de Testib. q. 58. ex n. 1., Conciol. in Resolut. crimin. verb. Minor. resol. 2. ex n. 4., Fragof. de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. diff. 13. §. 1. ex n. 1., Sylv. in Commentar. ad hunc §. ex n. 1. Quando verò aliter veritas haberi non potest, debet impubes examinari absque juramento ad eruendam aliquam probationem ad instructionem Judicis; de quo vide Farinac. d. q. 58. ex n. 25. & 43., Conciol. d. resol. 2. ex n. 6., Calder. tom. 1. dec. 4. n. 16. & 17., & decis. 50. ex n. 36. & seqq., Sylv. in Commentar. ad hunc §. n. 11.

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide latissime Menoch. de Arbitrar. q. 28., Farinac. in Prax. crimin. sub tit. de Testib. q. 53. ex n. 1., Valenzuel. Consil. 161. ferè per tot.; ubi addit, quod famulus à domino expulsus censetur inimicus capitalis; Calder. p. 1. dec. 18., Conciol. in Resolut. crimin. verb. Testis. resol. 1. per tot., Sylv. in Commentar. ad hunc §. ex n. 1., Mend. à Castr. p. 2. lib. 2. cap. 1. n. 45. Et ad hoc ut inimicitia capitalis aliquid operetur, debet de ea specificè constare, & de qualitate, & causa ipsius; Mascard. conclus. 692., Menoch. de Præsumpt. lib. 1. q. 89. n. 58., Farinac. in Prax. q. 49. n. 127., Phæb. p. 2. arest. 140. ad med., Mend. à Castr. p. 2. lib. 3. cap. 13. n. 2. Et quando dicatur existere inimicitiam capitalem, vide quæ supra notavimus in verb. Inimigo capital de aliquem se entende o que com elle teve, ou tem algum feito crime, &c.

(f) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ jam notavimus in verb. Preso na cadêa, não póde ser testemunha, salvo se antes de ser preso era já nomeado por testemunha. (f)

(a) Spe-

Testemunhas podem ser aquelles que foraõ participantes no delicto, pelo qual for accusado algum Mouro, ou Escravo branco, *liv. 3. tit. 56. §. 11. (a)*

Testemunhas, que depõem in genere, pro-
(b) vaõ com juramento da parte, ácerca da paga da soldada, *liv. 4. tit. 33.*

Testemunhas em testamento naõ podem ser o Menor de quatorze annos, e femea de doze, o furioso, mudo, surdo, cego, prodigo, e escravo, *liv. 4. tit. 85. (b)*

Testemunha no testamento naõ póde ser o herdeiro, nem seu filho, nem seu pay, *ibid. §. 1. (c)*

Testemunhas contra os barragueiros da Cõrte, haõ de nomear-se no auto

da querêla, *liv. 5. tit. 27. §. 2.*

Testemunha, que se achar presente ao casamento feito contra vontade do pay, ou mãy da mulher que for menor de vinte e cinco annos, tem pena de perdimento de sua fazenda, e degredo, *liv. 5. tit. 22. (d)*

Testemunha falsa tem pena de morte, *liv. 5. tit. 54. (e)*

Testemunhas, que se tiraõ *ad perpetuam rei memoriam* haõ de ser perguntadas, citada a parte, *liv. 3. tit. 55. §. 7. (f)*

Testemunhas *ad perpetuam rei memoriam* se tiraõ antes da demanda, havendo informação da sua velhice, enfermidade, ou longa ausencia, *ibid. (g)*

Teste-

(a) Specialis est hæc Ordinatio, dum admittit socium criminis ad testificandum contra socium in eodem delicto; nam regulariter non admittitur particeps delicti contra socium, ut latè expendit Conciol. in *Resolut. crimin. verb. Socius criminis. resol. 2. per tot.*, Calder. *dec. 16.*, Sylv. in *Comment. ad hunc §.*, quod videtur in odium criminum fervorum, cum sint persone viles, ut considerat Sylv. in *hoc §. n. 2.* Sed cum Ordinatio loquatur tantummodo de servo albo, videtur non comprehendere servum nigrum; ast hanc difficultatem videtur bene resolvere Senator Oliveira in sequenti Nota. *Ad verb. Escravo branco; logo se o escravo for preto, naõ se admittem por testemunhas os socios; porêm o contrario me parece, porque mais vil he o escravo preto, que o branco; e assim quando a Ley diz, ou escravo branco, vale tanto como se dissera, ou escravo, aindaque seja branco; facit Ordin. lib. 5. tit. 16. §. 2., & tit. 24. §. 1., & tit. 62. in princ. & §. 2.*

(b) Minores quatuordecim annorum, & feminae minores duodecim, sunt inhabiles ad testificandum in Judicio, ut patet ex *Ord. lib. 3. tit. 56. §. 6.*, & tenent DD. quos supra laudavimus in verb. *Testemunha naõ póde ser o menor de quatorze annos, &c.*, & ideo non possunt esse testes in testamento, ut declarat hæc Ordinatio; quia ille qui non potest esse testis in judicio, non potest esse testis in testamento, ut ex *L. Qui testamento. 2. §. Eum, qui. ff. de Testam.*, ait Pinheir. *de Testam. d. ff. 2. sect. 5. §. 2. n. 111.* Ad verb. *O furioso, mudo, surdo, cego, prodigo;* vide Pinheir. *d. sect. 5. §. 2. n. 110.*, Michalor. *de Ceco, surdo, & muto cap. 17. ex n. 7.* Ad verb. *Escravo;* vide quæ supra notavimus in verb. *Testemunha naõ póde ser o escravo, senã nos casos, &c.*

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ jam supra notavimus in verb. *Herdeiro instituido naõ póde ser testemunha no mesmo testamento, nem seus filhos.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide Doctores, quos supra laudavimus in verb. *Casando alguem com mulher virgem, ou viuva, que naõ passar de vinte e cinco annos, &c.*

(e) Vide de materia hujus Legis, quæ supra diximus in verb. *Pena de morte natural, e de perdimento de bens se dá ao que testemunhar falso em qualquer caso.*

(f) Ad producendos, seu examinandos testes ad perpetuam rei memoriam debet citari pars adversa, contra quam ipsi testes examinantur, ut disponitur in hac Ordinatione, & inquit Farinac. in *Prax. crimin. sub tit. de Testib. q. 76. n. 141.*, August. Barbof. *ad Text. in cap. fin. n. 10. Ut lit. non contestat.*, Gail. *lib. 1. observ. 93. n. 4.*, Fermosin. *ad eund. cap. q. 1. n. 16.*, Sylv. in *Comment. ad hunc §. n. 24.*, qui omnes declarant, hanc citationem debere esse personalem, & non sufficere ad domum. Si tamen periculum sit, quòd testes se absentent, vel moriantur, antequam pars adversa appareat, ut citari possit, interrogandus est absque citatione, ut disponitur in *Ord. hoc met tit. §. 9.*, ex Farinac. *d. q. 76. n. 147. & 167.*, tenet

idem Barbof. in *d. cap. fin. n. 10. in fin.* Cætera vide apud Sylv. in *Comment. ad hunc §. ex n. 24.*, ubi latè de materia agit.

(g) Quamvis ex parte Actoris regulariter non possint examinari testes ad æternam rei memoriam, cum in ejus potestate sit agere, quando velit; attamen si adsit suspicio mortis, vel longæ absentia possunt interrogari, & eorum dicta sigillari usque ad tempus, quo attestationes publicentur, ut decernitur in hac Ordinatione; de cujus materia vide Gratian. *For. cap. 890. ex n. 10.*, Mascardi. *de Probat. vol. 3. conclus. 1367. per tot.*, Farinac. in *Prax. crimin. sub tit. de Testib. q. 76. per tot.*, Fermosin. *ad Text. in cap. Quoniam frequenter. §. q. 1. per tot. & seqq. de Testib.*, August. Barbof. in *d. cap. Quoniam frequenter. ex n. 4.*, Sabel. in *Sum. §. Testis. n. 44.*, Velam *disertat. 12. ex n. 50.*, Berlich. *p. 1. concl. 46.*; qui ferè omnes specificando casus, in quibus, actore postulante, possunt testes interrogari ad perpetuam rei memoriam, sequentes enumerant. Primus si testes fuerint valde senes, ut declarat hæc Ordinatio, & dicunt Gail. *lib. 1. Observ. 92. sub n. 3. & n. 7.*, Menoch. *de Presumpt. lib. 2. presump. 54. sub n. 2. versic. Nimpè.*, Farinac. in *Prax. crim. d. q. 76. n. 82. & seqq.*, Sylv. in *Comment. ad hunc §. n. 6.* Secundus, si fuerint valetudinarii, itaut mortis periculum subsit, ut etiam declarat hæc Ordinatio; de quo vide Farinac. *d. q. 76. n. 82. & 90.*, August. Barbof. in *cap. Quoniam frequenter. §. n. 9. Ut lite non contest.*, Berlich. *Practic. conclus. p. 1. conclus. 46. n. 9. & 10.*, Sylv. in *Comment. ad hunc §. n. 7.* Tertius, quando in locum remotum sunt migraturi; Gail. *d. observ. 92. sub n. 3.*, Farinac. *d. q. 76. n. 82.*, & *ex n. 85.*, Berlich. *d. concl. 46. n. 11. & 12.*, August. Barbof. in *d. cap. Quoniam. n. 5. Ut lite non contest.*, Sylv. in *Comment. ad hunc §. n. 15.* Quartus, quando testes sunt in loco pestilenti, vel in talem locum profecturi sint; Gail. *d. observ. 92. sub n. 7.*, Farinac. *d. q. 76. n. 99.*, Berlich. *d. concl. 46. n. 13.*, August. Barbof. in *d. cap. Quoniam. §. n. 4. Ut lite non contestat.*, Sylv. in *Comment. ad hunc §. n. 10.* Quintò quando testis fuerit mulier prægnans, quia pro valetudinaria reputatur; Farinac. *d. q. 76. n. 91.*, Menoch. *de Arbitr. lib. 2. cas. 60. n. 6.* Ad verb. *Tendo informaçõ de velhice, &c.* Nota, quòd antequam Judex decernat testium examen, debet informationem assumere, & causæ cognitionem adhibere, super periculo testium, tam mortis, quàm absentia, ut disponitur in hac Ordinatione; de quo vide latè Farinac. *d. q. 76. ex n. 129.*, Menoch. *de Presumpt. lib. 2. presump. 54. n. 4.*, Berlich. *d. concl. 46. n. 27.*, Sylv. in *Comment. ad hunc §. n. 23.* Et Judex interloquendo in hoc casu, non est necesse, quòd declaret testes esse senes, vel valetudinarios, vel proximos ad absentiam faciendam, sed sufficit admittere Actorem ad producendos testes; Menoch. *d. Presumpt. 54. sub n. 4.*, Farinac. *d. q. 76. n. 131.*, Berlich. *d. concl. 46. n. 29. & 30.* Et ab hac interlocutoria, in qua Judex admittit, vel non admittit testes, potest appellari de

Testemunhas tiradas ad perpetuam rei memoriam, estão seus ditos cerrados, e se abrem ao tempo da publicação, liv. 3. tit. 55. §. 7. (a)

Testemunhas se tirão por parte do Réo, antes da demanda começada, aindaque ellas não sejaõ velhas, nem enfermas, *ibid.* §. 8. (b)

Testemunhas, que se podem tirar, antes da demanda começada, se a parte estiver longe para poder ser citada, o Julgador as perguntará sem a dita citação, ficando-lhe seu direito reservado para lhe pôr contraditas; sendo porêem as ditas testemunhas pessoas conhecidas pelo Juiz, ou Tabelaõ, ou Enqueredor, ou por huma testemunha conhecida que o jure, *ibid.* §. 9. (c)

Testemunha, que differ mais do conteúdo no artigo, ou da substancia, e caso delle, aindaque lhe não seja perguntado, o Es-

crivaõ lho não escreverá, sob pena de perdimento de seu officio, liv. 1. tit. 86. §. 1. (d)

Testemunhas he obrigada a Parte nomear ao Escrivaõ naquella dia, em que o Juiz o mandar, e a Parte o requerer até o outro seguinte; e não as nomeando no dito termo, não lhe sejaõ recebidas, liv. 3. tit. 55. (e)

Testemunhas he obrigada nomear a Parte, que leva Carta de inquirição no dia, que a apresentar até o outro; e não as nomeando, não lhe sejaõ recebidas, *ibid.* §. 1.

Testemunhas a cada artigo, quando forem em si diversas, não se podem dar mais que quinze; e sendo sómente hum artigo, vinte, *ibid.* §. 2. (f)

Testemunhas no feito de injuria verbal se perguntaõ em cada artigo sette, e mais não; e se for hum artigo de petição, dez, *ibid.* §. 3.

Teste-

de Jure communi, Leit. de Jur. Lust. tract. 1. q. 3. n. 27.; & Judex Superior, ad quem ab interlocutoria appellatum fuit, potest recipere testes propter periculum mortis, vel absentiae, & valebit receptio, etiamsi fuerit pronuntiatum male appellatum; ut pluribus comprobatur Farinac. d. q. 76. n. 137. Nota tamen, quod in criminalibus non admittuntur testes ad perpetuam rei memoriam, etiamsi sint senes, vel infirmi, vel diu abfuturi; de cujus regula cum omnibus suis ampliacionibus, & limitationibus vide latè Farinac. d. q. 76. ex n. 114., Gom. in L. 76. Taur., Fermosin. ad Text. in cap. Quoniam. §. 3. n. 1. Ut lit. non contest.

(a) Disponitur in hac Ordinatione, quod testes interrogati ad perpetuam rei memoriam non debent publicari, nisi post finitam dilationem probatoriam; de quo vide Gail observ. 93. num. 5. & 6. lib. 1., Farinac. in Prax. crimin. quæst. 76. num. 182., Sylv. in Comment. ad hunc §. n. 17.

(b) Jam supra diximus non posse actorem producere testes ad perpetuam rei memoriam ante litem inceptam, nisi sint senes, & infirmi, vel diu abfuturi; nunc agit Ordinatio de Reo, & disponit, quod si Reus velit producere quoscumque testes ad perpetuam rei memoriam, admittendus erit, etiamsi non præcedat causa senectutis, infirmitatis, vel absentiae; de quo vide latissimè Farinac. in Prax. crimin. sub tit. de Testib. q. 76. ex n. 114., Berlich. Practic. concl. lib. 1. concl. 46. ex n. 31., August. Barbof. in cap. Significavit. 41. n. 6. de Testib., Sabel. in Sum. §. Testes. n. 44., Sylv. in Comment. ad hunc §. ex n. 1. Quod tamen intelligendum est, nisi lis sit ab Actore mota; quia si Actor jam actionem suam intentaverit, non admittitur Reus ad producendos testes ad perpetuam rei memoriam, nisi intervenientibus causis supradictis; ut ex pluribus comprobatur Berlich. d. concl. 46. n. 36. & 37., quod etiam extendit ad casum, in quo actoris actio intra breve tempus sit necessario proponenda; Vela differt. 12. ex n. 50.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ jam supra diximus in verb. Testemunhas, que se tirão ad perpetuam rei memoriam, haõ de ser perguntadas, citada a parte.

(d) Probatur ex hac Ordinatione, quod testes ultra contenta in articulis deponentes nullam faciunt probationem; de quo vide latissimè cum omnibus suis ampliacionibus, & limitationibus, Farinac. in Prax. crimin. sub tit. de Testib. q. 71. ex n. 1., Cardos. in Prax. verb. Testis.

Tom. II.

n. 68., August. Barbof. ad Text. in cap. De testibus. 29. n. 2. de Testib., Escob. de Puritat. sanguin. q. 13. §. 3. n. 74., Salgad. in Labyrinth. credit. p. 3. cap. 1. n. 34., & plures congerit Peg. tom. 6. ad Ord. in Commentar. ad hunc §. n. 1. Si tamen depositio extra articulos conferat ad declarationem eorum, quæ in articulis continentur, plenè probant testes ita deponentes; Farinac. d. q. 71. n. 24., Escob. de Puritat. d. q. 13. §. 3., & d. n. 74.

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ notat Sylv. in Commentar. ad illam. Et supra verb. Testemunhas deve nomear a parte no lugar, para onde levar a carta de inquirição, no dia, que a ffor a apresentar até o outro dia.

(f) Testium numerus refrenari debet, ne effrenata potestate ad vexandos homines, superflua multitudo testium protrahatur, ut dicit Gonzal. ad Text. in cap. Cum causam. n. 3. de Testib.; & de Jure communi Judicibus commendatur, ut solùm numerum testium, quem necessarium esse putaverint, evocari patiantur, ut expressè inquit Text. in L. 1. §. fin. ff. de Testib., de quo vide latissimè Farinac. in Prax. crimin. q. 80. ex n. 114., August. Barbof. in d. cap. Cum causam. n. 7. & 8. de Testib., Sylv. ad Ord. in Commentar. ad hunc tit. §. 5. n. 6. Et ideo in variis Statutis Regnorum stabilitus fuit certus testium numerus, qui debent produci ad legalem probationem faciendam; utpote in Gallia super quodam articulo non debent produci ultra decem testes; Brisson. lib. 2. cap. 17., Rebuf. in L. unic. n. 60. Cod. de Sentent., que pro eo, &c. In Pedemontio idem observari dicit Menoch. de Arbitrar. cas. 249. à n. 7., & in Verona, sex tantummodo testes produci possunt, idem Menoch. n. 8. In Roma solummodo septem, Farinac. d. q. 80. n. 117., & idem praticari in Neapoli dicit Marant. de Ord. Judic. p. 6. de Product. test. n. 45. In Cathalonia usque ad decem testes permiffum est exhiberi, Fontanel. dec. 361. n. 5. In Hispania usque ad triginta; ex L. 32. tit. 16. partit. 3., ubi Gregor. Lop. in Glos. fin. Et similiter Ordinatio nostra statuit, quod si plures sint articuli, possunt dari super unoquoque articulo sigillatim quindecim testes; & si deponant super tota materia, vel unus sit tantummodo articulus, tunc non possunt produci ultra viginti testes, de qua Lege recordatur August. Barbof. in cap. Cum causam. 37. n. 8. de Testib. Et advertit idem Barbof., quod si adjungantur inquisitiones testium alterius processus, non debent isti testes numerari pro adimplendo numero istius Ordinationis.

Ooo

(a) Hanc

- Testemunhas, posto que não sejaõ nomeadas no termo, se vieraõ de novo, jurando a Parte, podem ser recebidas, ou se lhe vieraõ de novo além das nomeadas, com tanto que não passe do numero sobredito, *liv. 3. tit. 55. §. 4. (a)*
- Testemunhas, que forem perguntadas além das do numero, depois que foi cheyo, são nullos seus ditos, *ibid. §. 5.*
- Testemunhas póde requerer a parte, que venhaõ de fóra para testemunhar novamente, ou para serem perguntadas; e ellas lhes pagará o caminho de seis legoas por dia, e o mais, que de seus officios perderem, e porá logo cauçaõ, antes que venhaõ; e se estiverem nas Ilhas, ou nos lugares de Africa, não viráõ sem especial mandado d'El-Rey, *ibid. §. 6. (b)*
- Testemunhas tiradas por Enqueredor suspeito, ou Tabaliaõ, são nenhuma, *liv. 3. tit. 62. §. 2. (c)*
- Testemunhas são havidas por judiciaes em odio do contumaz, *ibid. §. 1. (d)*
- Testemunhas da querela se nomeaõ, pondolhes seus nomes proprios, e sobrenomes, e alcunhas, e mestres de que usaõ, e aonde são moradores, para que se possa saber quem são, e não se possaõ ao diante tomar outras em seu lugar, *liv. 5. tit. 117. §. 6. (e)*
- Testemunhas, que se daõ pela parte em hum feito, não as póde reprovar em outro, *liv. 3. tit. 55. §. 12. (f)*
- Testemunha, com quem alguma das partes fallar, antes de testemunhar, será nenhuma, e paga a parte dez cruzados, *liv. 3. tit. 57. (g)*
- Testemunha póde ser o que foi julgado por falsario, *liv. 5. tit. 58. §. 5. (h)*
- Testemunha falsa se alguem a apresentar, tem pena de morte, posto que depois de apresentada diga, que não quer usar della, *liv. 5. tit. 54. §. fin. (i)*
- Testemunhas de fóra do Reyno, ou que são mortas, se lhe dá credito, posto que a parte não fosse citada para as ver jurar, *liv. 3. tit. 62. §. 1. (k)*
- Testemunhas se podem reperguntar no caso da revista, *liv. 3. tit. 95. §. 7. (l)*
- Testemunhas perguntadas ante Juizes Arbitros, podem ser perguntadas ante os Juizes da appellaçaõ, *liv. 3. tit. 16. §. 1. (m)*
- Testemunhas mortas, que foraõ perguntadas ante os Arbitros, se lhes dá credito, como se fossem perguntadas pelos Juizes da appellaçaõ, *ibid. (n)*

Teste-

(a) Hanc Ordinationem illustrat Sylv. in *Commentar. ad illam*, ubi vide.

(b) Ad verb. *Ella lhes pagará o caminho*; vide quæ supra notavimus in verb. *Testemunhas, que haõ de perguntar os Corregedores, e Juizes de fóra, que são de outras partes fóra da sua jurisdicção, manda-las-haõ ir perante si á custa da parte.*

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Suspeito sendo o Enqueredor, são as inquirições por elle tiradas nenhuma.*

(d) Hujus legis dispositio procedit respectu malefactoris absentis, qui citatus fuit per edicta, ut declarat hæcmet Ordinatío in fine hujus §., de quo vide Leit. de *Jur. Lusit. tract. 3. de Inquisit. q. 11. n. 5.*, Landim de *Mod. proced. contr. malefact. absent. q. 7. n. 9.* Si tamen Reus non sit contumax, debet facere testes judiciales, quæ examinati fuerunt absque citatione, per viam inquisitionis, vel querelæ, ut extat dispositum in *Leg. Reformat. Just. §. 18.*, quæ est in *Ord. lib. 5. tit. 130. Coll. 1. n. 1.*; si autem hoc nolit facere, debent testes illius expensis reproduci; Phæb. p. 2. *arest. 160.*, Sylv. in *Comment. ad hunc §. num. 11.*, & vide etiam eundem Phæb. p. 2. *arest. 167.*, Mend. in *Prax. p. 1. lib. 5. cap. 1. n. 74. & 75.*, & p. 2. *lib. 5. cap. 1. n. 84.*, Ferreir. in *Prax. crimin. tom. 3. cap. 10. n. 2.* Et nota, quod in causis summariis non est necesse, testes fieri judiciales, Phæb. p. 2. *arest. 188.*

(e) Idem disponitur in *Ord. lib. 5. tit. 27. §. 2.* Et nota, quod hæc expressio nominis, cognominis, & qualitatis testium requiritur pro forma, ut tenet Cald. de *Empt. & Vendit. cap. 6. n. 2.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis vide Menoch. de *Præsumpt. lib. 2. q. 45. n. 3.*, & *conf. 60. n. 17.*, Gratian. *For. cap. 151. n. 23.*, Mend. in *Prax. p. 2. lib. 2. cap. 9. n. 10.*, Parex. de *Instrument. edit. tit. 7. resol. 3. à n. 11.*, Posth. de *Mantent. observ. 89. à n. 13.*, Carlev. de *Judic. tom. 2. tit. 2.*

disp. 3. n. 37., Matth. de *Regim. Regn. Valent. cap. 10. §. 3. n. 33. & 34.*, Sabel. in *Sum. §. Testis. ex n. 29.*, Sylv. in *Comment. ad hunc §.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Testemunhas não podem com ellas fallar as partes, depois que forem nomeadas.*

(h) Testis, qui, antequam productus esset, convictus fuit de falso super aliquo negotio, potest admitti ad deponendum; sed pars adversa potest contra eum objicere prædictam inhabilitatem, & ea attenda, minuenda erit fides ejus, ut disponitur in hac Ordinatione, quam explicat Sylv. in *Commentar. ad illam.* Sed adverte, quod pars objiciens contra testem jam depositum se falsum in alio negotio, non sufficit hanc repulsam in genere objicere, sed requiritur, quod exprimat delictum, & declarat specificè in quo negotio falsum testimonium dixit; Marant. de *Ord. judicior. p. 6. act. 13. n. 3.*, Mend. à *Castr. p. 2. lib. 2. cap. 9. n. 8.*, & *lib. 8. cap. 13. n. 1.*

(i) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Pena de morte natural, e perdimento de bens se dá ao que induzir testemunha para jurar falso, &c.* Et quid de ipso teste, qui pro dicendo testimonio pecuniam accipit, quamvis falsum non deponat; vide Conciol. in *Resolut. crimin. verb. Falsum. resol. 19.*, & adde Lanfranc. de *Salar. q. 86.*, Sabel. in *Sum. verb. Testis. n. 59.*

(k) Vide quæ supra notavimus in verb. *Testemunhas, aindaque sejaõ mortas, se dá credito aos seus depoimentos.*

(l) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Revista não admite prova, ou allegação de fóra dos autos, senão de Direito, ou reperguntar alguma testemunha, &c.*

(m) Ad materiam hujus Ordinationis omnia adnotavit Sylv. in *Commentar. ad illam*, ubi vide.

(n) Vide quæ jam supra notavimus in verb. *Testemunhas, aindaque sejaõ mortas, se dá credito a seus depoimentos.*

(a) Proce-

Testemunhas nomeadas nas querélas pelos querelosos, devem ser sempre perguntadas, aindaque as partes sejaõ lançadas da accusação, *liv. 5. tit. 124. §. 18.*

Testemunhas, que foraõ tiradas sem citação da parte, podem ser outra vez perguntadas, *liv. 3. tit. 62. §. 1. (a)*

Testemunha falsa não he escusa de pena vil, *liv. 5. tit. 139. §. 2.*

Testemunha, que for especial amigo do accusador, ou inimigo capital do accusado, ainda em delicto de aleivosia, tem inteiro credito, *liv. 5. tit. 37. §. 3. (b)*

Testemunha falsa não póde alcançar perdaõ d'El-Rey, *liv. 5. tit. 54. (c)*

Testemunha póde constrenger o Juiz com penas, se for da jurisdicção d'El-Rey, *liv. 3. tit. 55. §. 11. (d)*

THEFOUREIRO dos depósitos da Côrte, e Casa da Supplicação recebe tudo o que se lhe carrega em receita pelo Escrivão do seu cargo, *liv. 1. tit. 28. (e)*

Thefoureiro da Côrte he obrigado a ir por todos os Auditorios da Côrte, para saber se ha alguns depósitos que receber, *ibid. §. 1.*

Thefoureiro da Côrte recebe o dinheiro da condemnação das partes, e as esportulas dos Julgadores, *liv. 1. tit. 28. §. 1.*

Thefoureiro da Côrte recebe o dinheiro das condemnações, applicadas á Redempção dos Captivos, *ibid.*

Thefoureiro não póde comprar desembargos, *liv. 4. tit. 14. (f)*

Thefoureiro do Concelho arrecada as rendas, que não forem arrendadas, e a Terça d'El-Rey; e não dispende della, aindaque lho mandem os Corregedores, Juizes, e Vereadores, *liv. 1. tit. 70. §. 1. e 3. (g)*

Thefoureiro do Concelho não dispende sem o Escrivão da Camara assentar em livro as despesas, *liv. 1. tit. 70.*

Thefoureiro da Redempção dos Captivos ha de arrecadar o remanecente do dinheiro, que da India arrecada o Provedor das Capellas, *liv. 1. tit. 50. §. 11.*

Thefoureiro, que empresta fazenda d'El-Rey, ou a paga contra seu Regimento, perde o officio, *liv. 2. tit. 51. (h)*

Thefoureiro, que der dinheiro d'El-Rey a ganho, tem a mesma pena, *ibid. (i)*

Thefoureiro d'El-Rey, que dá espaço aos devedores sem licença do dito Senhor, tem pena, *ibid. §. 2. (k)*

Thefoureiro d'El-Rey não leva coufa alguma ás partes, *ibid. §. 3. (l)*

Thefoureiro não passa escriptos razos do dinheiro, que receber de outros Officiaes, *ibid. §. 4. (m)*

Thefoureiro d'El-Rey cobrará conhecimento das quantias, que sómente pagar, feito pelo Escrivão do seu cargo, quando não lhe pague tudo o que a parte houver de haver, *ibid. §. 4.*

Thefou-

(a) *Procedit hujus Legis dispositio, quando Reus nolit facere testes judiciales in forma Legis Reformat. Jus. §. 18. ; de quo vide, quæ jam supra notavimus in verb. Testemunhas são havidas por judiciaes em odio do contumaz.*

(b) *Ad verb. Amigo especial; vide quæ supra notavimus in verb. Amigo especial sua fé he mingoadá no que jur. pelo amigo. Et ad verb. Inimigo capital; vide supra notata in verb. Inimigo capital, ainda em caso, em que val testemunho de pessoa inhabil, não he crido.*

(c) *Vide quæ supra notavimus in verb. Perdaõ não póde haver d'El-Rey a testemunha falsa, nem lhe val.*

(d) *Vide quæ jam supra notavimus in verb. Testemunha, que não quizer jurar, a póde constrenger o Juiz.*

(e) *Hoc Officium Thefaurarii Curialis abolutum, & extinctum omnino fuit ab Augustissimo Rege nostro Josepho I., novumque indulsit Regimen ad partium deposita servanda, absque periculo fraudis, quo aliqui Thefaurarii decoxerunt; & hoc Regimen habes in Libri Appendice Leg. Extravag. n. 33. pag. 58. col. 2. Et de hoc Thefaurario jam diximus in verb. Depositario da Côrte recebe todo o dinheiro, prata, ouro, joyas, e quæsqver penhores, que por via da Justiça se mandaõ depositar.*

(f) *Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. Official da Fazenda, que compra desembargos, perde sua fazenda.*

(g) *De hoc Thefaurario vide Otter. de Officialib. Reip. p. 2. cap. 11., Fragos. de Regim. Reip. p. 1. disp. 22. à n. 11. Et an ejus periculo pecunia pereat, vide Oleam de Cess. jur. & act. tit. 4. q. 9. ex n. 15.*

(h) *Ad materiam hujus Ordinationis vide supra no-*

tata in verb. Almozarife, que empresta fazenda d'El-Rey, ou paga contra seu Regimento, &c. Et nota, quòd isti Thefaurarii non possunt uti pecunia apud eos coacervata; quia nunquam remanent illius domini, sed sunt tanquam depositarii speciei, Hermosilh. in L. 2. tit. 3. glos. 3. n. 9., Salgad. in Labyrinth. p. 3. cap. 11. n. 24., Larrea dec. 14., ubi quod diminutio pecuniæ non pertinet ad Thefaurarios; quidquid in aliis depositariis Barbof. in L. 10. ff. de Solut. matrim., Castilh. lib. 3. Controv. cap. 16. n. 17. Sed vide quæ supra notavimus in verb. Recebedores, que daõ dinheiro d'El-Rey a ganho, ou emprestaõ, &c.

(i) *Vide quæ jam notavimus in loco supra proximè laudato.*

(k) *Idem dispositum extat in Regimine Reg. Patrimon. cap. 197.*

(l) *Ad materiam hujus Ordinationis vide Bovadilha in Politic. lib. 5. cap. 4. n. 82.*

(m) *Ad materiam hujus Ordinationis vide sequentem Notam Senatoris Joann. Alvar. da Costa: Consonat cum hac Ordinatione Regimen Regal. Patrimon. cap. 188. Sed quid si sit escripto razo dubitari potest? alguns dizem que he tudo o que não he conhecimento em forma: porêm os conbecimentos em forma só podem praticar-se aonde ha livro de receita; e por assim ser houve grande d'vidida in Senatu, se o Almozarife, que cobra as Sisas por folha, e por costume não tem livro, por serem as Sisas computo certo, póde dar recibos por escriptos razos dos Recebedores; e aindaque se ajuntou certidão, de que assim era prática dos Contos, a mim me parece que ha de ser recibo feito pelo seu Escrivão, e assignado pelo Almozarife; e que o contrario he escripto razo, que prohibe esta Ordenação.*

Theſoureiro, que paga, ou guarda quita, ou espera por mandado, que não for passado pela Chancelaria, tem pena, *liv. 2. tit. 39. §. 3. (a)*

TI

TINTOREIROS teraõ huma arroba, meya arroba, quarto de arroba, quatro arrateis, dous arrateis, hum arratel, dous meyo arrateis, e outro arratel feito em onças, e oitavas, *liv. 1. tit. 18. §. 57.*

TIRAR gado para fóra do Reyno tem pena de degredo, *liv. 5. tit. 115. (b)*

Tirar gado, ou bestas do curral do Concelho, tem pena, *liv. 5. tit. 87. §. 3. (c)*

Tirar por força de poder da Justiça ao que vay a justiça, ou que está confesso, ou condemnado he crime de Lesa-Mageſtade da segunda cabeça, *liv. 5. tit. 6. §. 22. (d)*

Tirar presos de poder da Justiça, ou das prisões, em que estão, tem pena, *liv. 5. tit. 48. (e)*

Tirar preso da cadeia, em que está por caso de traição, he crime de Lesa-Mageſtade, *liv. 5. tit. 6. §. 6.*

Tirar mulher de casa de seu pay, mãy, tutor, ou senhor, sendo presente cada hum delles, e resistindo-lhe, tem pena de morte, *liv. 5. tit. 18. §. 3. (f)*

Tirar arma para estremar, ou em sua defen-

saõ, não tem pena, *liv. 5. tit. 36. §. 1. (g)*
Tirar arma em presença d'El-Rey, e ferindo com ella, tem pena de morte, *liv. 5. tit. 39. in princip. (h)*

Tirar arma nos Paços, aonde El-Rey está, se for Fidalgo, he degradado para Africa por quatro annos, *liv. 5. tit. 39. §. 1. (i)*

Tirar arma no Lugar, Villa, ou Cidade aonde El-Rey estiver, ou Casa da Supplicação sem El-Rey, se he peão he açoutado, e degradado, *ibid. §. 2. (k)*

Tirar de proposito com arcabuz, ou bésta para matar, ou ferir, e não ferindo, tem pena de morte, *liv. 5. tit. 35. §. 4. (l)*

Tirar com arcabuz, ou bésta em rixa, e não ferir, tem dous annos de degredo, *ibid.*

Tirar com arcabuz menos de quatro palmos, posto que não fira, que morra, *ibid. §. 5. (m)*

Tirar com pelouros pequenos, que não forem da medida do cano de sua espingarda, aindaque seja para tirar ás aves, será preso, e estará vinte dias na cadeia, e perderá a espingarda, e arcabuz, com suas pertenças pela primeira vez, *liv. 5. tit. 80. §. 15. (n)*

Tirar ouro, prata, e dinheiro para fóra do Reyno, tem pena de morte, e de perdimento de toda a fazenda, *liv. 5. tit. 113. (o)*

Tirar cavallo, rocins, egoas, e armas fóra do Reyno, he defeso, *liv. 5. tit. 112. §. 6. (p)*

Tirar

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide Pereir. in *Elucidario juris in Appendic. n. 1990.*

(b) Nota, quòd in hoc crimine non conceditur venia per Senatum Palatinum, ex ejus Regimine §. 18.

(c) Vide ad materiam hujus Ordinationis, quæ supra notavimus in verb. *Besta, se alguem a tirar do curral do Concelho, sendo metrida por alguma coima, &c.* Et nota, quòd in hoc casu potest procedi ad inquisitionem, & etiam contra Ecclesiasticos, Themud. p. 2. dec. 220., quem vide in casu notabili.

(d) Vide quæ jam supra notavimus in verb. *Confiscação se faz ao que tirar o preso, que levarem a justiça.* Et verb. *Preso se alguem o tirar da mão da Justiça &c.*, versic. Et nota.

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Preso se alguem o tirar da mão da Justiça, tem a pena, que se dá ao que resiste á Justiça.* Et nota, quòd hoc crimen resistentiæ secundum dispositiones Ord. lib. 5. tit. 49. puniebatur attentata qualitate Magistratum, & idem observabatur cum illis, qui Reum captum arripiebant è manibus Officialium Justitiæ; sed hodie noviter stabilitum fuit, quòd indistinctè, & in omni casu, quo quis è manibus Justitiæ captum eripiat, puniendus erit pena fustigationis, & relegationis ad triremes per annos decem, si fuerit plebeus; si autem fuerit nobilis, deportabitur per decem annos ad Angolam; per Leg. Extravag. expeditam die 28. Julii, anno 1751., quæ est in *Libri Appendice Leg. Extravag. n. 35. pag. 64. col. 2.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Pena de morte se dá ao homem, que levar alguma mulher virgem, ou honesta, tirando-a de casa de seu pay, mãy, ou tutor, &c.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. *Ferimento feito em sua defesa, ou para estremar, não tem pena.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. *Ferimento perante El-Rey, ou na casa, aonde elle está, tem a mesma pena.*

(i) Vide ad materiam hujus Ordinationis, quæ supra notavimus in verb. *Paço se alguem nelle arranca arma, aindaque não fira com ella, tem pena de degredo para Africa, se for Fidalgo, &c.*

(k) Vide quæ supra notavimus in verb. *Avancar na Corte, aonde está a Casa da Supplicação, &c.*

(l) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Ferimento feito com bésta, ou espingarda tem pena de morte.* Et verb. *Pena de morte natural se dá ao que ferir de proposito com bésta, ou espingarda.*

(m) Ad materiam hujus Legis, vide Giurb. *observ. 43., Cortiad. dec. 34. n. 42., Gam. dec. 170., qui tenet casum esse inquisitionis, vulgò devassa, Matth. de Re crim. contror. 13. n. 16. & seqq., ubi ex n. 21. confutat opinionem afferentium similia Statuta non esse in praxi recepta; & apud nos nunquam etiam in praxi vidi; & consule eundem Matth. *Contror. 32. à n. 21.**

(n) Vide quòd post hanc Legem dispositum fuit in Legibus Extravag., quæ expeditæ fuerunt anno 1612., & anno 1624., & sunt in Ord. lib. 5. tit. 88. Coll. 1. n. 1. & 2.

(o) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. *Ajuda se alguem a dá para levar ouro, prata, ou dinheiro para fóra do Reyno, &c.* Et ita etiam dispositum extat per Regium Decretum, quòd est in Ord. lib. 5. tit. 113. Coll. 2. n. 1.

(p) Ad verb. *Armas*; nota, quòd hæc prohibitio extrahendi arma è Regno, comprehendit etiam Clericos, & Ecclesiasticas personas; Fragos. *de Regim. Reip. p. 1. disp. 4. n. 306.* Et vide supra notata in verb. *Mercadorias, que se prohibem levar para fóra do Reyno, são pão, mel, cera, cavallos, egoas, rocins, &c.*

(a) Ad

Tirar não pôde ninguem do Reyno para terra de Mouros, armas, ferro, polvora, navios, madeira, linho, e artelharía, *liv. 5. tit. 109. (a)*

Tirar pôde El-Rey os officios, tenças, e mercês aos que se livrarem pelas Ordens, *liv. 2. tit. 3. (b)*

Tirar pôde El-Rey os officios de Justiça, e da Fazenda, sem ser obrigado á satisfação, *liv. 1. tit. 98. (c)*

Tirar mulher virgem, ou honesta de casa por sua vontade por affagos, dadas, e á força, tem pena de morte, *liv. 3. tit. 18. §. 3. (d)*

TO

TOLHER se pôde o penhor ao Porteiro dando-lhe caução, quando elle não traz Alvará, ou Mandado do Juiz, *ibid. §. 1. (e)*

TOMADIA das cousas defesas, e descaminhadas, que se levaõ para fóra do Reyno por terra, he nos Lugares, que estiverem junto ao estremo, *liv. 5. tit. 112. §. 5. (f)*

Tomadia das cousas defesas, que se tiraõ para fóra do Reyno por mar, se entende estando no mar, ou barcas, *liv. 5. tit. 113.*

Tomadia podem fazer os Alcaldes móres

das cousas defesas, que se tiraõ para fóra do Reyno, *liv. 3. tit. 112. §. fin.*

Tomadia do descaminho das cousas da India, Mina, e Guiné, pertence o terço a quem o trouxer; e se for Guarda, amétade, *liv. 5. tit. 106. §. 3.*

Tomar palha não se pôde aonde El-Rey está sem licença do Almotacél mór, *liv. 1. tit. 18. §. 4.*

Tomar carros, bestas, e navios, pôde El-Rey de seus subditos, e naturaes, *liv. 2. tit. 26. §. 7. (g)*

Tomar mantimentos, carretas, nem bestas, não podem os Senhores de Terras, sem auctoridade da Justiça, contra vontade de seus donos, *liv. 2. tit. 50. §. 2. (h)*

Tomar por força alguma cousa, que valha mais de mil reis, tem pena de morte, *liv. 5. tit. 61. (i)*

Tomar posse da sua cousa, nem penhorar sem auctoridade de Justiça, ninguem pôde, *liv. 4. tit. 57. (k)*

Tomar por força em despovoado alguma cousa, que valha mais de cem reis, tem pena de morte, *ibid. §. 1. (l)*

Tomar dom, ou armas, que lhe não pertencem, tem pena de perdimento da sua fazenda, *liv. 5. tit. 92. §. 7. (m)*

Tomar

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide Doctores supra laudatos in verb. *Armas se não podem vender a Mouros; & ultra ibi laudatos, vide Fragos. de Regim. Reip. p. 2. lib. 1. disp. 3. §. 7. à n. 162., Osor. de Patron. Reg. resol. 60. n. 14., Sylv. tom. 4. ad Ord. lib. 4. tit. 1. ad rubr. n. 117.*

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. *Chamando-se ás Ordens algum Official d' El-Rey, perde o Officio. Et verb. Mercês, que El-Rey tiver feitas, se podem tirar aos que se livraõ pelas Ordens.*

(c) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. *Officio de Justiça, e Fazenda, pôde tirar El-Rey sem ser obrigado á satisfação.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Pena de morte se dá ao homem, que levar alguma mulher virgem, ou honesta, tirando-a de casa de seu pay, mãy, ou tutor, &c.*

(e) Vide de materia, quæ jam notavimus in verb. *Penhora, que se faz pelo Porteiro, sem Alvará, ou Mandado, se pôde tolher por força, &c.*

(f) Vide quæ jam notavimus in verb. *Descaminhada se diz a cousa, que se tira fóra do Reyno, quando se acha no verdadeiro Lugar, que está junto ao Estremo. Et an ad incurrendum commissum, & pœnam amissionis mercium, sit necessaria actualis apprehensio, vel sufficiat, quod probetur extractio: vide omninò Salzed. in tract. de Contraband. cap. 5., & in nostra Ordinatione dispositum extat, quod sufficiat probatio extractionis, ut in hocmet Tit. 112. in princ. & §. 1., & Tit. 111. §. 3., & Tit. 113. in princ. Et an creditores delinquentis præferantur Fisco super rebus incidentibus in commissum: vide latè Salgad. in Labyrinth. credit. p. 4. cap. 9. per tot., Solorzan. lib. 6. Politic. cap. 10., Boler. de Decretor. tit. 5. §. 27., Sabel. in Sum. §. Fiscus. n. 38. Et an dispositio hujus Ordinationis comprehendat etiam personas Ecclesiasticas; vide Delben. de Im-*

munitat. cap. 8. dub. 14. per tot., Ferosin. in cap. Ecclesia, de Constitut. q. 16. ex n. 1., & q. 6. n. 31., Sperel. dec. 12. & 13., Salzed. de Contraband. cap. 32., Cortiad. dec. 209., & affirmativè supponitur in Ord. lib. 2. tit. 1. §. 19., Lagun. de Fruct. p. 1. cap. 28. ex n. 133., Bovadilh. in Politic. lib. 2. cap. 18. n. 117., Carlev. de Judic. tit. 1. disp. 2. n. 159. versic. Hanc tamen. Et an minor incidens in commissum propter exportationem rerum prohibitarum succurrendus sit beneficio restitutionis: affirmativè tenet Cald. in L. Si curatorem. verb. Vel adversarii dolo. num. 82., versic. Ex bis postremo.

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Direito Real he poder o Principe tomar os carros, bestas, e navios de seus subditos, sendo-lhe necessarios.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Senhores de Terras não tomarão mantimentos, carretas, nem bestas contra vontade de seus donos, sem auctoridade de Justiça.*

(i) De materia hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Crime de furto comette aquelle que toma alguma cousa por força, aindaque offereça o preço della.*

(k) Vide ad materiam hujus Ordinationis quæ supra notavimus in verb. *Crédores não podem penhorar seus devedores, sem mandado de Justiça, &c. Et verb. Penhorar não pôde o crédor seu devedor por si, &c.*

(l) Ad materiam hujus Ordinationis vide jam notata in verb. *Pena de morte natural se dá ao que no caminho, ou no campo tomar por força, ou contra vontade de seu dono cousa, que valha mais de cem reis.*

(m) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. *Actor, que se chama de Dom, não lhe pertencendo, perde a acção, e direito que nella tinha. Et vide etiam de materia in verb. *Marido pôde chamar de Dom a sua mulher, se sua mãy della o teve.**

(a) Vide

Tomar posse dos Benefícios, que vagaõ, não se póde, sem licença do Ordinario, *liv. 2. tit. 19. (a)*

Tomar alguém ás mãos, para o espancar, ou ferir, não he caso de perdaõ, *liv. 1. no Regim. do Paço §. 18.*

TORMENTO não se póde dar ao Fidalgo, Cavalleiro, Doutor em Canones, Leys, ou Medicina, e Vereadores, senão nos casos de serem comprehendidos nos crimes de Lesa-Magestade, aleivosia, falsidade, moeda falsa, testemunho falso, feiticeria, sodomia, alcoviteria, e furto, *liv. 5. tit. 134. §. 3. (b)*

Tormento mandando dar o Juiz a alguém, se póde delle appellar, *liv. 3. tit. 69. §. 1. (c)*

Tormento se póde dar por indícios pequenos em crime de Lesa-Magestade, *liv. 5. tit. 6. §. 29. (d)*

Tormento em tres casos póde ser repetido :

o primeiro, se houve taõ indubitaveis indícios, que, aindaque elle no tormento negue, não deixa o Julgador de crer, que elle o fez: o segundo, se depois sobrevieraõ outros novos indícios: o terceiro, se confessã no tormento, e depois se desdiz, *liv. 5. tit. 134. §. 1. (e)*

Tormento de até quarenta açoutes se dá ao escravo fugitivo, para que diga quem he seu senhor, sem appellaçã, nem aggravo, *liv. 5. tit. 62. §. 1.*

Tormento se dá ao culpado por casar duas vezes, se elle nega o segundo matrimonio; e se no tormento não confessar, será degradado para Africa, pelo engano que fez, *liv. 5. tit. 19. §. 2. e 3. (f)*

Tormento poderá logo dar o Corregedor da Côrte ao malfetor, de que houve evidentes indícios com acordo do Regedor, e Desembargadores, *liv. 1. tit. 7. §. 17. (g)*

Tor-

(a) Vide ad materiam hujus Legis, quæ supra notavimus in verb. *Posse de Beneficio vago não póde tomar ninguém, sem licença do Ordinario, &c.*

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Fidalgos não podem ser mettidos a tormento, senão nos casos de crime de Lesa-Magestade, aleivosia, falsidade, moeda falsa, testemunho falso, &c.* Et ad verb. *De crime de Lesa-Magestade*, concordat Ord. lib. 5. tit. 6. §. 29. Ad verb. *Aleivosia*, concordat Ord. lib. 5. tit. 37. §. 3. Ad verb. *Moeda falsa*, concordat Ord. lib. 5. tit. 12. §. 2. Et nota, quod Cives Lisbonenses, & Portuenses hoc etiam potiuntur privilegio, ut non possint subijci torturæ; ut ait Gam. dec. 322. n. 7., Card. in Prax. verb. *Privilegium*. n. 47. Et de materia torturæ Reis inferendæ, vide omnino Delben. de Offic. Sanct. Inquisit. p. 1. dub. 102., Manz. ad Constitut. crimin. artic. 20. cum seqq., Matth. de Regim. Regn. Valent. cap. 8. §. 9. ex n. 93., Conciol. in Resolut. crimin. verb. *Confessio resolut.* 1. & seqq., & verb. *Tortura*, Sabel. in Sum. diversor. verb. *Tortura*, Basilic. dec. 8., Calder. dec. 14., Fragos. de Regim. Reip. p. 1. disp. 12. §. 13. Et de praxi torturæ in hoc Regno vide Parad. in Prax. delegat. n. 119., & Vaz Freir. in Simili tract. cap. 13. ex n. 14.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Sentença interlocutoria, por que se julga que alguém seja mettido a tormento, se póde della appellar.*

(d) De indiciis ad torturam tam generalibus, quàm specialibus, cujuscumque delicti, vide omnino Manz. ad Constitut. crimin. cap. 25. cum seqq. usq. ad 30., & Conciol. in Resolut. crimin. verb. *Indicium*. & verb. *Tortura*. Et nota, quod ex folis indiciis, quamvis vehementibus, non ad pœnam, sed ad torturam deveniendum est; Manz. ad Constitut. crim. artic. 22., Matth. de Re crimin. contror. 2. à n. 44., Gonzal. in cap. *Litteras*. 14. de Presumpt., Calder. dec. 41. 43. & 44. ex n. 5., Cortiad. p. 2. dec. 93. ex n. 34., Boss. de Patria potest. cap. 3. n. 75. Et an ex solo processu informativo, vel apud nos ex sola inquisitione, possit deveniri ad Rei torturam; vide Merlin. Cenr. 2. cap. 33. sed apud nos servanda est Ord. lib. 1. tit. 7. §. 17., & vide etiam Matth. de Re crimin. contror. 25., Sabel. in Sum. §. *Tortura*. num. 8. Nota etiam, quod non potest procedi ad torturam, nisi in casu, quo pro delicto confessio sit Reo imponenda pœna mortis, ut ex quodam Placito Senatus Portuensis refert Senator Oliveira in sequenti Nota, ibi: *Não se deve dar tormento, senão no caso, em que confessando o Reo, se lhe haja de dar pena de morte natural; por Assento da Relação do Porto, apud Peg. ad Ord.*

tom. 4. pag. 61. num. 183., aonde se diz, que este he o estylo de ambas as Relações; aindaque parece que obsta expressamente a Ordenação neste livro tit. 13. §. 8., em quanto se póde referir ao peccado da molície, o qual pela mesma Ordenação §. 3. não tem pena de morte natural. Quid autem de Jure, vide Matth. de Re crimin. contror. 52. num. 14. E se em taes casus se póde usar de metter os dedos nos perrros das pistolas, e se esta he especie de tormento, vide Manz. dec. 80. Nota amplius, quod metu tormentorum permissum est falsò fateri crimen à Reo non commissum, quod intelligendum est, mediante abstractione; ut ex pluribus comprobatur Faria ad Covarr. lib. 1. Var. cap. 2. num. 50. sed tenetur postea sub pœna peccati lethalis confessionem revocare; Sayr. in Clar. Reg. lib. 11. cap. 3. num. 29. & seqq., Covarr. lib. 1. Var. cap. 2. n. 8., Rodrig. Quest. Regul. lib. 2. q. 19. artic. 10.

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide Narbon. Hor. 24. ex n. 11. usq. ad 15., Basilic. dec. 8. à n. 49., Manz. ad Constitut. crimin. artic. 58. ex n. 55., Berlich. dec. 63. Ad verb. *Se houve taõ indubitaveis indícios, & an hæc indicia indubitata mancant purgata per torturam, negante Reo delictum, & sit ipse Reus absolvendus?* affirmativè resolvit Sabel. tom. 1. post Sum. alleg. 10. ex n. 46., Matth. de Re crimin. alleg. 26. n. 2. & seqq., qui rem disputans, & opiniones referens, eam resolvit per distinctos casus. Ad verb. *Se depois sobrevieraõ novos indícios;* vide Farinac. in Prax. crimin. q. 38. à n. 72. Ad verb. *E depois se desdiz;* vide Farinac. d. q. 38. n. 91. Et ex hac Ordinatione nota, quod requiritur confessio ratificatio extra locum torturæ; Farinac. in Prax. crim. q. 73. n. 75., Mend. à Castr. p. 2. lib. 5. cap. 1. n. 96.

(f) Ad verb. *E se no tormento não confessar;* vide sequentem Notam Senatoris Oliveira: *Ex hac Ordinatione non infeliciter argui potest pro opinione illozum, qui censent per torturam indicia ita purgari, ut Reus, qui in illa constantè extitit negativus absolvi in totum debeat; quippe Lex ista extraordinariam pœnam Reo injungit propter fraudem, & injuriam parentibus irrogatam, non verò propter polygamiam; de quo vide Berlich. dec. 63., Herinz. de Fidejussor. cap. 10. n. 427., Sabel. in Sum. verb. *Tortura*. n. 18., Matth. de Re crimin. contror. 26. sed tamen id vix, aut ne vix quidem observatur; vide etiam Manz. ad Constitut. crimin. artic. 61., Cortiad. dec. 277. ex n. 93., Calder. dec. 14. ex n. 7., & vide hanc Ordinat. in §. 3. versic. *E negando, ubi contrarium videtur probare.**

(g) Vide quæ supra notavimus in verb. *Tormento se póde dar por indícios pequenos, &c.*

(a) Vide

Tormento se dá por huma só testemunha, ou confissão extrajudicial, fama pública, ou fuga, *liv. 5. tit. 134. (a)*

Tormento quando se der, não estará presente mais que o Julgador, Escrivão, e o Ministro, *ibid. §. 2. (b)*

TR

TRAIÇÃO he o mais grave, e feyo caso, que huma pessoa pôde cometer, *liv. 1. tit. 74. in princ. (c)*

TRAIADOR, que tinha mórgado, ou foro, não o perde para o Fisco, *liv. 5. tit. 6. §. 15. (d)*

Traidor, que tinha prazo de nomeação, e cometteo crime de Lesa-Magestade, não pôde depois nomear, *liv. 5. tit. 6. §. 19. (e)*

Traidor, que foge da Terra, perde os bens de Mórgado em sua vida, para o Fisco, *ibid. §. 14. (f)*

Traidor pôde ser condemnado depois de morto, *ibid. §. 11. (g)*

TRANSACÇÃO feita entre algumas partes, não pôde prejudicar, nem empecer a quaesquer outros não chamados, a que esse negocio possa tocar, *liv. 3. tit. 81. §. 2. (h)*

Transacção feita pelo devedor não prejudica ao fiador, *ibid. §. 1. (i)*

Transacção em prejuizo, e fraude de terceiro, pôde della appellar esse terceiro, *liv. 3. tit. 78. §. 1. (k)*

TRAPAÇA he illicita, e não se pôde fazer, *liv. 4. tit. 67. §. 8.*

Trapaça se próva pelo mesmo caso, que se vende a mercadoria fiada ao que notoriamente nella não costuma tratar, *ibid. (l)*

TRASLADO das culpas se manda ao Ecclesiastico, quando para lá se remette o delinquente, indo concertado, cerrado, e sellado, *liv. 1. tit. 24. §. 34. (m)*

Traslado da Torre do Tombo, quando se dá com Provisão d'El-Rey, se ha de passar com a declaração, e limitação de tudo o que se achar ácerca della, *liv. 3. tit. 61. (n)*

Traf-

(a) Vide notata in loco supra proxime relato.

(b) Similis est Lex Castellæ *lib. 3. tit. 30. partit. 7.*, ubi Gregor. *Lop. glos. 6.*, Matth. *de Re crimin. controv. 25. n. 33. & 55.*, Petr. Gregor. *in Synt. agm. lib. 48. cap. 12. n. 21.* Et minori torturam subeunti non datur curator, Dian. *Moral. p. 4. tract. 6. resol. 31. versic. Notandum.*, Gom. *lib. 3. Var. cap. 13. n. 64. & seqq.*, ubi Aylon, Narbon. *de Ærat. ann. 14. q. 42. à n. 6.*, Matth. *d. Controv. 25. n. 12.*, qui tenent torturam non esse actum judiciale; aliàs enim esset nullus sine curatore, ut post Gom. ait Aylon. sed ante torturam, & in ipsa decernenda debet dari curator, qui etiam in interrogationibus, dum saltem iuramentum (ubi sit necessarium) præstatur, adesse debet, juxta Altim. *de Nullit. sent. rubr. 11. q. 6. n. 74. & 76.*

(c) De hoc gravissimo crimine prodicionis, vide omnino Farinac. *in Prax. crimin. q. 113. per tot.*, & de ejus poenis agit in *quæst. 116.*, ubi vide.

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD. quos laudavimus in verb. *Confiscação se não pôde fazer nos bens de mórgado, ou feudo, ou foro, que possuir o condemnado por crime de Lesa-Magestade*, & ultra ibi laudatos vide Cortiad. *dec. 284. n. 63. & 64.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Nomeação feita, pelo que comette crime de Lesa-Magestade, he nenhuma, como se não fosse feita, e deve o prazo ser tomado ao Senhorio, &c.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Confiscação se pôde fazer nos bens de mórgado para o Fisco os possuir, em quanto viver o culpado por crime de Lesa-Magestade, se este fugir, &c.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Crime de Lesa-Magestade o culpado nelle, fãllecendo antes de ser preso, ou accusado, se pôde inquirir contra elle depois da sua morte, &c.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis vide Castilh. *lib. 4. Controv. cap. 14. à num. 33.*, & omnino Valeron *de Transact. tit. 2. q. 7. per tot. præcipue ex num. 32.*, & alios quos congerit Sylv. *tom. 3. ad Ord. lib. 3. tit. 81. ad princ. n. 10.*

(i) Ad materiam hujus Ordinationis vide omnino Valeron *de Transact. tit. 2. q. 8. per tot.*

(k) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ hic notat Sylv., & Valeron *de Transact. tit. 2. q. 7. ex n. 32.*

(l) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra nota-

ta in verb. *Mercadoria se próva ser para o ministerio, e despeza de cada hum, pela qualidade da pessoa, que a toma, &c.*

(m) Concordat Ord. *lib. 2. tit. 1. §. 24.*, Thom. Vaz *alleg. 21. n. 36.*, & ad materiam vide sequentem Notam Senatoris Joann. Alvar. da Costa. *Duvidou-se se mandando-se in civilibus remitter o incidente da validade do matrimonio em huma appellação de fóra, se haviaõ de ir os proprios autos, ou se as partes no Ecclesiastico haviaõ de novo de ventilar o ponto: remetteo-se o traslado da Relação do Porto.* Et an idem observari debeat, quando Reus remittitur ad Sanctum Inquisitionis Tribunal: vide sequentem Notam ejusdem Senatoris, ibi: *Ad verb. Cerrados, e sellados; aindaque se remetteõ á Inquisição; e assim se determinou com o Corregedor de S. Paulo.* Sed postea idem Senator ad Ord. *lib. 2. tit. 6.*, scripsit sequentem Notam: *Os autos proprios se remetterõ á Inquisição com os culpados; similis est Resolutio Regis Emmanuelis, Sebastiani, & Philippi: e está na Inquisição huma Carta d'El-Rey D. João V., que assim o concede. Porém se são mais culpados, e hum só pertence aos Inquisidores, se remette o traslado, e ficaõ os proprios. Sed in materia heresis, semper originalia sunt remittenda, quia in materia Fidei, clausis oculis, parendum est per Judices Seculares; Parex. de Instrum. edit. tit. 2. resol. 8. n. 21., Amigant. *dec. 2. n. 39.* Et illa Epistola Regis Joann. V., de qua hic meminit iste Senator in hoc loco, expedita fuit anno 1714. super casum, quem memorat idem Senator in quadam Nota ad Ord. *lib. 2. tit. 9.*, quam supra transcripsimus in verb. *Pena pecuniaria, e de de gredo se dá ao que blasfemar, ou arrenegar de Deos, e de sua Sancta Fé.* Ad verb. *Concertado.* Dubitatum fuit: An inquisitiones in casu mortis, quæ Præfidi criminali Curia solent remitti per Ord. *lib. 1. tit. 65. §. 53.* debeant etiam conferri cum alio Tabellione; & fuit resolutum in Senatu die 26. Februarii anno 1735. debere etiam istæ inquisitiones conferri cum alio Tabellione, seu Notario, qui ad secretum remanet adstrictus; & si in loco, in quo dicta inquisitio formatur, alius Tabellio, seu Notarius non existat, tunc remittitur absque conferentia; & Notarius declarare debet eam inquisitionem fuisse expeditam absque conferentia, propter defectum alterius Officialis in illo loco; de quo vide Placitum Senatus, quod est in Ord. *lib. 1. tit. 65. Coll. 3. n. 1.**

(n) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Peg. *tom. 2. ad Ord. pag. 276. glos. 108.* ubi, quod hæ provisiones non con-

Traslado do processo se dá para seguir a apellação, *liv. 3. tit. 69. §. 6. (a)*
 Traslado das cartas de quita dos devedores, se dará aos Sacadores d'El-Rey á custa das partes, que as mostraõ, *liv. 2. tit. 51. §. 1.*
 Traslado em pública fórma não será guardado ao que pede esmóla para invocação de algum Santo, sem mostrar a Carta propria d'El-Rey, *liv. 5. tit. 103.*
 Traslado do livro da Fazenda se passa pelo Porteiro della, *liv. 1. tit. 10. §. 4.*
 Traslados das suspeições, ou das cartas, por que se tiráão as inquirições, que vieraõ nas appellações, se não contaõ ao Escrivaõ das cousas, que trasladar, *liv. 1. tit. 91. §. 19. (b)*
 Traslado se conta ao Escrivaõ das cousas, que trasladar, *liv. 1. tit. 83. §. 1.*
 TRASPASSAR não póde ninguem em algum poderoso a cousa, ou direito, que nella tem, *liv. 3. tit. 39. (c)*
 Traspasso dos direitos, e acções se faz ao fiador contra o condemnado por quem pagou, *liv. 3. tit. 92. (d)*
 TRATAR não se póde neste Reyno, nem para fóra em conchas, coraes, contas pardas, ou das outras, que vem de Guiné, ou lambeis, sob pena de açoutes, e de perdimento da fazenda, *liv. 5. tit. 106.*
 TRAVAR de alguma mulher, que vay pela

rúa, ou por outra parte, está trinta dias preso na cadêa, e paga mil reis, *liv. 5. tit. 18. §. 2. (e)*

TRAVE não póde ninguem metter em parede, em que não tiver parte, *liv. 1. tit. 68. §. 35. (f)*

Trave mettida na parede do visinho, faz que do chaõ até aonde está a trave possa metter quantas quizer, *ibid. §. 36.*

Traves quem as tiver mettidas em parede de outro visinho, de que não tem parte, não poderá fazer mais alto o seu madeiramento sem consentimento do dito visinho, *ibid.*

TRAZER armas offensivas, e defensivas indo de caminho, não he defeso, *liv. 5. tit. 80. §. 1. (g)*

Trazer adaga de feição de sovêla, tem pena de dez cruzados, *ibid. §. 2. (h)*

TRIBUTARIAS não são as Igrejas, que estão em terras de Reguengo, *liv. 2. tit. 22. (i)*

TROCAS, que alguns fazem a seus filhos, ou netos, não valem sem consentimento dos outros, *liv. 4. tit. 12. (k)*

Trocar bens do mórgado, e dotaes; vide verb. *Bens; & verb. Desembargador do Paço.*

TROVAS de mal dizer, se alguem as faz, lê, ou pública; vide verb. *Cartas diffamatorias.*

TRIBUNAL algum não conhece do agravo do Almotacél mór, se não El-Rey, *liv. 1. tit. 18. §. 66. (l)*

TU

conceduntur Exteris. Et nota, quòd exemplaria extracta ab hoc Regio Archivo in forma hujus Legis faciunt plenam fidem; *Ord. lib. 1. tit. 23. §. 2.*, Cabed. de Reg. *Patron. cap. 22. n. 3.*, Valasc. *conf. 167. n. 9.* Et scriptura que inventa fuerit in Archivo, si fuerit defectuosa, an faciat fidem, vide *Scob. de Privit. p. 2. q. 6. ex n. 36.*, & de materia vide *Frances de Ecclef. Cathedr. cap. 23.*, *Parex. de Instrum. edit. tit. 1. resol. 3. §. 3. ex num. 27.*

(a) Hodie per Leg. Extravag. novissimè expeditam deferuntur Judicibus appellationis acta originalia ad cognoscendum de appellatione, ut jam supra notavimus in verb. *Processo proprio, em que se deu sentença, de que se appellou, vey aos Superiores, se estiverem no mesmo lugar.*

(b) Tabelliones Judiciales non debent inferere in exemplaribus appellationum, incidentia recufationis Judicium, ut dispositum extat in *Ord. lib. 1. tit. 79. §. 25.*, & ideo decernitur in hac Lege, quòd si forte illa in exemplari actorum inferant, non calculentur eorum expensæ, quia illis solvi non debent.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Cessaõ de acção feita em pessoa poderosa, não se permite.* Et verb. *Pessoas poderosas, em quem se fez cessaõ, e traspasso de alguma acção, &c.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. *Cessaõ se faz dos direitos, e acções no fiador, que pagou pelo Reo.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Pena de prisão por trinta dias, e de mil reis para o Meirinho, ou Alcaide, se dá ao que travar na rúa de alguma mulher, &c.*

(f) Ad materiam hujus Legis vide supra verb. *Parede de entre dous visinhos se póde nella hum emadeivar, pagando-lhe a sua anêtaide.* Et nota, quòd ad imittendum tignum in pariete alieno, necesse est, quòd imittens habeat ali-

quam partem in pariete, ut declarat hæc Ordinatio, vel aliqua sit servitus constituta; ex *Text. in l. Quemadmodum. ff. Ad Leg. Aquiliam.*, *Ferreir. de Nov. oper. nuntiat. lib. 2. discurs. 11. n. 43.*; & ista servitus non acquiritur ex consensu domini parietis tignum in illo imittere patientis; nam eo sublato, non potest aliud immitti in eodem loco, nisi expressè concessa fuerit servitus, vel novus consensus interveniat, ut comprobatur idem *Ferreir. d. disc. 11. n. 43.* itaut sublato tigno, si dominus parietis foramen, in quo tignum requiescebat, obturaverit, & perduraverit obturatio per decem, vel viginti annos amittitur quodlibet jus servitutis, ut comprobatur idem *Ferreir. d. disc. 11. n. 44.* Nota etiam, quòd adversus imittentem tigna in pariete alieno potest intentari actio de novi operis nuntiatione; de quo vide eundem *Ferreir. d. tract. de Nov. oper. nuntiat. lib. 6. discurs. 9. n. 1.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide *Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. disp. 13. n. 135.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra verb. *Adaga de feição de sovêla, não se póde trazer sob pena de dez cruzados, &c.*

(i) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ supra notavimus in verb. *Igrejas não são tributarias, por estarem em terras de Reguengo.*

(k) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Neto não póde fazer contr. acção de compra, ou troca com seu avô, sem consentimento dos outros netos, filhos, ou descendentes, que houverem de ser herdeiros.*

(l) Ad materiam hujus Legis vide supra verb. *Almotacél mór não ha agravo delle para algum Tribunal, senão para El-Rey.* Et notat hęc Senator *Joann. Alvar. da Costa.* *Porem Sua Magestade remette á Mesa do Desembargo do Paço estes agravos, aonde se lhe consulta sobre elles.*

(a) Ad

TU

TUITIVAS; vide verb. *Cartas tuitivas*.

TUTORA póde ser a mãy, e a avó não sendo já outra vez casadas, *liv. 4. tit. 102. §. 3. (a)*

Tutora não póde ser a mãy de seus filhos, que se casou, e tornou a viubar, *ibid. §. 4. (b)*

TUTOR, posto que dado em testamento, o não póde ser, se o testamento he feito por pessoa incapaz de o fazer, ou se o Tutor he menor de vinte e cinco annos, ou san- deu, prodigo, ou inimigo do orphaõ, ou pobre, escravo, infame, religioso, ou impedido de algum outro impedimen- to perpétuo, *liv. 4. tit. 102. §. 1. (c)*

Tutor do menor de quatorze annos, que accusar de crime de morte, ha de appare- cer pessoalmente nas audiencias, e não apparecendo, he lançado de parte, *liv. 5. tit. 124. §. 16. (d)*

Tutor, que dorme com orphãa, ou menor, que está a seu cargo, paga-lhe o casamen- to em dobro, e será preso, e degradado oito annos para Africa, *liv. 5. tit. 21. §. 1. (e)*

Tutor dentro de hum mez do dia, que fica- rem os orphaõs, dá o Juiz, ao qual entre- ga todos os bens por inventario feito pelo Escrivaõ do seu cargo, *liv. 4. tit. 102. (f)*

Tutor não póde comprar por si, nem por outrem bens de menor, *liv. 1. tit. 87. §. 29. (g)*

Tutor dado em testamento, não dá fiança alguma, *liv. 4. tit. 102. §. 1. (h)*

Tutor do filho daquelle, que matáraõ, re- quererá, que os bens do matador se po- nhaõ em sequestro, e que se fação editos, *liv. 5. tit. 128. §. 2.*

Tutor constrangido não terá a tutoria mais que dous annos, *liv. 4. tit. 102. §. 9. (i)*

Tutor parente do orphaõ não se póde escu- far por algum privilegio, *liv. 4. tit. 104. (k)*

Tutor

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra no- tata in verb. *Mãy, ou Avó, podem ser tutoras de seus filhos, ou netos, não sendo já outra vez casadas, &c.* Et nota, quòd non debet mater, seu avia invita compelli ad tutelam filiorum, seu nepotum suscipiendam, cum hæc tutela non sit necessaria, sicut aliæ tutelæ, sed voluntaria; An- tonel. de Tempor. legal. lib. 2. cap. 22. n. 29., Gutierr. de Tu- tel. p. 1. cap. 6. n. 18., Cancr. p. 1. Var. cap. 7. n. 70., Guerreir. tract. 3. de Dat. & Obligat. Tutor. & Curat. lib. 3. cap. 5. n. 32., Altimar de Nullit. contr. rubr. 1. q. 6. sect. 1. n. 90. Debet ta- men mater, seu avia, antequam tutelam ingrediatur: primò. renuntiare secundis nuptiis; secundò, renuntiare be- neficio S. C. Vellejani; tertio, idoneam cautionem præ- stare; de quo vide Gutierr. de Tutel. p. 1. cap. 8. n. 7., & à n. 24., Gratian. For. cap. 668. n. 12., Gom. in L. 14. Taur. à n. 12., Altim. de Nullit. contr. d. q. 6. sect. 1. n. 83., Guer- reir. d. lib. 3. cap. 5. n. 15. & 16. Et si forte, dum officium tutricis egerit, ad secundas transeat nuptias, non reddita ratione tutelæ, remanent obligata bona secundi marii ad debita ejusdem tutelæ, & in illis poterit executio fieri; ex Text. in L. Si mater. Cod. Quib. caus. pign., Negusant. de Pignor. p. 2. membr. 4. n. 156., Gratian. For. cap. 86. n. 54., Sabel. Var. Resolut. cap. 4., Gail lib. 2. observ. 90. n. 2., & aliis, quos congerit Altimar de Nullit. d. sect. 1. n. 105.

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra no- tata in verb. *Mãy, que por casar perde a tutoria dos filhos, se torna a viubar não a póde cobrar.*

(c) Ad verb. *Por pessoa incapaz*; nota, quòd omnes, qui testamentum facere non valent, testamento tutores dari non possunt, ut probatur ex hac Ordinatione; Guer- reir. tract. 3. de Dat. Tutor. & Curat. lib. 1. cap. 3. n. 18. Et quæ personæ non possint facere testamentum, declarat hæc Ordinatio; de quo vide latè Guerreir. tract. 2. de Di- vis. lib. 3. cap. 5., & lib. 5. cap. 5.

(d) Hæc Ordinatio desumpta videtur ex quodam Placito Senatùs, quod transcribit Costa post tract. de Styl. Dom. Supplicat. assent. 20. pag. 128. col. 2., & tenet Mend. à Castr. p. 2. lib. 5. cap. 1. n. 65.

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra no- tata in verb. *Dormindo o tutor com a mulher orphãa, ou menor, que está a seu cargo, &c.* Et præter DD. ibi laudatos, vide Farinac. in Prax. crimin. lib. 1. tit. de Carcerib. q. 31. n. 115., Fragof. de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. dist. 13. §. 13. n. 408. ver- sic. De Jure tamen Lusitano., Peg. in tract. de Spur. glos. 3. n. 20.

Tom. II.

Et nec potest tutor pupillam ducere in uxorem; ut cum pluribus notavimus in loco supra relato: nam tutor, qui pupillam uxorem ducit quasi adulterium committe- re dicitur; Ansal. de Jurisdic. p. 4. tit. 3. cap. 1. n. 11. & 12., quod procedit non solum, quando tutor nubit cum pu- pilla, sed etiam, quando illam filio suo matrimonio junxit; nam pro hoc factio infamis reputatur, ut tenet August. Barbof. de Potest. Episcop. p. 1. alleg. 43. n. 28.

(f) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra no- tata in verb. *Juiz dos Orphaõs deve dar Tutores aos menores dentro de hum mez, aos quaes Tutores fará entregar todos os bens.*

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD. su- pra laudatos in verb. *Nulla he a compra, que o Tutor fizer dos bens dos orphaõs, em quanto durar a tutela, &c.*

(h) Tutores testamentarii non tenentur satisfatio- nem præstare ad suscipiendam tutelam à testatore com- mendatam; quia eorum fides ab ipso testatore appro- bata censetur, ut probatur ex hac Ordinatione, & ex Text. in §. 1. Instit. de Satisfat. tutor., Antonel. de Tempor. legal. lib. 4. cap. 17. n. 9., Altimar de Nullit. contr. rubr. 1. q. 6. sect. 1. n. 39. & 67., & plures alii, quos congerit Guerreir. tract. 3. de Dat. Tut. & Curat. lib. 1. cap. 7. n. 2., ubi in numeris seqq. aliquas declarationes adducit, & in lib. 2. cap. 9. n. 43. Quod ampliatur etiam in matre, seu avia; quia si tutrices sint testamentariæ, satisfare non coguntur, nec debent; Altimar de Nullit. contract. d. q. 6. sect. 1. n. 91., Guerreir. tract. 3. de Dat. Tut. & Curat. lib. 2. cap. 9. n. 32.

(i) Ad materiam hujus Ordinationis vide Cald. in L. Si curatorem. verb. *Sine curatore. n. 113. Cod. de In integr. restit.*, Guerreir. tract. 3. de Dat. Tutor. & Curat. lib. 8. cap. 6. n. 15.

(k) Officium tutoris est munus publicum, & neces- sarium, licet si ratione utilitatis privatum, & ideo ad illud subeundum quisque compelli debet; de quo vide latè Guerreir. tract. 3. de Dation. Tutor. & Curat. lib. 1. cap. 2. per tot., Altimar de Nullit. contract. rubr. 1. q. 6. sect. 1. n. 123. Excusantur tamen illi, qui habent quinque libe- ros, vel quinque nepotes ex filio jam defuncto; de quo vide supra notata in verb. *Escuso da tutoria he o que tiver cinco filhos legitimos, ou cinco netos entre machos, e femeas, &c.*, & ultra DD. ibi laudatos vide Aquil. ad Rox. p. 2. cap. 5. à n. 6., Gutierr. de Tutel. p. 1. cap. 21. n. 2., Sabel. in Sum. §. Pater. n. 8., & in hoc casu veniunt computandi filii legitimatedi, ad hoc ut pater hac exemptione gaudere possit;

PPP

- Tutor levará a vintena da renda dos orphaõs, *liv. 4. tit. 104. §. 53. (a)*
- Tutor deixado em testamento ao filho natural, e não legitimo, o confirma o Juiz, *liv. 4. tit. 102. §. 2. (b)*
- Tutor jura de guardar os bens do orphaõ, e dá fiança abonada, *ibid. §. 5. (c)*
- Tutor não toma a vintena, se não for por Alvará assignado pelo Juiz, *liv. 1. tit. 87. §. 53.*
- Tutor não leva a vintena do que o orphaõ ganha por soldada, *ibid. (d)*
- Tutor pôde ser demandado para a Côrte, posto que não seja achado nella, pelo orphaõ, para lhe dar conta, *liv. 3. tit. 6. §. 4.*
- Tutor estranho, que quizer ter tutoria mais tempo de dous annos, se o fizer bem, se lhe deixa, *liv. 4. tit. 102. §. 10. (e)*
- Tutor, que induz a orphãa para casar sem autoridade do Juiz, será obrigado a dar á orphãa outro tanto quanto ella tiver; e além disso será preso até a mercê d'El-Rey, e paga para a Camara o quinto daquillo, que levar a orphãa, *liv. 1. tit. 87. §. 21. (f)*

- Tutor testamentario tem escolha de levar a vintena, ou o que o testador lhe deixou, *ibid. §. 53.*
- Tutor não pôde ser o menor de vinte e cinco annos, aindaque tenha supplemento de idade, *liv. 4. tit. 104. §. 3. (g)*
- Tutor, por cuja culpa se deu sentença contra o menor, lhe paga o damno, *liv. 3. tit. 41. §. 9. (h)*
- Tutor estranho se dá ao orphaõ, que não tem parente, que o seja, *liv. 4. tit. 102. §. 7. (i)*
- Tutor, que sendo parente mais chegado, se escusa de o ser, não será herdeiro ao menor, *ibid. §. 6. (k)*
- Tutores, e Curadores, haõ de empregar o dinheiro dos menores em bens de raiz por mandado do Juiz, *liv. 1. tit. 87. §. 25. (l)*
- TUTORIA se dá ao mais chegado parente do orphaõ, e mais abonado, *ibid. §. 5. (m)*
- Tutoria se acaba chegando o orphaõ a quatorze annos, e a femea a doze, *liv. 4. tit. 104. §. 6. (n)*

Letra

possit; Peg. tom. 2. ad Ord. lib. 1. tit. 3. §. 1. cap. 36. n. 213. & 220. Et nota, quod si Princeps revocet quascumque immunitates, nunquam censetur revocata immunitas, quæ provenit ex numero liberorum, tanquam privilegium in corpore juris clausum; Conciol. alleg. 58. n. 15. Excusatur etiam senes, qui excedit ætatem septuaginta annorum; & etiam minor viginti quinque annorum; de quo vide notata in verb. *Excusos da tutoria são o mayor de settenta annos, e o menor de vinte e cinco.* Et verb. *Id. de de settenta annos, tendo alguem he aposentado.* Excusantur etiam Conductores reddituum Regalium, & Officiales, qui Regium patrimonium administrant; ut notavimus supra in verb. *Excusos de tutoria são os Rendeiros d'El-Rey;* & verb. *Excusos de tutoria são os que administrão vendas d'El-Rey, &c.*, & ultra DD. ibi laudatos vide Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. disp. 16. n. 19. Excusantur etiam ab officio tutelæ Personæ illustres, & Doctores, ut jam notavimus in verb. *Excusos de tutoria são os Fidalgos, e Doutores, &c.*, & præter ibi citatos vide Urceol. dec. 2. Excusantur etiam personæ infirmæ; de quo vide DD. supra laudatos in verb. *Excusos de tutoria são os enfermos.* Excusantur etiam omnes Magistratus, Decuriones, & Justitiæ Officiales; de quo vide supra verb. *Excusos de tutoria são os Desembargadores, Corregedores, &c.*

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Salario dos Tutores he a vintena do que vender a fazenda do orphaõ, &c.*, & vide omnino Guerreir. tract. 4. de Ration. reddend. lib. 5. cap. 5. per tot., qui materiam latè pertrahat cum omnibus suis ampliacionibus, & limitationibus.

(b) Ad materiam hujus Ordinationis vide Cald. in L. Si curatorem. verb. *Sine curatore. n. 87. & 100. Cod. de In integr. restit.*, Fragos. de Regim. Reip. p. 1. disp. 16. n. 7. 8. & 11. cum seqq., Valenzuel. conf. 36., Guerreir. tract. 3. de Dat. Tutor. & Curat. lib. 1. cap. 4. n. 26., & cap. 8. n. 12.

(c) De hoc juramento tutoris, vide Altimar de Nullit. contr. rubr. 1. q. 6. sect. 1. n. 118., Cancr. p. 1. Var. cap. 7. n. 6., & latissimè Guerreir. tract. 3. de Dat. Tutor. & Curat. lib. 4. cap. 9. n. 43.

(d) Ad materiam hujus Legis vide Guerreir. tract. 4. de Ration. reddend. lib. 5. cap. 5. n. 103.

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Cald. in L. Si curatorem. verb. *Sine curatore. n. 113. Cod. de In integr. restit.*, Gutierr. de Tutel. p. 1. cap. 24. n. 6. Et an tutor

post finitam tutelam, aut post redditas rationes, seu ante eorum redditionem, possit bona pupilli retinere sub aliquo prætextu, itaut si spoliatur, debeat restitui; vide Fontanel. tom. 2. dec. 544. & 545., Card. de Luc. lib. 7. de Tutor. & Curator. disc. 6.

(f) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Portug. de Donat. tom. 2. cap. 31. n. 98.

(g) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra verb. *Excusos de tutoria são o mayor de settenta annos, e o menor de vinte e cinco.*

(h) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Menor pôde haver o damno, que recebeo por culpa de seu Tutor, ou Curador.*

(i) De hac tutela dativa in defectu tutoris testamentarii, aut legitimi, vide Guerreir. tract. 3. de Dation. Tutor. & Curator. lib. 3. cap. 1. per tot., Altimar de Nullit. contr. tract. rubr. 1. q. 6. sect. 1. n. 121.

(k) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Parente, que se escusa de ser tutor do orphaõ, não poderá depois herdar.* Limita tamen dispositionem hujus Legis, si consanguineus habeat justam causam excusationis, quia tunc non ex eo quod à tutela excusatur, à successione emolumento privandus erit; Guerreir. de Numer. Judic. Orphan. tract. 3. de Dat. Tutor. & Curat. lib. 2. cap. 2. n. 38.

(l) Ad materiam hujus Ordinationis, vide supra notata in verb. *Orphaõs se tiverem bens móveis, se mandarão vender em pregão, a quem por elles mais dêr; e com o dinheiro se comprarão bens de raiz para os mesmos orphaõs.* Et vide latè Guerreir. de Dat. & Obligat. Tutor. lib. 7. cap. 9. per tot. Ad verb. *Em bens de raiz;* dummodo non sint vineæ, ut infra notabimus in verb. *Vinhas não devem comprar-se para os orphaõs, havendo outras herdades de raiz.*

(m) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Guerreir. tract. 3. de Dat. Tut. & Curat. lib. 2. cap. 2. ex n. 32., & cap. 3. n. 21. Et quid si proximior in gradu sit minor, vel captus ab hostibus, vel à tutela excusetur, an remotiori locus fiat? negativè resolvit Guerreir. in d. cap. 3. n. 32. 33. & 34., & dicit dandum esse locum tutori dativo. Advertit tamen idem Guerreir. in n. 39., quod inter tutores legitimos præferendus erit ille, qui pinguiorem satisfationem obtulerit; & alias utilissimas declarationes ibi refert.

(n) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Guerreir. de Dation. Tutor. & Curat. lib. 8. cap. 6. ex n. 3.

(a) De

Letra V.

VA



ADÍO he o que chega a hum Lugar, e passa vinte dias, sem tomar amo, *liv. 5. tit. 68. (a)*

Vadio he aquelle, que não vive com amo, nem tem officio, nem outro mister, nem ganha sua vida, nem anda negociando algum negocio seu, ou alheyo, *ibid.*

Vadio he o que tomou amo, e o deixou, e não continuou a servir, *ibid.*

Vadio he preso, e açoutado publicamente, *ibid.*

Vadios com parecer do Desembargo do Paço são embarcados para o Brasil, ou para as galés, *ibid. §. 1. (b)*

Vadios, que andaõ na ribeira de Lisboa a furtar bolsas, se depois de soltos a primeira vez, tornarem a ser presos por semelhantes casos, irãõ presos, e degradados para o Brasil, *liv. 5. tit. 113. §. 6. (c)*

Vadios prende o Corregedor da Côrte, e da Cidade, sem appellação, nem aggravado, *liv. 5. tit. 68. §. 2. (d)*

Vadio póde allegar, e provar em dous dias a causa porque anda nos ditos Lugares, *ibid. §. fin.*

VAGANDO algum lugar do numero dos Procuradores da Casa por morte, ou impedimento, está vago dous mezes, *liv. 1. tit. 48. §. 1.*

VALIA da coufa he segundo a commúa estimação, e não segundo a affeição particular, *liv. 4. tit. 111. §. 4. (e)*

Valia da coufa he com respeito ás qualidades, por bem das quaes deva valer mais, ou menos, *ibid. (f)*

Valia da coufa para justamente se fazer, se ha de olhar o tempo do contracto, *liv. 4. tit. 13. §. 1. (g)*

Valia do paõ das pádeiras se faz conforme o preço do trigo, *liv. 1. tit. 18. §. 19.*

Valia da terça se faz ou conforme ao tempo da doação, ou da morte do doador, *liv. 3. tit. 97. §. 4. (h)*

Valia da coufa pedida pelo Auctor se olha para se saber, se cabe na alçada, e he caso de appellação, *ibid. §. 9. (i)*

Valia

(a) De istis vagabundis, vide Farinac. in *Prax. crim.* q. 7. à n. 13., & conf. 64. n. 3., Barbof. in *L. Heres absens.* §. Proinde. ff. de *Judic.*, Simanc. de *Republic. lib. 8. cap. 28.*, Solorzan. *Emblem. 77.*, Matth. de *Regim. Regn. Valent. cap. 2. §. 1. n. 65.*, Calder. p. 2. dec. 56. à n. 42., Arouc. in *L. Justitia. 10. §. 1. ff. de Just. & Jur. n. 6. & 7.*, Pignatel. tom. 8. conf. 64., Raynald. tom. 3. lib. 3. cap. 26., Portug. de *Donat. tom. 2. p. 3. cap. 40. n. 15.*

(b) Ad verb. São embarcados para o Brasil; nota, quòd per Regium Decretum, quod est in *Ord. lib. 5. tit. 68. Coll. 2. n. 2.* jussum fuit, quòd omnes vagabundi in carcerem detruderentur, ut ad Indiam missi essent. Ad verb. *On para as galés;* vide aliud Decretum, quod est in *d. Ord. n. 1.*, ubi jussum fuit, quòd omnes vagabundi capti fuissent, ut in servitio triremium occuparentur. Et nota, quòd in istis pœnis vagantium comprehenduntur etiam illi, qui scandalosè vivunt in præjudicium Reipublicæ; ut fuit declaratum in quodam Decreto, quod est in *Ord. lib. 5. tit. 63. Coll. 2. n. 3.*

(c) Ad verb. *A furtar bolsas;* vide de istis latronibus, quæ supra notavimus in verb. *Furto, em que alguem for apanhado, cortando, ou desatando a bolsa, &c.*

(d) Nota, quòd isti Præsides criminales debent in suis Territoriis invigilare per Officiales, & Birruarios, an isti vagabundi per illos vagentur, ut statuitur in *Legge Extravag.*, quam habes in *Ord. lib. 1. tit. 49. Coll. 1. n. 1. §. 12. & 16.*, & ita etiam commendatur Birruariis in suo Regimine, quod est in *Ord. lib. 1. tit. 73. Coll. 1. n. 1. §. 4.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Doctores, quos supra latè congestimus in verb. *Lesão de mais da amétade do justo preço se deve computar, quando a coufa vendida valia por commúa, e verdadeira estimação, &c.* Et

verb. *Avaliação se faz, segundo a valia, e estimação commúa, e não segundo a affeição particular.*

(f) In æstimatione alicujus rei facienda, debent attendi omnes illius qualitates, quæ pretium minuunt, utpote onera, gravamina &c., ut jam supra notavimus in *d. verb. Lesão de mais da amétade do justo preço se deve computar, quando a coufa vendida valia, &c.* prop. fin.

(g) Ad materiam hujus Ordinationis vide Doctores, quos congestimus, & ea quæ notavimus in *d. verb. Lesão de mais da amétade do justo preço se deve computar, quando a coufa vendida valia por commúa, e verdadeira estimação ao tempo do contracto, &c.* in versic. *Ad verb. Ao tempo do contracto.*

(h) Vide remissiones, quas supra fecimus in verb. *Terça se olha a valia dos bens do tempo que se prometteo o dote em casamento, ou se fez a doação, ou ao tempo da sua morte.*

(i) Ad materiam hujus Legis vide Doctores supra relatos in verb. *Avaliação se faz da contenda, para se ver, se he caso de appellação, ou aggravado, e se cabe na alçada.* Et nota, quòd si causa principalis non excedat jurisdictionem Judicis, non poterit gravamen interponi ab incidentibus, ut patet ex *Ord. lib. 1. tit. 90. §. 1.*, & *tit. 58. §. 25.*, excepto casu nullitatis notoriæ, ut declaratur in *d. §. 25.*, quod speciale esse videtur; quia regulariter, prohibita appellatione à diffinitiva, non cenietur prohibita ab interlocutoria; *Surd. dec. 27. n. 10.*, *Cancer p. 3. Var. cap. 18. n. 10.* Et quid, si diversæ summæ petantur in libello, quarum quælibet non excedit jurisdictionem Judicis; vide *Salzed. in L. 63. tit. 4. lib. 2. n. 32. & 33. pag. 48.*, August. *Barbof. ad Text. in cap. De appellationibus. 11. n. 7. & 8. de Appellat.*, *Cabed. p. 1. dec. 21. n. 1.* Et an ad valorem appellationis attendatur reconventio? vide *Pereir. de Revision. cap. 20. n. 10.*, *Cabed. p. 1. dec. 21. n. 6.*

Valia dos fructos, que o comprador recebeo, ou pudêra receber, a paga ao vendedor, por lhe não haver pago o preço, *liv. 4. tit. 67. §. 3. (a)*

VARA vermelha deve trazer o Juiz ordinario, *liv. 1. tit. 65. §. 1. (b)*

VARAÕ precede á femêa, posto que seja mais velha, na successão do mórgado, *liv. 4. tit. 100. §. 1. (c)*

Varaõ precede á femêa, posto que seja mayor, na successão dos prazos, *liv. 4. tit. 36. §. 2. (d)*

VARIANDO em algum incidente os Desembargadores, que forem certos Juizes em alguma causa, e se metterem outros, depois de posta a interlocutoria, o feito torna ao que foi de diferente parecer; e conhece delle com os outros em tudo o mais

que se houver de processar, *liv. 1. tit. 5. §. 9.*

VARIAR não pôde o Clerigo injuriado, depois que huma vez escolheo Juiz Ecclesiastico, ou Secular, ou requireo diante de algum delles, *liv. 2. tit. 9. §. 3. (e)*

Variar não pôde a pessoa, que escolheo hum de muitos Juizes, depois que huma vez escolheo, *liv. 3. tit. 5. §. 3. in fin. e tit. 6. §. 5. in fin. (f)*

VE

VÉDOR da Fazenda não pôde procurar por outrem, *liv. 3. tit. 28. §. 2.*

Védor da Fazenda pôde trazer seus contendores á Côrte, *liv. 3. tit. 5. (g)*

Védor da Casa d'El-Rey traz seus contendores á Côrte, *ibid. (h)*

VELEA-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Carleval de *Judic. lib. 2. tit. 3. disp. 8. sect. 5.*, Souf. in *§. Actionum. p. 3. cap. 1. à n. 26.*, Covarr. *lib. 3. Var. cap. 4. per tot.*, Card. de Luc. *sub tit. de Usur. disc. 16. cum multis seqq.*, Valasc. de *Partit. cap. 28. n. 8.*, Britt. *ad rubr. de Locat. p. 2. §. 1. ex n. 65.*, Molin. de *Just. & Jur. tract. 2. disp. 315. n. 7.*, & *disp. 337. & 368. n. 9.*, Ægid. in *L. Ex hoc jure. p. 2. cap. 12. differ. 3. n. 10.*, Cabed. *p. 1. dec. 166. n. 4.*, Peg. *For. cap. 7. pag. 538. in fin.*, Moraes de *Execur. lib. 2. cap. 12. à n. 11. usq. ad 21.* Nota tamen, quòd ista fructuum æstimationo, seu ista usura non debetur ratione pretii non soluti, sed potius ratione compensationis cum fructibus ab emptore perceptis, & pro portione eorum; unde si nulli fructus nascantur, ad nihilum tenetur emptor, excepto casu, si culpa sua non recepit; unde etiam aliter non solventur, nisi deductis expensis; Britt. in *rubr. de Locat. p. 2. §. 1. num. 74.*, Souf. in *§. Actionum. p. 3. num. 44.*, & vide Rocc. *Select. cap. 126. à num. 40. cum seqq.*

(b) De harum virgarum origine, & ad materiam hujus Legis vide supra notata in verb. *Juiz ordinario traz sempre vara vermelha.* Et nota, quòd virgam debent deferre Judices, & Officiales Seculares in signum jurisdictionis, ut ab aliis discernantur, & eis resisti non possit; ex *Text. in L. Decernimus. Cod. de Aqueduct. lib. 11. L. Stigmata. Cod. de Fabricens. lib. 11.*, Boer. *dec. 170. n. 5.*, Farinac. in *Prax. crimin. p. 1. q. 32. n. 37.*, & *conf. 65. n. 28.*, Bovadilh. in *Polit. lib. 1. cap. 13. n. 50.*, & *lib. 3. cap. 2. num. 11.*, Basilic. *dec. 10. num. 6.*, Solorzan. de *Jur. Indiar. lib. 4. cap. 5. num. 3.*, & in *Polit. lib. 5. cap. 5.*, Calder. *dec. 4. à num. 5. p. 1.* Virga enim jurisdictionem, ac merum, mixtumque imperium representat; Bovadilh. in *Polit. lib. 3. cap. 2. n. 13.*, Cassan. in *Catalog. de Glor. mund. part. 1. Consider. 38. concl. 6.*, & *Consider. 23. p. 2.*, Azeved. in *L. 33. tit. 6. lib. 3. Nov. Recopil. ex num. 1.*, & cum per delationem virgæ jurisdictionis probetur, & præscribatur, ut ait Azeved. in *d. L. 33. num. 2.*, Aven. *dañ. de Exequend. mandat. p. 2. cap. 21. num. 2. & 4.*; ideo Correctores, & Judices prohiberi debent, quòd alius extraneus Judex in ipsorum Territorio virgam deferat; Bovadilh. in *Polit. lib. 2. cap. 19. num. 6.* Et contra Officiales Justitiæ hoc signum non deferentes, potest impunè resisti, ut jam supra notavimus in verb. *Crime de resistencia, se alguem o cometer contra algum Desembargador, ou Corregedor da Côrte, &c.*, nisi aliàs constet eum esse Officialem Justitiæ, utpote quia est valde notus; quod semper contingit in locis parvis; de quo vide quæ jam notavimus supra verb. *Pena de morte natural se dá ao que resistir contra algum Desembargador, ou Corregedor da Côrte, &c.*

(c) Ad materiam hujus Ordinationis, vide quæ jam supra notavimus in verb. *Filho varaõ precede á filha, posto que mayor, na successão do mórgado.* Et verb. *Mórgado se defere primeiro ao varaõ, que á femêa, estando em igual gráo, posto que seja mais velha.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Fore do que morreo ab intestado, ficando por sua morte algum filho... deve ficar a elle; e bem assim á filha, ou neto, não havendo filho varaõ, posto que seja mais moço, &c.* Et quid si pater habeat facultatem nominandi filium, vel filiam, an tunc præcedat filia senior filio juniori? vide ad resolutionem sequentem Notam Senatoris Joann. Alvar. da Costa. *Ibi*: posto que seja mais moço que a filha, est *questio*, utrum hoc procedat eo in casu, quo concessa est facultas nominandi filium, aut filiam? Episcopus Fr. Anton. ab Spirit. Sanct. *conf. 3. cum Cald. affirmat censeri nominatam filiam, si filius junior sit; cui opinioni meum suffragium adhibere nequeo: siquidem ex eo in §. 2. prævalet sexus; quia pater cum non nominasset filiam, quam nominare poterat, præsumitur à Lege electus filius: ergo idem in casu, quo expressa erat facultas nominandi filiam, semper eam, si vellet, poterat pater nominare; quia nihil denno habet expressa facultas nominandi filium, vel filiam: & nostra Lex providet de casu, quo pater usus non est sua libera facultate.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Clerigo de Ordens Sacras, ou Religioso, ou Beneficiado, sendo ferido, estancado, ou injuriado... e pedir sua satisfacão ante o Juiz Ecclesiastico, ou Secular, não poderá depois variar; & ultra DD. ibi laudatos, vide August. Barbof. in *Repertor. verb. Clericus. in fin.*, Cortiad. *dec. 267. n. 27.* Ad verb. *Injuriado*; vide sequentem Notam Senatoris Joann. Alvar. da Costa. *Não procede na injuria feita ao Clerigo em sua ausencia, como se asentou no Desembargo do Paço, e se julgou no Recurso de Manoel Francisco anno 1696., e no Recurso do Licenciado Martinho Leitaõ anno 1719.; porêm pro, & contra se julgou no mesmo anno no Recurso de Antonio Freire da Fonseca.* Et vide Peg. *tom. 3. ad Ord. lib. 1. tit. 9. §. 12. cap. 2. n. 619. pag. 240.*, & *tom. 8. ad Ord. lib. 2. tit. 9. §. 3. sub n. 7.**

(f) Hanc Ordinationem plenè illustrat Peg. *tom. 13. in Commentar. ad hunc §. cap. 42. ex n. 181.*, ubi proposuit quæstionem: An viduis, pupillis, & miserabilibus personis permiffa sit fori variatio, sicut permittitur electio; & partem negativam amplectendo in terminis hujus Legis *ex n. 182.*, eamque latè prosequitur *nsf. que ad n. 197.*

(g) Vide quæ notat Peg. *tom. 13. ad Ord. in Commentar. ad hunc §. n. 8. pag. 150.*

(h) Vide quæ notat Peg. *tom. 13. ad Ord. in Commentar. ad hunc §. n. 117. pag. 168.*

(a) De

VELEANO he introduzido em favor das mulheres, que ficaõ por fiadores de outrem, para que naõ fiquem obrigadas, *liv. 4. tit. 61. (a)*

VELHOS de settenta annos saõ aposentados por El-Rey, *liv. 2. tit. 54. (b)*

VENCEDOR de alguma demanda deve pagar a Dizima na Chancelaria, quando a condemnação da sentença naõ passar de trinta mil reis, *liv. 1. tit. 20. §. 3. (c)*

VENCIMENTO da causa sempre he duvidoso, *liv. 3. tit. 20. §. 1.*

VENCIDO sendo alguem na demanda, sem-

pre paga as custas, posto que tivesse justa causa de litigar, *liv. 3. tit. 67. (d)*

VENDA vale, aindaque seja entre ausentes, consentindo ambos nella, e acordando-se por cartas, ou mensageiros, *liv. 4. tit. 1. (e)*

Venda de bens de raiz feita com condição, que tornando-se até certo dia o preço, fique o contracto desfeito, vale, *liv. 4. tit. 4. (f)*

Venda de coufa de raiz sendo feita ao tempo, que já era arrendada, ou alugada a outrem por tempo certo de menos de dez annos, naõ he obrigado o comprador a manter o contracto do aluguer, *liv. 4. tit. 9. (g)*

Venda

(a) De materia hujus Ordinationis, vide quæ notavimus in verb. *Mulher*, que faz fiança por outrem goza do beneficio do Veleano.

(b) Vide quæ supra jam latè diximus in verb. *Idade de settenta annos sendo alguem, he aposentado.*

(c) De materia hujus Ordinationis, vide quæ jam notavimus in verb. *Dizima paga logo o vencedor na Chancelaria, quando a sentença naõ passa de trinta mil reis.* Et verb. *Pagar deve o devedor a Dizima na Chancelaria, quando a sentença naõ passa de trinta mil reis.* Quid autem, si condemnatio principalis magnæ sit quantitatis, & expensæ processus non ascendent ad summam triginta mille regalium, an in hoc casu victor teneatur in Cancellaria solvere Decimam correspondivam ad expensarum quantitatem, seu debeat tota summa debiti principalis, simul ac expensarum coacervari, ad illam exquirendam à Reo victo? quæstio fuit nuperrimè controversa, & tandem fuit evictum, quòd utraque summa tam expensarum, quàm principalis debebat conjungi, & notari in libro, idest, *pôr-se em verba*, ut à Reo victo exquirenda foret, secundùm Regul. 11. Cancellar., quam transcribit Thom. Vaz alleg. 82. n. 1. Et quamvis Scriba Cancellariæ informationem præstitit asserendo, antiquissima consuetudine esse stabilitum, ut à condemnatione expensarum victor Decimam solveret in Cancellaria, quando principalis condemnatio excedebat summam triginta mille nummorum; attamen talis consuetudo firmiter oppugnata fuit à quodam Sapientissimo Juris magistro, tanquam irrationabilis, legibusque contraria; nam in d. Reg. 11. decretum extat, quòd condemnatio principalis cum expensis conjungatur ad Decimam justè calculandam, & idem declaratum fuit in Placito Senatori Portuensis, quod transcribit Peg. tom. 3. ad Ord. lib. 1. tit. 20. §. 3. glos. 4. n. 18. pag. 465., & hoc esse antiquissima observantia confirmatum, testatus fuit quidam Cancellariæ Scriba apud Thom. Vaz alleg. 98. n. 1. & 2. Quibus ita perpensis, à Doctissimo Senatus Supplicationis Cancellario decretum fuit quòd tam condemnatio principalis, quàm expensarum conjungerentur ad Decimam calculandam, & quòd talis Decima notata fuisset in libro Cancellariæ, ut à Reo victo exquirenda foret, jussitque victori sententiam traddi ad suam executionem faciendam. Occurrit autem Conductor reddituum Cancellariæ cum exceptionibus, allegans se præjudicium pati, & conditiones sui contractus infringi, eò quòd illi non esset consuetudo servata, quæ in eodem contractu promissa est servari; sed hæc allegatio rejecta fuit, ex eo quia Conductor debebat exquirere Decimam juxta Regulas Cancellariæ, tanquam Leges ipsius contractus, & nullum jus acquirere poterat ex aliqua consuetudine, quæ ipsis Legibus contraria esset, ut optimè declaratum fuit in Rot. Recentior. p. 12. dec. 114. à n. 43. usque ad 68. Et cum gravamen ad Supplicationis Senatum Conductor interposuisset, re ibi maturè discussa, fuit confirmatum Cancellarii doctissimi Decretum, die 10. Novembris anno 1753. Judicibus; Castro. Ribeiro. Ferreira, inter Partes Hyacinthum Pereira de Moura, & Conductorem Redituum Cancellariæ.

(d) Ad materiam hujus Ordinationis, vide Fragos. de Regim. Reip. p. 1. lib. 5. disp. 13. §. 8. n. 155., Barbof. in L. Eun, qui temerè 79. à n. 73. ff. de Judic. Et vide quæ hic notat Senator Joann. Alvar. da Costa. Nota, que supposta esta Ley, se devem as custas jure actionis, Cancer p. 1. Var. cap. 6. n. 34. in fin.; e assim se podem pedir, posto que fossem omitidas na sentença já executada. E o mesmo se ha de dizer a respeito das custas convencionaes, que se podem pedir por nova accção, quidquid judicatum dicat Peg., juxta que Cenciol. ad Statut. Eugub. lib. 2. cap. 21. n. 13., Gratian. For. cap. 33. à n. 9. Et iterum notat idem Senator. Duvidou-se, se revogada huma sentença em grão de revista, se podia condemnar nas custas da causa principal, porque victus victori in expensis condemnatur, e nas custas vem todas as da causa; porèm venceo-se, que as custas se naõ devião restituir a exemplo dos fructus; no Feito de Revista de João de Seixas com Francisco de Barros, em 5. de Abril de 1718.

(e) Hanc Ordinationem plenè illustravit Sylv. in Commentar. ad illam; & de ejus materia vide DD. supra laudatos in verb. *Compra se pôde fazer entre ausentes por mensageiro, ou por carta.*

(f) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD., & ea quæ jam notavimus in verb. *Compra feita com condição, de que tornando o vendedor a dar o preço até certo tempo, si que desfeito o contracto, he válida.* Et verb. *Contracto de compra, e venda feito com condição, que tornando o vendedor ao comprador o preço, &c.* Et verb. *Pacto de retrovendendo se pôde pôr no contracto de compra, e venda, para que tornando o vendedor o preço, &c.*

(g) De materia hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Comprador naõ he obrigado a manter o aluguel, ou arrendamento de menos de dez annos, que o vendedor tinha feito, &c.* Nota tamen, quòd hujus Legis dispositio non procedit in eo, qui in hasta publica fundum emit à debitore, & per sententiam Judicis missus est in possessionem; iste enim tenetur locationem à debitore antea factam sustinere, quoniam necessarius est successor; Cald. de Emption. & Vendit. cap. 26. n. 44., Gratian. For. cap. 37. à n. 4., Barbof. in L. Si filio familias. §. fin. n. 1. ff. de Solut. matrim., Mantie. de Tacit. & ambig. tom. 1. lib. 5. tit. 10. n. 27., Gutier. Canonic. quæst. lib. 2. cap. 8. n. 49., Cancer. p. 1. Var. cap. 14. n. 35. versic. *Quod ita.*, Antonel. de Tempor. legal. lib. 1. cap. 39. n. 38. Neque etiam procedit, quando quis emit fundum, quod sciebat jam antea esse locatum; Barbof. in Remission. ad hanc Ordinat. n. 9., Antonel. de Temp. legal. lib. 1. d. cap. 39. n. 35., qui alias refert declarationes: & secundùm has limitationes refert judicatum Senator Joann. Alvar. da Costa in sequenti Nota. Limitatur hæc Ordinatio, quando quis emit in substitutione fundum, vel domum debitoris, L. 8. §. Fructus, ff. de Bon. auctor. Judic. poss., Barbof. in L. Si filio familias. §. fin. n. 1. ff. de Solut. matrim., Giurb. dec. 58. n. 7. Neque etiam procedit, quando emptor sciebat rem esse locatam; quia tunc solum emitur jus, quod habebat venditor; Ceval. Commun. lib. 3. q. 736. n. 44., & ita secundùm has limitationes judicatum fuit anno 1696. Judicibus Vieira, Basto, Britto, Pereira, entre Manoel Pereira de Lima, e Paulo de Almeida Caro, de que he hoje Escrivão Aleixo de San-Tiago.

(a) Ad

Venda de coufa litigiosa não vale, *liv. 4. tit. 10. (a)*

Venda se desfaz, por haver engano em mais da amétade do justo preço, *liv. 4. tit. 13. (b)*

Venda quando he nulla, e se desfaz, por haver engano enormissimo se ha de restituir a coufa vendida com os fructos do tempo da venda em diante, *ibid. §. 10. (c)*

Venda he nenhuma, que o pay fez ao filho, ou neto sem consentimento dos outros, *liv. 4. tit. 12. (d)*

Venda se póde desfazer até quinze annos por causa do engano da amétade do justo preço, *liv. 4. tit. 13. §. 5. (e)*

Venda, para que se diga feita, se requer, que seja pura sem condiçãõ alguma, *liv. 4. tit. 8. §. 1. (f)*

Venda feita de coufa de raiz arrendada a outrem, se no arrendamento foi a mesma coufa hypothecada, he o comprador obri-

gado a manter o dito arrendamento, *liv. 4. tit. 9. (g)*

Venda feita, se as partes acordassem, que se fizesse escriptura, antes que fosse feita, e acabada a nota della, perecesse a coufa vendida, o perigo he do vendedor, *liv. 4. tit. 8. §. 3. (h)*

Venda a retro por menos a quarta parte do justo preço, faz que o contracto seja usurario, *liv. 4. tit. 4. §. 1. (i)*

Venda a retro feita por homem costumado a onzenar, posto que seja por justo preço, será julgada por usuraria, *ibid. §. 2. (k)*

Venda he desfeita, se o comprador não paga o preço no dia assignado, *liv. 4. tit. 5. §. 3. (l)*

Venda não será desfeita, quando o vendedor demanda o preço, posto que o dia assignado para a entrega delle, seja passado, *ibid. §. fin. (m)*

VEN-

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Litigiosa sendo alguma coufa, não se póde alhear, nem vender.*

(b) De materia hujus Ordinationis vide verb. *Lesão, quando intervejo no contracto da venda em mais da amétade do justo preço, se póde de fazer por causa della.*

(c) Vide quæ ad hanc Ordinationem jam notavimus in verb. *Lesão enormissima, quando for causa de se desfazer o contracto, sempre a coufa se ha de restituir com os fructos do tempo da venda em diante.*

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Neto não póde fazer contracto de compra, ou troca com seu avô, sem consentimento dos outros netos, filhos, ou descendentes.*

(e) Vide quæ jam supra notavimus in verb. *Lesão de mais da amétade do justo preço se poderá demandar até quinze annos, contados do tempo, em que se faz o contracto, &c.*

(f) Hanc Ordinationem plenissimè illustrat Sylv. in *Commentar. ad illam*, & de ejus materia vide Hermosilh. in *L. 26. tit. 5. part. 5.* Et nota, quod licet venditio conditionalis non sit perfecta, quoad effectum transferendi periculum rei venditæ in emptorem, dicitur tamen perfecta ad hoc ut contrahentes non possint à contractu resilire; Giurb. *Observ. 51. n. 1. & seqq.*, Ciarlin. *Contror. 39. n. 45.*, Carlev. *de Judic. lib. 1. tit. 3. disp. 23. n. 23.*, Altimar de *Nullit. contr. tom. 4. rubr. 1. p. 2. q. 15. n. 523.*, ubi declarat, quod si sequatur traditio, conditionalis venditio statim perficitur, & ex ea dominium transfertur, ex *Text. in L. Necesario. §. Si ita res. ff. de Peric. & Commod. rei vendit.*, Ciarlin. *Contror. 106. n. 95.*, & ex aliis, quos ibi laudat. Et iterum declarat in *n. 524.*, quod ad hunc effectum debet traditio fieri animo transferendi dominium; & quod conditio non sit de sua natura suspensiva, quia tunc per traditionem, nec dominium, nec possessio acquiritur, ex *L. Si ego. §. Si heres alicui; L. Siquis sub conditione. ff. Siquis ommiss. caus. testam.*, Gratian. *For. cap. 772. num. 9.*, & *cap. 949. num. 5.*, Giurb. *Observ. 51. num. 4.*, & aliis ab eo relatis in *d. num. 524.*

(g) Jam supra diximus in verb. *Venda de coufa de raiz feita ao tempo que já era arrendada, &c.*, quod emptor non tenetur observare contractum locationis ab antecessore factum, nisi in casu, quo quis missus sit in possessionem rei locatæ per substationem, vel sententiam Judicis, aut quando emptor sciebat rem esse locatam: & super istas duas limitationes adde tertiam in hac Ordinatione contentam, scilicet, quando res vendita fuit tempore locationis hypothecata conductori ad securi-

tatem contractus, de quo vide DD., quos supra laudavimus in verb. *Hypotheca de coufa arrendada para segurança do contracto de arrendamento, faz que o vendeiro não possa ser expulso da propriedade pelo terceiro possuidor, a quem ella passou.*

(h) Hæc Ordinatio videtur desumpta ex *Glof. in verb. Scriptura. §. 1. Instit. de Empt. & Vendit.*, de quo vide *Castilh. lib. 3. Contror. cap. 26. n. 17. & seqq.*, *Parlad. lib. 2. Contror. quotidian. cap. 3. n. 49. & 57.*, & alios quos laudat *Altim. de Nullit. contr. tom. 4. rubr. 1. p. 2. q. 15. num. 504.*, *Sylv. in Commentar. ad princip. hujus tit. n. 19.*, *Cabed. p. 1. dec. 102. n. 1.* ubi dicit idem esse, etiamsi de jure communi, vel municipali, vel consuetudine, contractus requireret scripturam, saltem ad sui probationem. Limita tamen hujus Legis dispositionem, si res fuisset realiter tradita emptori, & ab eo possessa; quia tunc ad emptorem spectabit periculum, *Cabed. p. 1. d. dec. 102. à n. 2.* Limita etiam, si res fuerit deteriorata, antequam fiat scriptura, sine culpa venditoris, tunc enim ad emptorem pertinebit periculum; idem *Cabed. d. decif. 102. n. 4. versic. Limita 2.*

(i) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Pacto de retrovendendo tem lugar, quando a coufa he vendida por justo preço, de sorte, que não seja menos a quarta parte do seu justo valor.*

(k) Vide quæ supra notavimus in verb. *Pacto de retrovendendo posto em contracto feito por homem costumado a onzenar se julga por usurario.*

(l) Ad materiam hujus Ordinationis vide quæ supra notantur in verb. *Nulla he a venda, se o comprador não pagar o preço até o dia destinado, havendo no contracto condiçãõ, de que não pagando até tal dia sique nulla a mesma venda.*

(m) Quando in contractu venditionis, & emptio nis adest pactum Legis commissoriae, scilicet, quod emptore pretium non solvente in die designato, res maneat inempta, potest emptor petere rem, tanquam si contractus non esset factus, ut supra notavimus in verb. *Nulla he a venda, se o comprador não pagar o preço até o dia destinado, &c.* Si tamen venditor petat pretium post diem solutioni designatum, videtur pacto Legis commissoriae renuntiare; Hermosilh. *ad Leg. Hispan. L. 38. glof. 5. n. 14. tit. 5. part. 5.*, quod ampliat etiamsi postulet usuras pretii non soluti; vel si partem ejusdem pretii acceperit, ut in *n. 15.*; vide tamen *Arouc. alleg. 94.* Et postquam elegerit stare contractui, vel illum rescindere, non potest amplius variare, ut declarat idem Hermosilh. *ubi supra num. 16.*

(a) Vide

VENDEDOR da cousa a retro, se o contracto he usurario, torna a cobrar todos os fructos, ou sua verdadeira estimação, segundo o que valéraõ commummente ao tempo, que foraõ collidos, *liv. 4. tit. 4. §. 2. (a)*

Vendedor he obrigado, dando-lhe, ou offerendo-lhe o preço, a entregar a cousa vendida, e se em seu poder não for, pagar ao comprador todo o interesse, que lhe pertencer, assim por respeito do ganho, como tambem da perda, *liv. 4. tit. 2. (b)*

Vendedor se se arrepende do contracto, torna o signal com outro tanto ao comprador, *ibid. §. 1. (c)*

Vendedor, que vende a cousa duas vezes a diversas pessoas, aquelle que primeiro houver a entrega, fica sendo verdadeiro senhor, *liv. 4. tit. 7. in princip. (d)*

Vendedor, que entregou logo a propriedade vendida, e não recebeu o preço, pode-lo ha demandar, e mais a justa valia dos fructos, que o comprador recebeu, ou

dos que pudera receber, *liv. 4. tit. 67. §. 4. (e)*

Vendedor paga ao Fisco outro tanto, quanto for o preço principal, por que vendeo a cousa litigiosa, *liv. 4. tit. 10. §. 4. (f)*

Vendedor da cousa litigiosa não he obrigado a entregá-la ao comprador, posto que lha demande, e pode-lo ha excluir com a razão de ser cousa litigiosa ao tempo do contracto, *ibid. §. 10. (g)*

Vendedor tem escolha, se o comprador quer desfazer a compra pelo engano de mais de amétade do justo preço, ou de lhe tornar o preço, e cobra a cousa, ou de lhe tornar a maioría, além do que a cousa justamente valia ao tempo do contracto, *liv. 4. tit. 13. §. 1. (h)*

Vendedor não póde desfazer a venda, por dizer, que lhe custára dobrado, *ibid. §. 2. (i)*

Vendedor não póde desfazer a venda, por dizer, que quer tornar ao comprador todo o preço, e outro tanto, *ibid. §. 3. (k)*

Ven-

(a) Vide notata supra in verb. *Pacto de retrovendendo sendo usurario, não faz o comprador os fructos seus.*

(b) Ex hac Ordinatione probatur, quod prius debet emptor concedere pretium, quam venditor tradere rem; sed ex Ord. *lib. 4. tit. 5. §. 1.* expressè cavetur, quod prius venditor debet tradere rem, quam emptor concedere pretium; de quarum Legum conciliatione, vide quæ supra notavimus in verb. *Preço de cousa vendida, se o comprador duvidar entregá-lo, receando que o vendedor lhe não faça entrega da cousa, &c.* Et hæc Ordinatio videtur loqui de casu, quo emptor primò agit ad complementum contractus per traditionem rei, ideoque requirit, quod prius emptor offerat pretium, quia in quocumque contractu reciproco, tenetur agens ex sua parte implementum offerre; de quo vide plures DD. apud Castilh. *de Aliment. cap. 67. n. 10.*, Valer. *de Transact. tit. 6. §. 1. n. 4.* Ad verb. *Pagar-lhe todo o interesse, que lhe pertencer, assim por respeito do ganho, como da perda;* nota, quia fortè in terminis hujus Legis cessant ea, quæ latè disputant Doctores circa interesse extrinsecum, & intrinsecum, ex Text. in *L. Si stivilis. 22. §. Cum per venditorum. ff. de Action. empr.*, super quo tamen vide Barbof. in *L. De divisione. §. ff. de Solut. matrim. ex num. 28.*, Britt. *ad Locat. in rubr. p. 2. §. 1. ex n. 43. cum multis seqq.*, Hermosilh. in *L. 10. tit. 1. part. 5. glos. 4. ferè per tot.*, Leotard. *de Usur. q. 96.*

(c) Vide supra in verb. *Signal dado por compra, e venda se perde com outro tanto, se alguma parte se arrepende.*

(d) Hanc Ordinationem plenissimè illustrat Sylv. in *Commentar. ad illam;* & de illius materia vide Hermosilh. in *L. 50. tit. 5. part. 5.*, adde etiam, & declara cum Andreol. *Controv. 240. à n. 34.*, Urceol. *For. cap. 5. ex n. 1.*, Castilh. *tom. 5. cap. 80.*, Vela *disert. 19. & 20.*, Britt. *ad rubr. de Locat. p. 2. §. 4.*, Carvalh. in *cap. Raynaldus, de Testam. p. 2. à n. 229.*, Castr. *alleg. Canon. n. 78. & 79.* Et an dispositio hujus Legis habeat locum in contractibus à Principe celebratis tanquam Ordinum Militarium Magistro, vide Maced. *dec. 113.* Et an procedat in personis Ecclesiasticis vendentibus? vide Fachin. *Controv. lib. 2. cap. 33.*, Ricc. *p. 1. dec. 177.*, & plures quos congerit Sylv. in *Commentar. ad hanc Legem n. 36.* Et an habeat locum,

quando priori emptori facta fuit traditio facta per clausulam constituti? vide Andreol. *d. Controv. 240. n. 37.*, & quæ notat Sylv. *ad hanc Ord. ex n. 13.* Et an hæc dispositio habeat locum, si secundus rem habeat ex causa lucrativa? negativè resolvit Ægid. in *L. Ex hoc jure. p. 2. cap. 12. differ. a. n. 24. & 25.* Et an titulus dotis transferat dominium sine traditione, itaut in illo limitanda sit hujus Legis dispositio; vide Arouc. *alleg. 29. n. 14.*

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD., quos supra laudavimus in verb. *Comprador de alguma coisa por preço certo, o qual logo pagou, e não foi entregue della, poderá demandar ao vendedor todos os fructos, e renovas, e rendas, &c.* Et ultra eos vide Moraes *de Execut. lib. 2. cap. 12. à n. 11. usque ad 21.*, ubi limitationes adducit; & cum illo in *n. 17.* tene hanc Ordinationem non procedere in re infructifera. Utrum autem idem sit dicendum in mercibus à mercatore venditis? videtur quod non; quia sunt res steriles, & emptor non tenetur sine alia probatione ad lucrum cessans; Moraes *d. cap. 12. n. 21.*, sed contrarium tenet Arouc. *alleg. 72.* Et nota, quod hujus Legis dispositio quoad restitutionem fructuum procedit etiam in contractibus invalidis; Peg. *tom. 1. For. cap. 7. pag. 538. col. 2. in fin.*, Flor. *ad Gam. dec. 94.*

(f) De pretio rei litigiosæ, in penam emptoris, Fisco applicando, vide late Peregr. *de Jur. Fisc. lib. 4. tit. 6. per tot.*

(g) Hæc dispositio fundatur in regula, quod res litigiosa non potest vendi, nec alienari, de quo vide quæ supra notavimus in verb. *Litigiosa sendo alguma cousa, não se póde alhear, nem vender.*

(h) Vide de materia hujus Ordinationis, quæ supra notavimus in verb. *Leção de mais da amétade do justo preço, quando intervier no contracto de venda, e huma das partes o quiser desfazer, poderá a outra escolher, ou a entrega da cousa, ou a satisfação do justo preço.*

(i) Vide Valasc. *conf. 43. n. 6.*, & quæ notat Sylv. in *Commentar. ad hanc Ordinationem.*

(k) Dispositio hujus Ordinationis videtur desumpta ex Text. in *L. Non est probabilis. 6. Cod. de Rescind. Vendit.*, quem repetit Britt. *ad rubr. de Locat. p. 2. §. 2. n. 62. ad med.*, ubi de materia agit; & vide Sylv. in *Comment. ad hunc §.*

(a) Ad

Vendedor pôde demandar o engano de mais de amétade do justo preço, posto que a cousa vendida seja passada a poder de outra pessoa, *liv. 4. tit. 13. §. 1. (a)*

Vendedor pôde reivindicar a cousa vendida, se o comprador lhe não pagar o preço ao tempo destinado, *liv. 4. tit. 5. §. 2. (b)*

Vendedor poderá pôr em condição ao comprador, que não possa vender, nem empenhar, *liv. 4. tit. 11. §. 2. (c)*

Vendedor não se pôde arrepender, recebendo certo dinheiro do comprador em parte de paga, ou em signal, e paga, ainda que queira perder o dinheiro, que deu, ou outro tanto, como o que recebeo, salvo consentindo o comprador, *liv. 4. tit. 2. §. 3. (d)*

Vendedor, que vendeo a hum a cousa, e recebeo delle o preço, sem lha entregar, e depois disso a vendeo a outrem, e lha entregou, recebendo delle o preço, ou havendo-se delle por pago, pagará assim a cousa, como o interesse ao primeiro comprador; e o segundo ficará senhor da cousa, *liv. 4. tit. 7. §. 2. (e)*

Vendendo-se alguma cousa debaixo de con-

dição, pertencerá o proveito, ou damno, que sobrevier, pendendo a tal condição, ao vendedor, *liv. 4. tit. 8. §. 1. (f)*

Vendendo-se alguma cousa com pacto de retro por menos da quarta parte do seu justo preço, fica a venda, e o contracto sendo usurario, *liv. 4. tit. 4. §. 1. (g)*

Vendendo-se alguma cousa com pacto de retro a pessoa, que tem por costume onzenar, posto que seja por justo preço, se julga o contracto usurario, *ibid. §. 2. (h)*

Vendendo o reo a cousa litigiosa a pessoa poderosa por razão de alguma dignidade, ou officio, paga ao seu contendor o dobro, além da pena, que paga ao Fisco, *liv. 4. tit. 10. §. 5.*

Vendendo alguma pessoa secular alguns bens de raiz á Igreja, ou Ordens, por esse mesmo feito perde o preço, que por elles recebeo, *liv. 2. tit. 18. (i)*

Vender, e arrematar se devem os bens do Mórgado, ou Capellas, por dividas do instituidor, que razoadamente possaõ bastar para pagamento da divida, *liv. 5. tit. 93. (k)*

Vender

(a) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Lejáõ*, quando intervier no contracto de venda, aindaque o comprador traspassa a cousa a algum terceiro, poderá ser demandado o mesmo comprador, &c.

(b) Vide de hac Lege, quæ supra notavimus in verb. *Nulla he a venda*, se o comprador não pagar o preço até o dia destinado, havendo no contracto a condição, de que não pagando até tal dia, fique nulla a mesma venda.

(c) Ad materiam hujus Ordinationis vide quæ supra notavimus in verb. *Nulla he a albeação*, que alguem faz da cousa, que se lhe vendeo, com a condição de a não poder vender, nem albear, senão a cerra pessoa, &c.

(d) Ad materiam hujus Ordinationis vide DD. quos jam laudavimus in verb. *Comprador*, quando dá o dinheiro em parte de paga, e não em signal, nenhuma das partes se pôde arrepender. Et nota, quod ex hac Ordinatione videtur cessare apud nos illa dubitatio inter DD.: An in dubio præsumatur arrha in partem pretii data, aut in signum securitatis? super qua Petr. Barbof. in *L. Si cum dotem. 23. §. fin. n. 38. ff. de Solut. matrim.* tenet cenferi in dubio datam fuisse pecuniam in partem pretii, & non in arrham, neque signum. Ad verb. *Salvo se consentir o comprador*. Dubia videtur hæc Ordinatio dum tenet, quod recepta pretii parte, mutuo consensu contrahentium potest à contractu recedi; nam nihil certius in jure est, quàm quod dato, vel ex una tantum parte implemento, solo mutuo consensu non potest à contractu recedi, sed requiritur retro similis actus, & restitutio, per Text. in *L. Ab emptione. 58. ff. de Pact.*, & in terminis *L. 2. in fin. ff. de Rescindend. vendit.*, & *L. fin. Cod. Quand. liceat ab emptio. &c.*, tenet Gom. *lib. 2. Var. cap. 2. num. 22.*, quem præ aliis latè, & benè sequitur Molin. Theologus omnino videndus, & relatus per Aylon ad Gom. in *d. loco* adeo, ut duplex tunc venditio consideretur juxta *d. L. Ab emptione*, & duplex utique aliquando Gabella solvenda, secundum distinctiones, quas ex Gutierrez refert optimè Aylon, citato loco, quem vi-

de: unde cum hæc Ordinatio juris regulis, & Doctorum opinioni non sit conformis, dubia non leviter videtur. Sed mihi videtur dicendum cum Petr. Barbof. in *d. L. Si cum dotem. 23. §. fin. n. 38.*, quod hæc Ordinatio est intelligenda, dummodo interveniant expressa in *d. L. Ab emptione*, & restitutione supposita, quod non negat Ordinatio, dum in aliud tendat ejus dispositio.

(e) Ad materiam hujus Ordinationis vide quæ notat Sylv. in *Commentar. ad illam.*

(f) De materia hujus Ordinationis vide plenè Hermosilh. in *L. 26. tit. 5. part. 5.*, latissimè Sylv. in *Commentar. ad illam.*

(g) Vide quæ supra notavimus in verb. *Pacto de retro vendendo tem lugar*, quando a cousa he vendida por justo preço, de sorte que não seja menos a quarta parte do seu justo valor.

(h) Ad materiam hujus Ordinationis vide supra notata in verb. *Pacto de retro vendendo posto em contracto feito por homem costumado a onzenar se julga por usurario.*

(i) De materia hujus Legis vide Doctores, quos supra laudavimus in verb. *Bens de raiz não podem comprar, nem possuir por outro titulo as Igrejas*. Et verb. *Pessoas seculares, que vendem bens de raiz ás Igrejas, os perdem para a Corôa, &c.*

(k) Vide quæ supra notavimus in verb. *Arrematar se podem os bens de Mórgado, que bastarem somente para pagamento da divida do Instituidor*, & ultra DD. ibi laudatos vide Fragos. *de Regim. Reip. p. 3. diff. 19. §. 2.*, Ciarlin. *Controv. 63. à n. 4.*, Larream *alleg. Fiscal. 75.*, Pinheir. *de Testament. tom. 2. disp. 4. sect. 8. §. 6. n. 1214.* Et quid in majoratu ab uxore, & marito instituto, instante creditore mariti? vide Peg. *For. cap. 5. à n. 251.* Ad verb. *Que razoadamente possaõ bastar*; nota, quod ex his verbis deducitur, quod in re magni valoris nulliter executio fit; Peregrin. *de Fideicommiss. artic. 50. n. 25.*, Fusar. *de Substitutur. q. 541. n. 12.*, Card. de Luc. *de Fideicommiss. disc. 161. n. 8.*, Videndus Torr. *de Majorat. p. 2. q. 65.*

(a) Ad